

REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL



TOPONOMÁSTICA SUL-RIO-GRANDENSE

Nomes oficiais, para-oficiais e extra-oficiais, atribuídos ao território do Rio Grande do Sul através dos tempos.

Helio Moro Mariante

Compulsando-se documentos prístinos, referentes ao território ocupado pelo Rio Grande do Sul dos nossos dias, encontramos, a cada passo, diferenciações de denominações atribuídas ao espaço geográfico compreendido pelo estado mais meridional da federação brasileira.

A cartografia quinhentista e seiscentista, os antigos diários de visitantes, de funcionários da corte ou de militares, a correspondência, ativa e passiva, dos primeiros governantes, as cartas de sesmaria, os termos de nomeação e de posse de funcionários, as atas de instalação de municípios, os relatos de estudiosos, enfim, as mil e uma manifestações escritas da vida de uma comunidade, documentação revelada pelos pesquisadores e historiadores, através da ilustração dos seus estudos, com a transcrição “*ipsis litteris*” de documentos autênticos, tudo isto está repleto de citações as mais bizarras, de grafias as mais esquisitas, de batismos os mais originais.

Em nossas leituras colhemos mais de uma centena de formas diferentes de chamar, batizar, crismar, apelidar e cognominar o nosso pago.

Desde os topos mais antigos — GENTIO DOS TAPES — PORTO DOS PATOS — TERRA DOS PATOS e SÃO PEDRO —, até à denominação atual — ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL —, deparam-se a todo o momento batismos singulares, variados e estranhos, alguns até pitorescos.

Releva acentuar-se que não tratamos só de denominações oficiais, mas sim, como já foi dito, de nomes apanhados em documentos oficiais, em relatos para oficiais ou descrições extra-oficiais, todos de suma valia para conhecimento de nossa história e de nossa geografia.

Convictos estamos da imperfeição do presente estudo, pois fácil é deduzir-se da abundância de documentos e de literatura existentes e da apoucada parcela que conseguimos ter sob nossos olhos.



“Pra onde se atira, patrício?
Pros campos do Rio Grande de São Pedro”
(Erico Verissimo, in O CONTINENTE.)

REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL

1991 - PORTO ALEGRE - RS - BRASIL

127

O Brasil — colônia já contava mais de dois séculos e tinha de conhecido e relativamente povoado apenas o litoral e parte do interior de Santa Catarina para o norte, quando o espírito de conquista do lusitano volta suas atenções mais para o extremo meridiano, então um imenso vazio, uma verdadeira

TERRA DE NINGUÉM. (1)

Nos fins do século XVIII Laguna era o núcleo humano mais meridional do novo e promissor império luso, visto que a Colônia do Sacramento, atrevida e atrojada iniciativa das gentes da bandeira das quinas, fundada quase na mesma época, cambiava de senhorio ao sabor das divergências dos reis “fidelíssimos” e “católicos” e, obviamente, da sorte das suas armas.

Entre uma e outra, nestes

CONFINES DO BRASIL. (2)

nestas

ADJACÊNCIAS DO PARAGUAI. (3)

ou no

DISTRITO DA LAGUNA, COM SUA VILA E SEU SERTÃO. (4)
tinha-se desse

PAÍS DELICIOSO DO RIO GRANDE (5)

apenas conhecimentos vagos pelos relatos de tropeiros, viajantes e aventureiros.

Segundo informações prestadas pela Câmara de Laguna ao Conselho Ultramarino, em 06.01.1715, remetendo informações de Manuel Gonçalves de Aguiar,

“No tocante o **RIO GRANDE** nos consta por vários moradores desta povoação como pelo povoador dela o capitão-mor Francisco de Brito Peixoto, que cursaram toda essa campanha do Rio Grande, em tempo a que ia conquistar o gentio bárbaro, ser o dito Rio Grande a melhor terra de toda a América do Brasil para se povoar, onde se pode acomodar todo o Brasil sem que nele mostre os milhões de moradores que tiver em si pelas grandes e dilatadas campanhas que tem”.
(6)

Naqueles tempos, segundo a ótica suspeitíssima de um alto funcionário do Conselho Ultramarino,

“Pelo contrário, aos Espanhóis não fazia falta na vastíssima província do Paraguai

“A PORÇÃO QUE FICA DO URUGUAI PARA O MAR”. (7)

Recuando-se ainda mais no tempo vamos encontrar, talvez, a primeira carta geográfica que faz menção expressa a esta parte da América do Sul — o Atlas de Maiolo, de 1519 — que registra:

“GENTIO DOS TAPES”

e, segundo mapa de Gaspar Viegas, 1534:

“SÃO PEDRO”.

Assim que os

Pede-se permuta
Pidese canje
On demande échange
We ask for exchange
Si richiede lo scambio
Wir bitten um Austausch

Instituto Histórico e Geográfico
do Rio Grande do Sul
Rua Riachuelo, 1317
Caixa Postal 359
90.010 — Porto Alegre — RS
Brasil

Selo
Stamp

Ao

Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul

— IHGRGS —

Rua Riachuelo, 1317

Caixa Postal 359

90010 — PORTO ALEGRE — RS
BRASIL

Remetente

Sender

.....
nome name

.....
endereço address

.....
cidade e Estado city and State

.....
País Country

Senhores:
Dear Sirs:

Queiram ter a gentileza de preencher o presente, devolvendo-o ao IHGRGS, a fim de que não haja interrupção na remessa do número seguinte de sua Revista.

Please complete the requested below and return to us, so that we can send you the next number of Revista do IHGRGS.

1. Recebemos e agradecemos: Revista do IHGRS — N° 127-1991
We have received:

2. Faltam-nos:
We are in want of:

3. Enviamos em permuta:
We send you in exchange:

Local e data:
City and date:

Assinatura:
Signature:

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL

(Reconhecido de utilidade pública pelo Decreto Federal nº 4373, de 24/11/1921, Decreto Estadual nº 16.565, de 15/4/1964 e Decreto Municipal nº 2464, de 10/12/1962).

Sede Social: Rua Riachuelo, 1317 — Caixa Postal 359
Telefone 24-3760
90010 — Porto Alegre-RS — Brasil.

Diretoria (Biênio 1990-1992)

Presidente — Luís Alberto Cibils

1º Vice-Presidente — Earle Diniz Macarthy Moreira

2º Vice-Presidente — Riograndino da Costa e Silva

Secretário-Geral — Helio Moro Mariante

Secretário — Moacyr Flores

Tesoureiro-geral — Lothar Francisco Hessel

Tesoureiro — Paulo Xavier

Orador — Tarcísio A. Costa Taborda

Responsável pela Biblioteca — Sérgio da Costa Franco

Conselho Fiscal

Carlos de Souza Moraes

Mozart Pereira Soares

Raphael Copstein

Comissão da Revista

Carlos Reverbel

Moacyr Flores

Sérgio da Costa Franco

SUMÁRIO

Primeira parte

Raphael Copstein

Judeus no Rio Grande do passado	11
---------------------------------------	----

Moacyr Flores

Comportamento político: caudilhos e coronéis	25
--	----

Hélio Moro Mariante

Toponômástica sul-rio-grandense	33
---------------------------------------	----

Pe. Arthur Rabuske S. J.

“Os Jesuítas dos 7 Povos”	53
---------------------------------	----

Mozart Pereira Soares

Pioneirismo universitário no Rio Grande do Sul	69
--	----

Paulo Xavier

Genealogia e integração	81
-------------------------------	----

Walter F. Piazza

O movimento farroupilha na visão de um norte-americano	89
--	----

Segunda parte

Relatório da gestão da diretoria de 5/8/88 a 5/8/90	101
---	-----

Noticiário:

— 70º aniversário do Instituto	106
— Inauguração do poster comemorativo da Revolução de 1930	111
— O IHGRGS no centenário de Lindolfo Collor	112
Pareceres e pronunciamentos de utilidade pública:	
— Sobre a data da reconquista de Rio Grande:	113
— Sobre o brasão do município de Porto Alegre:	115
— Sobre a caracterização do rio Forqueta:	117
— Sobre arquivos do Tribunal Regional Eleitoral e das Zonas Eleitorais:	120
— Sobre elaboração de símbolos municipais	122
— Sobre a Travessa Araújo Ribeiro:	124

Terceira parte (Documentação)

Arquivo Visconde de São Leopoldo	129
Arquivo Borges de Medeiros (Continuação)	139

PRIMEIRA PARTE

JUDEUS NO RIO GRANDE DO PASSADO

Raphael Copstein

Na composição de uma sociedade onde a migração teve ou tem papel relevante, a existência de minorias étnicas ou religiosas é comum.

A recepção por parte da maioria aos que lhe são diferentes, varia. Geralmente não é boa. Também varia a forma de expressão do desagrado. Pode ser oculta, dissimulada, ou ainda, cristalina, sem qualquer subterfúgio. Entre os extremos, uma gama apreciável de posições escalonam-se e podem inclusive alterar-se no tempo.

Em grande parte das vezes, senão sempre, não há racionalidade a explicar esse comportamento maioria-minoria, apesar de sobrares teorias e práticas a respeito.

A difusão de conhecimentos sobre os minoritários pode ser um fator de redução de preconceitos. O desconhecimento do passado tem levado indivíduos ignorantes da sua ascendência ou da crença abandonada por algum ancestral, ao ingressar no grupo majoritário, a desprezar os que seguiram em linha reta, caminhos traçados há muito. Por contraditório que possa parecer, indivíduos desse proceder, ao desprezarem correligionários de seus avós, mesmo sem saber, praticam uma forma de auto-rejeição.

Nem sempre, é de se registrar, as minorias apresentam ao todo social onde se inserem, os conhecimentos que as identificam no passado e as amarram à sociedade do presente. Há casos onde o passado está tão diluído que só trabalhosa pesquisa pode revivê-lo. Isso nem sempre é simples ou fácil.

O presente trabalho, não tem maiores pretensões, deseja apenas levantar a ponta do véu que encobre habitantes judeus ou de sangue israelita no Rio Grande antes do início do século atual. Os estudos existentes são poucos e o vulgo não vislumbra israelitas na terra gaúcha antes de 1904. Entretanto, a contribuição de sangue judaico às cepas européias no Velho Mundo ou na América não é nada desprezível. Segundo Gandia (1930):

La raza hebreo dispersa por todo el mundo ha contaminado mas ou menos directamente, apesar de las barreras e prejuicios religiosos, todas las razas (...) ignorando la gran maioria de sus actuales descendientes su verdadero origen israelita y creyendo de buena fé cristianos de la mas pura cepa.

O Brasil contou com a presença de judeus — convertidos ou não — desde os primórdios da ocupação portuguesa. Na frota cabralina viajava o língua Gaspar da Gama ou Gaspar da Índia que fora transformado em cristão por Vasco da Gama, na Ásia. De lambujem, ainda recebeu o patronímico do almirante.

A primeira atividade econômica lusa na terra brasileira coube a Fernando de Noronha, cujo sangue não seria de cristão velho.

A transferência de contingentes migratórios para a ocupação efetiva da terra trouxe expressivo número de gente de nação premida pela atividade da Santa Inquisição. Sua importância foi tal no Brasil do primeiro século que Fernando Carneiro (1948) diz: “Tem-se como provável que no século XVI, uma boa parte, senão a maioria da população branca, era constituída de judeus”.

Se os filhos de Abraão deixaram testemunhos inquestionáveis na nascente Terra de Santa Cruz, e posteriormente em vastas porções do território brasileiro, confirmados por documentação, a mesma afirmativa, quanto ao último espaço que se lhe incorporou — o Continente de São Pedro — é mais difícil. Entretanto, a presença judaica ali pode ser inferida.

A identificação dos elementos portadores de ascendência judaica neste trabalho baseia-se na aceitação do reconhecimento feito por autores como Becker, Hunsch, Wolff entre outros na consideração de sobrenomes e nomes caracteristicamente judaicos ou ainda por evidências que permitam atribuir a origem referida. Os últimos critérios podem conduzir a duvidosas ilações. Teve-se, porém, o máximo cuidado na seleção; deixou-se de lado apelidos familiares que pudessem trazer dúvidas ao fim em vista. Um ou outro citado com desconfiança é seguido de interrogação.

Não houve preocupação em indagar se os nomeados, sem referência de prática religiosa cristã, cumpriam rituais mosáicos como crença. A falta de sinagogas antes do século corrente é afirmativa da inexistência de culto regular.

O Rio Grande do Sul, de acesso marítimo custoso até um passado recente, permaneceu, por muito tempo, um vazio europeu incrustado entre a portuguesa Iguape ao Norte e a espanhola Buenos Aires no extremo oposto. Laguna, situada de permeio, só seria erigida em vila em 1684.

Buenos Aires desempenhou papel importante no abastecimento da região mineira hispano-americana. Os portugueses, através do contrabando, movimentaram apreciável parte do comércio decorrente. Segundo Canabrava (1940) “O porto de Buenos Aires contudo, assemelhava-se, no meado do século XVII, a uma colônia lusitana (...)” Mas já antes daquele século, os portugueses estabelecidos em colônias espanholas eram conhecidos como judeus. Mesmo que nem todos o fossem, a sua presença tanto nos ofícios manuais como no comércio não seria insignificante. A instituição da alfândega de Córdoba (1618) apesar de não ter atingido objetivo — erradicação do contrabando — e a independência portuguesa em 1640, refletiram-se na movimentação lusa em direção ao Prata. A fundação da Colônia do Sacramento diante de Buenos Aires ligou-se aos lucros do comércio ilegal e a exploração do gado alçado. A Colônia deve-se a ocupação do Rio Grande como ponto intermediário de apoio do estabelecimento à margem esquerda do Prata.

Se na atividade comercial com as minas espanholas havia presença de judeus portugueses e brasileiros é de se presumir que no bastião fundado para manter aquele comércio eles também tenham comparecido. Consequentemente, não ficariam ausentes dos povoados desenvolvidos em torno dos presídios destinados à manutenção da Colônia do Sacramento.

Antes de ter-se definida a posse do território rio-grandense para a coroa portuguesa, residiu no litoral gaúcho, contra a vontade, um judeu inglês de ascendência lusa: João da Costa. Pertencia a uma rica família de traficantes de escravos entre Angola e Pernambuco (Barreto, 1973). Capturado por pirata francês “na altura de 29° de latitude S. do litoral americano, foi libertado após certo tempo, a 32°10' de latitude S.” (p. 371). Durante o período de cativo teria levantado a área circunvizinha. Entusiasmado pelas possibilidades da terra pensou em fundar uma companhia de comércio destinada a explorá-la como era hábito então. Costa morou em terra do litoral rio-grandense em 1726 e é de se notar que a frota de João de Magalhães saiu de Laguna em fins do ano anterior.

De passagem, para evitar a confusão que um douto manifestou, em certa ocasião, a colônia não seria judaica — não se tratava de ereção de uma nova Jerusalém no hemisfério austral, mas sim de um negócio onde um ou quem sabe mais sócios seriam judeus. O empreendimento, é desnecessário dizer, não frutificou.

Na ocupação efetiva do território gaúcho, não foi pequena a contribuição de sangue cristão novo, seja através de gente vinda da Metrópole, das Gerais, de São Paulo ou das Ilhas Atlânticas. Rodrigues Till (1977) chama a atenção para a existência de judeus entre os açorianos para aqui vindos.

José Honório Rodrigues em nota liminar em “Registro de Estrangeiros — 1808/1822”, após salientar que “muitos nomes aparecem estropiados, pois os ouvidos policiais não estavam afeitos aos nomes estrangeiros”, estranha que apareçam (...) Manuel da Costa como alemão” e pergunta se muitos não faziam declarações zombando da autoridade. Sem duvidar de casos de zombaria dos declarantes ou da má-compreensão da polícia, não há por que não crer que muitos sobrenomes portugueses de cidadãos de outras nacionalidades aportados no Brasil, não pertencessem a judeus portugueses fugitivos da Inquisição ou a descendentes como o citado João da Costa. Não seria este o caso de Fernando Rodrigues Braga, inglês residente em Rio Grande entre 1814 e 1818, que aparece no “Registro de Estrangeiros das Capitanias — 1777/1818”. No “Registro de Estrangeiros 1808/1822” consta como vindo de Montevideo um peão uruguaio chamado Francisco Gabriel Judio. Para cristão novo deveria ser um onomástico muito pesado; em setembro de 1821, segundo a mesma fonte, parte para Rio Grande, procedente do Rio de Janeiro, o inglês Joseph Nathan.

Após a independência do Brasil, a corrente germânica de migração destinada a ocupar as áreas florestais do Rio Grande trouxe consigo sangue judaico. Na segunda leva, chegada ao sul em 1824, entre a grande maioria de protestantes e a minoria de católicos há um imigrante reconhecido como de sangue hebreu.

A primeira referência àquele imigrante encontrou-se em Rambo, B. S. J. (1956). Este autor limita-se apenas, a constatação da vinda de “um israelita” sem qualquer outra informação esclarecedora.

É no trabalho do Dr. Klaus Becker apresentado no 1º Simpósio de Imigração e Colonização Alemã no Rio Grande do Sul que aparecem alguns elementos sobre o alemão judeu aportado em 1824. O referido chamava-se *Siegmund* que o autor pensa ser sobrenome. Era ourives de profissão e solteiro ao chegar. Nada sabe sobre a atividade do ourives no Brasil, apenas acrescenta “o ourives *Siegmund* que fez questão de ser registrado como israelita”. A última afirmativa não correspondeu a esclarecimentos aparecidos em estudo posterior. Hunsche (1975) informa que o citado imigrante viajou pelo navio “*Germânia*” chegado ao Rio de Janeiro em 14 de setembro de 1824. Descobre que o “*Siegmund*” chamava-se *Gottlieb Siegmundus Meyer*. No Brasil suprimiu o *Meyer* “porque parece que não o apreciava. Aliás queria ser livre e passar desapercibido. Foi esse, provavelmente, o objetivo de sua imigração (...). E foi o contrário que aconteceu ao nosso Meyer (...)”. Evidentemente são ilações de Hunsche a liberdade e o desapercibimento pela supressão do *Meyer*.

Hunsche revela a origem do *Meyer Gottlieb Siegmundus* mas não faz qualquer referência, estranhamente a dois outros *Meyer* que vieram no período que estudou — 1824/1825. O judeu *Siegmundus* é identificado como tal por duas referências. Uma é devida ao Dr. Hillebrand que segundo Hunsche, era “pessoa humana e compreensiva” com cuja colaboração contou o ourives para suprimir o nome que o identificava como judeu. “Contudo não conseguiu (...) entrar no anonimato coletivo. Até hoje figura nas listas de Hillebrand depois do seu novo nome *Siegmundus* a anotação *orives judeu*”. A anotação de Hillebrand ao lado do nome de *Siegmundus* não condiz com o qualificativo que lhe dá Hunsche porque o tal judeu, em São Leopoldo, professava o protestantismo. Sobre isso não há qualquer dúvida. Ele é um dos 34 assinantes evangélicos que se queixam de um pastor. Hunsche frisa essa assinatura e acrescenta uma frase do memorial para ironizar a conversão. “A nossa preocupação é principalmente a nossa religião”.

A origem judaica de *Siegmundus* havia sido revelada durante a viagem no *Germânia* por um episódio que *Siegmundus Meyer* tomou parte involuntariamente.

Durante a travessia do Atlântico houve uma rebelião de maus elementos que foram condenados à morte (Hunsche). Prolatada a sentença, houve a confissão de dois deles sobre um roubo que teriam feito ao judeu *Meyer*, quando ainda em Glückstadt (Hamburgo), de quatorze moedas de prata e de um *Louis d'or*. Como compensação, a comissão julgadora transferiu os pertences dos condenados para o roubado. Hunsche acrescenta ter sido uma “indenização não agradável”. Julgar da agradabilidade ou não de uma reparação, 150 anos depois é no mínimo uma temeridade mormente quando ninguém é obrigada a aceitá-la. O primeiro ourives alemão da Colônia de São Leopoldo, segundo a fonte, casou com brasileira e teria adotado o sobrenome da mulher.

Certo é que Siegmundus não permaneceu muito tempo na Colônia. Transferiu-se para Porto Alegre, onde deve ter exercido a profissão. Em 1828, está respondendo processo nesta cidade por ter morto um padre.

Pelo processo existente no Arquivo Público do Estado, verifica-se que a Junta Criminal julgou *Sigismundo Alamão* (Sic). Era natural do Reino da Hungria, ofício “he Ourives” casado, 40 anos. O G identificado por Hunsche como Gottlieb aparece no processo como “*Got Hold*”. O Meyer desaparecera. Residia, no ano citado, na “Rua da Ponte que se segue para do Portão” (denominação antiga do trecho da atual rua Riachuelo situada entre a Ladeira e a Praça Conde de Porto Alegre, então do Portão) em um sobrado onde, também morava o padre Jacinto Júlio de Queiroz e uma senhora chamada Ana Maria Torres.

A querela com o padre Queiroz foi devido à Senhora Torres. Condenado, em 4 de setembro de 1828, apesar dos depoimentos parecerem-lhe favoráveis, “a correr nas ruas desta cidade com baraço e pregão dando três voltas ao redor da forca, e a degredo por 10 anos a galés na Ilha das Cobras pagando cinquenta mil réis para as despesas da Junta e as outras”.

Apelando, viu-se livre de correr nas ruas mas não das despesas. Não se tem elementos para verificar se foi levado à Ilha das Flores.

A identificação de Sigismundo Alamão com Sigismundo G. Mayer foi obtida pela comparação das assinaturas existentes no Processo e na obra de Hunsch.

No naufrágio do bergantim “Flor de Porto Alegre” (1825) nas costas de Mostardas pereceram afogados João Henrique Meyer (?) e Samuel Bilske (?). Faziam parte do lote de colonos alemães chegados ao Rio de Janeiro pelo navio “Georg Friedrich” e embarcados para o sul no bergantim.

O trabalho do Dr. Becker, único no assunto, cita como judeus os nomes relacionados no quadro nº um. Acrescenta não ter feito pesquisas detalhadas entre os **Brumers** — mercenários alemães recrutados para a guerra contra Rosas em 1851 — por não saber quantos ficaram no Rio Grande do Sul.

A relação dos **Brumers** publicada em “Índole da Legião Alemã de 1851” (1941) bem mereceria uma busca tanto de alemães com ascendência israelita que permaneceram no Rio Grande, como dos que tomaram outros rumos.

Ao nomear-se esses alemães de antepassados judeus, teve-se o cuidado de não registrá-los como israelitas. A grande maioria, senão a totalidade dos vindos, pelo menos até 1830, chegou professando o cristianismo — católico ou evangélico. Não se dispôs de elementos que permitissem datar o abandono do judaísmo seja por alguns deles, pessoalmente, como quer Hunsche ao referir-se a Siegmund Meyer, seja por ascendentes. Não há dúvida que na raiz dessa apostasia do judaísmo estão as idéias liberais que surgiram e se espalharam na Europa Ocidental e Central a partir dos meados do século atrasado. Ao penetrarem no gueto fenderam a cultura judaica ali cristalizada. Segundo Herman Wouk (1965, p. 195):

Na Alemanha e na França quando os judeus descobriram a possibilidade de alcançar a nova erudição, houve uma rápida e terrível rebelião contra os que cerraram as cortinas. Tão logo caíram as barreiras, muitos jovens precipitaram-se das *yeshivot* para dentro das escolas ocidentais.

Tabela nº 1

Imigrantes Alemães de Origem Judaica

	Nome	Estado Civil	Religião	Observações
1825	J. Rothenburg Rosenberg Um casal	solt. solt.	evang.	
1826	Nicolau Kohnen Anton Moses Adan Leva	solt. solt. casado		Família constituída de 7 pessoas
1827	Moritz Menik Philipp Sulbernagel	solt. casado	catól.	Um filho
1829	Samuel Abrahan Simon Busch Benjamin Biermann Mathias Kohn Johann Kohnen I. Ferdinand Weyrauch José Jacob Wolf Johann Kohnen II	solt. solt. solt. solt. solt. solt. solt. casado		
	Jacob Boni Samuel Grose Daniel Hailmann	solt. casado solt.	catol.	
1830/35	Marcos Meyer Joseph Herchel Johan Karl Moritz Bostel			
1836(?)	Bernard Blumenthal	viúvo		Casou na Ig. evangélica Idem com Maria Golden Proprietário da 1ª livraria alemã em P. Alegre.
1850/89	J. Samuel J. Reizman Heinrich Rosenhaim Moritz Morgenstern Johannes Kohn Lous Wechsler Constant Josephson Heinrich Kohn Louis Wertheim João Bergman Carl Weyrauch Gustav Heinemann			

Fonte: Becker, K. — Apontamentos sobre judeus-alemães no Rio Grande do Sul no tempo do Império.

Um nome judeu que se destaca na colônia alemã, já bem mais tarde, é o de Salomon Schereschewski. Seu nome aparece em “A Maçonaria de São Leopoldo” trabalho de Roberto J. Dorne (1974), como ligado à fundação da loja maçônica **Redenção**, em São Leopoldo no ano de 1896. Foi um dos pioneiros da indústria calçadista. Juntamente com Carlos Frederico Bier fundou a fábrica de calçados que funcionou sob a razão de Bier & Schereschewsky.

O Rio Grande do Sul contou, no século passado, com uma colônia francesa cujo número, em 1864 era calculado em 4.000 almas (Ornano). Entre os componentes dessa colônia encontravam-se inúmeros judeus.

O judeu francês mais antigo que se localizou acha-se em “Franceses no Rio Grande do Sul”. É o de Simon Adam que casou, em 1835, com Maria Joaquina Dutra. Seguem-lhe Nicolas Hubert Simon, casado, em 1839, com Tereza Joaquina de Sá, Christophe Rabin, casado, em 1845, com Maria Isabel Blanco. Todos os citados residiam em Rio Grande (Beux, A., 1976).

Os apêndices ao Rapport General du 14 setembro, 1850 sur le service de ce vice-consulat de France et sur la province de São Pedro do Rio Grande do Sul redigido pelo Barão d’Ornano, que exerceu atividade diplomática em Porto Alegre entre 1855 e 1869, traz informações sobre cidadãos com sobrenomes judaicos.

O primeiro refere-se a Jules Cahan, joalheiro ambulante que foi preso e torturado. De um Mayer, em Santana do Livramento, é citado um inventário. Também ali se acha transcrita uma carta de comerciante de jóias, estabelecido em Porto Alegre, Moyses Aaron que responde consulta do vice-cônsul, em 8 de janeiro de 1862. Esclarece a identidade de dois súditos franceses assassinados nas proximidades de Cruz Alta. Diz o informante tratar-se de Felix Levy, de mais ou menos 30 anos e de seu irmão Mayer Levy de cerca de 24 anos. Ambos haviam chegado pelo navio “Brasil” em novembro de 1861 e viajaram para aquelas bandas. Com isso o informante desmentia chamarem-se os mortos Joseph e Isidoro Levy que andavam por São Gabriel. Moyses Aaron pertencia à firma Moyses Aaron Irmãos, participa também à autoridade francesa que um de seus irmãos e um sobrinho quase foram assassinados em terras do Alegrete.

A correspondência de Aaron revela um tipo interessante de atividade judaica: a venda de jóias por ambulantes.

Outra informação da mesma fonte e esta explícita a judeus, o Barão faz ao criticar a “justiça em matéria de questões comerciais”:

É necessário dizer que após nove anos de residência nesta província, não tenho a citar nenhum exemplo de condenação dessa ordem; mas assinalaram-me que há onze anos, em Porto Alegre, tomaram uma semelhante medida contra um israelita francês, joalheiro, verdadeiro cavalheiro da indústria, condenado a alguns anos de prisão, perdoado pouco tempo depois graças às instâncias feitas no Rio de Janeiro por sua jovem e linda esposa de nome Ester.

A colônia francesa fundou, em 1867, a “Société Française de Bienfaisance”

e entre os fundadores encontravam-se Alexandre Simon Depos, Nicolas Simon, Lazare Aron Uhry. (Beux, op. cit) A diretoria desta sociedade, sete anos após a sua fundação, apresentava quatro judeus entre os seus sete dirigentes como se observa na tabela 2.

Egon e Frieda Wolff, que se dedicam à pesquisa de judeus no Brasil em diversas épocas, relacionam pa. Porto Alegre os que colaboraram com donativos para as vítimas da guerra franco-prussiana: Naura & Levi, Cahen Frère, Miguel Leib, Adolphe Weil, Kahen Haguenauer, Benjamin Wolff, Jules Bloc (Judeus no Brasil Imperial, 1975).

Tabela 2

Société Française de Bienfaisance
Diretoria — 1874

Presidente	Francisco Duprat
Vice-presidente	Amabile Jouvin
1.º Secretário	Lassar Aaron Uhry
2.º Secretário	Emílio Aaron
Tesoureiro	Samuel Lion
Diretores	Felippe Levy Victor Blaudin

Fonte: Almanack Administrativo, Comercial e Industrial Rio Grandense para 1874.

Nota: Os nomes destacados são de judeus.

Nesse mesmo ano de 1874, comerciavam em Porto Alegre: Lewis Cia. com pianos, na Rua dos Andradas; Moysés Cia., na Rua Sete de Setembro; Moyses Aaron Cia.; na Rua dos Andradas, 345 e Maura Lewi Cia.; à mesma rua, números 202 e 271, com jóias. Roupas feitas eram vendidas na Rua Gen. Silva Tavares, 27, por Augusto Jackstein (?) Berta Meyser, na Rua dos Andradas, 218, e G. Miltelstein (?) no número 427, eram modistas. Na rua Silva Tavares, 13, funcionava a ourivesaria de Samuel Lion, e Luiz Singer mantinha uma casa de pasto na rua dos Andradas.

No Alegrete, nos anos 70 do século passado, segundo Egon e Frieda Wolff, residiam Auguste Kauffmann, Samuel Aaron, Abraham Roth, os dois últimos alsacianos.

Em Bagé, Beux (op. cit) localizou Jacques Blum e Amelie Moiso Blum, ele alsaciano e ela da Lorena. Um filho do casal, Emílio, foi chefe político em Santa Catarina onde casou com Maria do Carmo Fragoso.

Em Santana do Livramento (Wolff, op. cit.) teriam vivido, em 1870, os franceses Jacques Blum e Eugène Worms e em Uruguaiana, Bernard, Simon e Moise Levi. Em Pelotas aqueles autores localizaram os franceses Joseph Bransvig, Moy-

ses Comperts, Izidore Lambert. Em Rio Grande, no mesmo ano, sob a razão de Alexandre Gerson, Mayer Frères, uma casa que comerciava com “jóias, fazendas, etc.” Eram sócios: Alexandre Gerson, Mayer Cain (Lambert), Simon e José Levy. Reorganizada com A. Gerson Irmão, a firma teve como componentes: A. Gerson, Gerson, José Pereira Lima, Abraham Berr e Armand Blum. Ainda segundo Wolff (op. cit) teria vivido, em Rio Grande, um certo Romain Cohen ou Ramon Cohe, chegado em 1849.

Além das citadas, constatou-se a existência, na Cidade Marítima, naquela década do século XIX, ainda das firmas H. Meyer Comp. Lorence Daniel, e a já citada Naura Levi Irmão que certamente teria ligação com a existente em Porto Alegre. A firma Meyer parece que permaneceu em atividade até 1905. Sua razão social em 1884 é Sofia Meyer e entre 1895 e 1905 Jacques Meyer como testemunham os livros de recolhimento de impostos municipais. Nestes mesmos livros encontram-se os registros de Lambert Levi (1884/1895), Victor Michel (1895), também negociante de jóias e Vitor Rabin com uma alfaiataria. (Cops-tein, 1975).

O censo rio-grandino de 1888 registra a existência de três judeus na cidade.

Apesar de não ser usual em estudo deste tipo, organizou-se o quadro número 3, com os artigos constantes nas guias de importação de quatro firmas rio-grandinas, nos meses de junho e julho de 1870. Detalhando-se dentro do possível, a procedência e os artigos comerciados, observa-se que essas casas negociavam com os mais diversos produtos. Poderiam vender, ao mesmo tempo, bolachas e relógios ou escovas de dentes, camisas e malas. A variedade de mercadorias dá idéia do consumo gaúcho de então e a contribuição desses comerciantes a satisfação de necessidades locais.

Quadro nº 3

Importação de 5 firmas comerciais de Rio Grande — 1870

Procedência	Firma	Mês	Mercadorias
Rio/Janeiro	A. Ber	6	Uma caixa com pratas em obras de ourives
Rio/Janeiro	A Gerson	6	Duas caixas contendo 62 relógios de prata p. ^a algibeira. 34 relógios de prata dourado p. ^a algibeira 5 relógios de plaque p. ^a algibeira 5 relógios de ouro p. ^a algibeira
Rio/Janeiro		7	Uma caixa c/queijo suíço pesando em caixa dobrada bruta 121 kg. Uma caixa com jóias de ouro em obra de ourives lavrado, pesando líquido

			1.066 gramas.
			Uma Caixa com 6 relógios de ouro p. ^a algibeira
Havre		7	Duas caixas com bolachas pesando com latas 78 kg. aliás (sic) biscoitos em pacotes.
			Uma caixa com louças n. ^{os} 4 pesando bruto 150 kg.
Rio/Janeiro	M. Meyer Cia	6	Um pacote com amostras de objetos p. ^a chapeleiro
Londres		7	40 caixas com 160 dúzias de garrafas 10 caixas com 60 dúzias de meias garrafas com cerveja contendo líquido mil quatrocentos e quarenta litros.
Havre		7	Uma caixa com retrós pesando líquido 21 kilos c/envolutórios.
			Uma lata com amostras de retrós pesando 400 gramas.
Rio/Janeiro		6	Uma caixa com 33 armônicas ordinárias.
Havre	L. Daniel	7	Uma caixa c/100 bocetas com fructas cristalizadas pesando com as mesmas 50 kilos.
			Uma (?) contendo 4 queijos suíços pesando com as latas 148 kilos.
			Uma caixa c/400 pacotes com biscoitos pesando 52 kilos.
			Uma caixa com 60 latas com geleia de frutas pesando com as latas 35 kilos
Rio/Janeiro	Naira Levy	7	Uma caixa c/13 exemplares pesando 11 kilos em brochuras e em quaisquer outras obras (sic).
			299 livros impressos pesando 86 kilos encadernados em capa de papelão.
			12 bolsas para viagem de couro sem preparo.
			12 sacos para viagem, aliás bolsas de couro sem preparo.
			12 caixinhas de cores para desenho pesando 8 kilos.

6 dúzias de escovas p.^a dentes, de osso
500 caixinhas com penas para escrever, de aço.

12 dúzias de transparentes para telescópios vistas de papelão pesando 2 kilos, de qualquer qualidade.

12 camisas de algodão com peito de linho bordado.

16 dúzias de colarinhos de linho.

16 1/2 dúzias de vistas p.^a telescópios de papelão pesando 2 kilos de qualquer outra qualidade.

Uma dúzia de carteiras ordinárias pesando 2 kilos.

Três caixas c/perfumarias pesando com envoltórios 370 kilos.

Uma caixa com 36 dúzias de camisas de algodão com peito de linho

21 dúzias de colarinhos de linho bordado.

Uma caixa c/9 peças de fantasia aliás pechisbeque em obra de ourives pesando líquido 18 kilos.

Uma caixa c/57 dúzias de colarinhos lisos aliás 36 dúzias.

12 dúzias de pares de meias de algodão curtas de ms. de 20 centímetros.

12 dúzias de cerôulas de linho.

12 dúzias de cerôulas de algodão.

Uma caixa com 2 kilos de adereços de vidro.

500 gramas de bocetas de chifres p.^a rapé.

Nove dúzias de escovas de osso para dentes.

Duas dúzias de escovas para cabeça com cabos de madeira.

Duas dúzias de escovas p.^a roupa de madeira ordinária

Seis bolsas p.^a viagem com preparos

12 leques de madrepérolas

Um kilo de espelhos de madeira (sic) ordinários pequenos

12 chapéus de sol de seda p.^a homem, cabo de osso

Dois kilos de abotoaduras para camisas, de madreperla

20 kilos de pechisbeque em obra de ourives

Uma caixa de panos de algodão lavado pesando líquido 20 kilos.

Pelo exposto, constata-se a presença de sangue judeu em diversas etnias que povoaram o solo gaúcho. Judeus, convertidos ou não ao cristianismo, antes de iniciar-se o presente século, habitaram o Rio Grande do Sul. Deles não são conhecidos registros, à semelhança do que ocorre no Rio de Janeiro (Wolff), de reuniões de correligionários para a comemoração dos grandes eventos como a Páscoa ou o **Ion Kipur**. De outra parte, seus sobrenomes aparecem, presentemente, em famílias cristãs. Algumas têm consciência da ascendência, outras, há muito esqueceram as origens. O que presidiu essa absorção mereceria estudo. É possível vislumbrar a dificuldade de conservação ancestral no reduzido universo judeu de então.

Teriam desaparecido desse pequeno mundo judaico todos os traços de uma cultura milenar sobrevivente nas mais adversas condições? A este problema, no momento (1935), tem-se uma solução apenas parcial. No trabalho do historiador e genealogista gaúcho Paulo Xavier, sugestivamente intitulado “Eles Venceram o Tempo” (1975), tem-se uma resposta abrangendo os descendentes da corrente ibérica. Vindos como cristãos-novos, na maioria das vezes, não deixaram de marcar com práticas ancestrais a sociedade em que se inseriram.

No trabalho citado, entre as populações de origem peninsular ou açoriana, o autor registra como de influência hebraica o resguardo pós-parto, relacionando-o com a purificação ritual, o uso da lamparina de azeite no quarto da parturiente, o banho, mudança de roupa e doação de esmolas aos sábados. Destaca a importância da influência judaica em uma das atividades mais expressivas da vida gaúcha, ainda hoje observada na Campanha. No abate de bovinos, a preocupação de atingir o coração do animal e o sangramento em pé de modo a ficar “a carne o mais exangue possível”.

O que teria permanecido entre os vindos de outras origens? Entre alemães, franceses, ingleses, italianos, polacos?

O apresentado traz consigo mais interrogações do que respostas além de ter mostrado a presença de judeus “judeus” e judeus “não judeus” no primeiro século e meio de vida da Província de São Pedro. Se as interrogações suscitadas despertarem curiosidade de pesquisadores, os objetivos que se teve em vista terão sido alcançados.

O reduzido mundo judeu gaúcho é, em termos de estudo, muito mais amplo do que parece e muito mais desconhecido do que se pretende.

Bibliografia Consultada

- AZEVEDO LIMA, Antônio (Editor) — **Almanak Administrativo Comercial e Industrial para 1874**. Ano II, Porto Alegre, Typ. Jornal do Comércio 1874.
- BARRETO, Abeillard — **Bibliografia Sul-Riograndense**. Rio de Janeiro, Conselho Federal de Cultura, 1976.
- BECKER, Klaus — **Apontamentos sobre judeus alemães no Rio Grande do Sul no tempo do Império**. (1822-1889). In Anais do I Simpósio de História da Imigração e Colonização Alemã no Rio Grande do Sul, São Leopoldo, 1974.
- BEUX, Armindo — **Franceses no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, "A Nação", 1976.
- CANABRAVA, Alice Piffer — **O comércio português no Rio do Prata, 1580/1640** — São Paulo, Ed. Universidade de São Paulo, 1984.
- CARNEIRO, Fernando — **História da Imigração no Brasil — uma interpretação**. In Boletim Geográfico, Rio de Janeiro, Conselho Nacional de Geografia, IBGE, 1948. Ano VI, n.º 69.
- COPSTEIN, R. — **O Trabalho estrangeiro no município do Rio Grande**. In Boletim Gaúcho de Geografia, Porto Alegre, Associação dos Geógrafos Brasileiros, Núcleo de Porto Alegre, 1975. N.º 4.
- DÖRNTE, Roberto — **A Maçonaria de São Leopoldo**. In Anais do I Simpósio de História da Imigração e Colonização Alemã no Rio Grande do Sul. São Leopoldo, 1974.
- GANDIA, Enrique de — **Del origem de las nombres y apellidos y la Ciencia Genealogica**. Buenos Aires, Ed. La Facultad, 1930.
- HUNSCHKE, Carlos — **O Biênio 1824/25 da imigração e colonização alemã no Rio Grande do Sul (Província de São Pedro)** — Porto Alegre, "A Nação"/SEC, 1975.
- LEMMERS-DANFORTH, Fedor von — **Índole da Legião Alemã de 1851 a serviço do Brasil**. In Boletim do Centro Rio-Grandense de Estudos Históricos, Rio Grande, 1947. Vol. III.
- MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — **Registro de Estrangeiros**. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1962.
- NICOLAIEWSKY, Eva — **Israelitas no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, Garatuja, 1975.

- ORNANO, Noel Paul Baptiste d'Baron — **Appendice faisant suite au Rapport Général sur cet province redigé le 14 Septembre 1860**, in Soriano, Jaqueline **O Rio Grande do Sul na 2.^a metade do século XIX**. Datilografado, s/d.
- RAMBO, Balduino S.J. — **A Imigração Alemã**. In Enciclopédia Rio Grandense, Canoas, Ed. Regional Ltda, 1956.
- ROTH, Cecil — **La contribución judia a la civilización**. Buenos Aires, Editorial Israel, 1946/5706.
- SILVA, Benedicto (Coord.) **Dicionário de Ciências Sociais**. Rio de Janeiro, Fundação "Getúlio Vargas", 1986.
- WOLFF, Egon e Frieda — **Judeus no Brasil Imperial**.
- WOUK, Herman — **Este é meu Deus**. Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 1965.
- XAVIER, Paulo — **eles venceram o tempo**. In Suplemento Rural do Correio do Povo. Porto Alegre, Cia. Caldas Júnior, 15/8/1975.

DOCUMENTOS

Processo nº 277. Ano 1828. Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul, maço 11, estante 33.

COMPORTAMENTO POLÍTICO: CAUDILHOS E CORONÉIS

Moacyr Flores

Na década em que se abrem as negociações de integração entre os países do Cone Sul, no esforço de desenvolver a América Latina, é interessante examinar as semelhanças e diferenças do Rio Grande do Sul, Uruguai e Argentina, que permitem o conhecimento de realidade que nos envolve.

É inegável que a fronteira gerou semelhanças nas relações dos indivíduos com o meio físico, com a exploração econômica e com a organização social. Os conflitos de fronteira exacerbaram as disputas históricas e ideológicas, principalmente no período após a independência, dominado pelas paixões nacionalistas.

A fronteira também é um espaço, apesar das tensões internacionais, onde as famílias se misturam por casamento e compadrio, onde o contrabando estabelece valores comuns, criando relações que transcendem a política internacional.

Examinando as semelhanças no folclore, nos vocábulos espanhóis usados no Rio Grande do Sul, na formação de uma sociedade pecuarista e guerreira, na distância do poder central, na existência de chefes políticos regionais, encontramos um aparente paradoxo: não existe o **caudilhismo platino** no Rio Grande do Sul. Numa constatação simples até os caudilhos Gumercindo e Aparício Saraiva, quando ingressam no processo revolucionário da oposição rio-grandense, transformam-se em meros cabos de guerra, sem incorporarem as características caudilhescas da Banda Oriental do Uruguai. Na estrutura do poder no Rio Grande do Sul aparece o **coronelismo**, não permitindo o aparecimento do **caudilhismo**.

Entendemos **caudilho** como chefe revolucionário que recebia sua força de camponeses, cegamente sujeitos à sua vontade.

O coronel é um chefe político regional, sujeito ao poder central, e que sustenta o governo ou partido político.

A palavra **caudilho** é empregada no Rio Grande do Sul para designar o adversário político, jamais a um correligionário. Nesse sentido **caudilho** é pejorativo, revela o político ditatorial, antidemocrata e que não segue as diretrizes do partido, preocupando-se unicamente com o poder.

O fenômeno do **coronelismo** é comum na área rural brasileira, apresentando-se com características diversas: o coronel fazendeiro, o coronel comerciante, o coronel padre e o coronel burocrata. O caudilhismo platino não teve aceitação por causa da mentalidade política sul-rio-grandense, que se entrosou com o mode-

lo político brasileiro, apesar de uma constante interpretação de elementos “castelhanos” na fronteira.

Qual a origem do coronelismo no Rio Grande do Sul e por que predominou sobre o caudilhismo? Acreditamos que a resposta esteja na formação da estrutura do poder político no Rio Grande do Sul.

Nos séculos XVIII e XIX, possuíamos uma população rural, concentrada na zona da Campanha, que predominava sobre a urbana, tendo como célula sócio-econômica a estância. O latifúndio criou distâncias, isolando famílias e como o manejo do gado requeria pouca mão-de-obra, tornou rarefeita a população rural. Como só recebia terras quem era proprietário, o latifúndio aumentou a miséria de muitos pobres.

Durante o período colonial a Coroa Portuguesa não manteve grande contingente de soldados de primeira linha, apenas guarnições nos fortes de Rio Grande e Rio Pardo, ou nos centros urbanos. O poder militar colonial baseava-se na milícia, formada pelos proprietários de terra, com seus familiares, empregados e escravos. Os chefes locais de milícias, ficavam subordinados a um comandante militar de carreira, nomeado pelo poder central.

Outros fatores importantes para o surgimento do coronelismo são a centralização do governo em Portugal e a formação de uma burocracia colonial, nomeada por indicação dos chefes locais. Os burocratas coloniais eram recrutados entre o clero e entre os bacharéis formados em Direito Canônico. Completando a centralização, as Câmaras Municipais não possuíam forais, isto é, não legislavam, apenas administravam o núcleo urbano e distribuíam justiça em pequenas causas.

A nossa independência, em 1822, não provocou rupturas com a sociedade civil porque foi realizada pelo governante, o regente D. Pedro I, que manteve o mesmo corpo de funcionários públicos, não mexendo na burocracia que detinha o poder desde a formação no período colonial. Mudamos de Reino Unido a Portugal para Império do Brasil, conservando o estado unitário e centralizado. Os senadores e deputados juntos com a burocracia criaram um sistema patrimonial em que os bens do estado são utilizados com exclusividade pelos donos do poder, como se fossem bens particulares, excluindo os políticos da oposição de todas as benesses do poder. Atribui-se a Júlio de Castilhos a seguinte frase: “Aos amigos tudo, aos adversários políticos o rigor da lei”.

O governo central instituiu o sistema cartorial de recrutamento de burocratas entre os chefes políticos da área rural. Políticos da oposição não eram indicados para cargos públicos. A centralização do poder mantinha os chefes políticos regionais fiéis ao sistema em troca de nomeações aos cargos públicos e de postos hierárquicos na milícia.

Em 1831, a Regência transformou a milícia em Guarda Nacional, formada por cidadãos armados, com objetivos de colaborar no policiamento e de auxiliar o exército imperial em caso de guerra. Até 1852, a Câmara Municipal nomeava os oficiais da Guarda Nacional, evitando a formação de um chefe regional poderoso, que se transformasse em **caudilho**, levantando os gaúchos e campeiros. A hierarquia militar eletiva impedia o surgimento do caudilhismo. Mesmo du-

rante a Revolução Farroupilha, a adoção da teoria liberal evitou que o chefe militar, coronel Bento Gonçalves da Silva, se transformasse num **caudilho**.

Os liberais pretendiam atingir a modernidade política com a federação, significando a autonomia provincial e municipal. Esse princípio poderia favorecer o **caudilhismo**, mas a doutrina liberal pretendia um Poder Legislativo forte para evitar a ditadura militar do Poder Executivo. A liberdade seria assegurada pela lei, que deveria estar de acordo com o costume do povo. Bento Gonçalves da Silva, ao assumir a presidência da República Rio-Grandense, não convocou o Conselho de Procuradores Municipais e protelou ao máximo a convocação da Assembleia Constituinte e Legislativa, sendo acusado por revolucionários exaltados de ditador.

Os liberais não aceitavam o **caudilhismo**, porque tinham como objetivo o sistema parlamentar constitucional, lutando contra o absolutismo do poder e os privilégios de classes. A ditadura era tida como sinal de incompetência do governante.

Os corpos da Guarda Nacional eram municipais e seus oficiais se recusavam a marchar fora de seu município, prejudicando a formação de um exército republicano e limitando o poder militar de Bento Gonçalves da Silva. A vitória do Partido Conservador, em 1845, trouxe novamente a centralização do poder, baseada numa burocracia nomeada pela Corte e recrutada na sociedade rural.

Em 1852, os oficiais da Guarda Nacional passaram a ser nomeados pelo presidente da província, aumentando a centralização do poder provincial e obstaculizando a formação de caudilhos. A formação de oligarquias políticas no Rio Grande do Sul, sob o mando de coronéis da Guarda Nacional, fornece elementos para a burocracia provincial, surgindo a figura do coronel burocrata. Aos poucos aumenta o efetivo da polícia e do exército, principalmente depois da Guerra do Paraguai, ocupando os espaços militares da Guarda Nacional. As promoções e transferências dos oficiais evitavam a formação de chefes regionais com poderes caudilhescos.

O Rio Grande do Sul contribuiu com o maior número de oficiais para o exército brasileiro e seus políticos interferiram na política nacional, inclusive na proclamação da República, através da questão militar, criada por Júlio Prates de Castilhos em artigos no jornal A Federação.

Se no Império não houve oportunidades para o surgimento do **caudilhismo**, veremos que também na República, apesar das revoluções de 1893, 1923, 1924 e 1926, não havia espaço político para os caudilhos, pois o coronelismo predominou na política rio-grandense.

A criação da Brigada Militar, em 1893, como polícia militar do governo estadual, deu o poder militar ao governador, que passou a contar com um exército particular. A Guarda Nacional foi extinta e os chefes políticos receberam títulos honoríficos de capitão, major, tenente-coronel e coronel, de acordo com seu poder de arregimentação de eleitores. Nas revoluções esses oficiais honorários contribuíam com corpos provisórios que combatiam junto com a Brigada Militar, contra os revolucionários, como, por exemplo, Osvaldo Aranha, Flores da

Cunha, Paim Filho, Arthur Ferreira Filho. Na chamada República Velha (1889/1930) o título de coronel passou a designar o chefe político regional.

O Partido Republicano Rio-grandense (PRR) apossou-se do governo de 1889 a 1930, implantando uma nova ordem social, que tinha como objetivo o progresso através de uma economia industrial. A teoria positivista, adotada nos governos de Júlio de Castilhos e de Borges de Medeiros, construiu a ditadura do Poder Executivo, tendo um único chefe carismático, apoiando-se no estado policial que sufocava qualquer questão social, como acontece com as greves e passeatas de operários organizados pelos anarco-sindicalistas.

Na ditadura positivista não havia lugar para a democracia. As decisões eram do governo, que sabia o que o povo precisava. A oposição foi excluída da participação no governo e da burocracia administrativa. As eleições fraudulentas garantiam a permanência dos republicanos no poder. As nomeações de intendentess municipais controlavam os líderes políticos regionais. Quando um deles fazia uma boa administração, era nomeado deputado estadual ou federal, afastado de sua região e daqueles que o apoiavam. Essas nomeações eram dadas como um prêmio, mas na realidade eram para evitar que os chefes locais criassem forças para um confronto com o poder estadual.

Embora a população rural fosse maior que a urbana, não havia conflito entre os coronéis do interior com as autoridades urbanas, isto porque eram os coronéis do campo que indicavam os parentes, amigos e correligionários para os empregos públicos na área urbana. Essa troca de favores, através do chamado clientelismo, dava prestígio aos coronéis que conseguiam empregos públicos, ao mesmo tempo que os tornavam submissos e dependentes do poder estadual. Qualquer dissidência ou oposição significava a marginalização política, o afastamento do emprego público, só restando o ostracismo político ou a revolução.

A Constituição Rio-Grandense de 1891 transformou a Assembléia Legislativa Estadual em mera câmara consultiva com atribuições de aprovar o orçamento do Poder Executivo, que passou a legislar através de decretos. Mesmo que a oposição democrática conseguisse eleger deputados, não podia interferir no sistema governamental.

A nova ordem social positivista desestruturou o ensino no Rio Grande do Sul, ao fechar as Escolas Normais de formação de professores. Os diplomas e cursos acadêmicos perderam o valor, valia a prática adquirida através da experiência. Tornava-se mais fácil o recrutamento de funcionários entre os indicados pelos coronéis, pois nem sempre os afilhados possuíam diplomas ou formação acadêmica. Em 1906, a queda do nível do ensino, por falta de professores especializados, obrigou o governo a reabrir as Escolas Normais.

O governo positivista criou escolas técnicas de agricultura e de indústria para os meninos, e escolas de economia doméstica para as meninas.

A produção cultural passou a contar com o apoio do governo positivista, desde que seguisse o modelo teórico de Augusto Comte. Toda a manifestação popular, através do folclore, foi considerada como grosseira, cabia aos poetas reelaborarem as lendas, os mitos, os contos e os folguedos, dando-lhes forma mais erudita, antes de devolvê-los ao povo. João Cezimbra Jacques, em 1896,

criou o Grêmio Gaúcho, que reunia intelectuais citadinos para cultuarem as tradições do gaúcho mitificado. Os escritores são consagrados oficialmente dentro dos padrões rígidos do positivismo, oportunizando o crescimento da mediocridade e do pedantismo. O culto do passado, com exaltação dos heróis, criou o regionalismo voltado para uma idade de ouro gauchesca.

Os filhos dos coronéis alfabetizavam-se em casa com professor particular, cursavam o colégio dos jesuítas em S. Leopoldo, depois seguiam a Escola Militar ou curso de Direito. Os antigos colegas de turma se encontravam nos cargos administrativos e na hierarquia militar, facilitando os arranjos e composições políticas entre os indivíduos de uma mesma geração. Os acordos entre revolucionários e governo eram praticados por colegas de estudo. Geralmente, aquele que ocupava um alto cargo administrativo, chamava seus antigos colegas para a chefia da polícia, para as secretarias de estado ou para as intendências. Era muito difícil romper com os elos desta corrente política. Desde cedo, o jovem compreendia, que para fazer carreira política, necessitava entrar para a máquina burocrática governamental. Um caudilho seria esmagado pelas forças governamentais. Só o coronel, transformado em burocrata, tinha condições de fazer carreira política.

Resta-nos ainda examinar a atuação do caudilho Gumercindo Saraiva, que comandou a vanguarda das tropas revolucionárias do general João Nunes da Silva Tavares. A invasão do Rio Grande do Sul deu-se com 400 revolucionários, entre voluntários brasileiros e "maragatos", acaudilhados por Gumercindo Saraiva. Os chefes civis da revolução eram Gaspar Silveira Martins e Barros Casal, que orientavam a compra de material bélico e justificavam pela imprensa os acontecimentos revolucionários. As tropas revolucionárias dividiam-se em pequenas forças, que atuavam sob o comando de "coronéis", como Gumercindo Saraiva, Marcelino Pina, Prestes Guimarães, Vasco Alves, Timóteo Saraiva e Nogueira. Após o combate de Inhanduí, os federalistas retiraram-se para a República Oriental do Uruguai, permanecendo em luta apenas a coluna comandada por Gumercindo Saraiva, agora no posto de general. Com sua morte, em 10.8.1894, em Carovi, o comando passou para o caudilho Aparício Saraiva, que, após alguns combates, atravessa o rio Uruguai e se interna na Argentina.

Tanto Gumercindo como Aparício Saraiva lutaram com tropas acaudilhadas, mas suas atuações na revolução de 1893, no Rio Grande do Sul, assemelham-se aos coronéis sul-rio-grandenses. O caudilho recrutava seus combatentes entre os camponeses, que lutavam pelo chefe, que retribuía com um sentimento de responsabilidade por seus comandados, estabelecendo disciplina à sua maneira. A maioria são proprietários de terra, agem como chefes autônomos, sem o comando supremo efetivo.

Durante a Primeira República ou República Velha, a violência foi uma das formas de manutenção do poder, criando um sistema oligárquico, que possuía segmentos dissidentes e adesistas. As oligarquias agrárias são dominantes porque a terra ainda era a maior fonte de renda e não havia um conflito entre o campo e a cidade porque existia uma complementação no processo agrícola-comercial-industrial. Outro fator importante é que os núcleos urbanos são formados por

migrantes da área rural e por imigrantes estrangeiros. A formação de uma burocracia administrativa com elementos indicados pelos oligarcas rurais, ou coronéis, ampliou a duração do domínio das oligarquias rurais. O fenômeno do coronelismo é responsável pela fragmentação de forças que impedia um enfrentamento com a ditadura positivista que tinha sua força na ideologia, na coesão partidária, na fraude eleitoral, no controle da máquina burocrática e militar.

Com o crescimento dos setores secundários e terciários, ampliando os segmentos sociais operários e de prestações de serviços, começam os questionamentos ao sistema oligárquico, em busca do fim do regime social fragmentado e comandado pelos coronéis. Na década de 1920 surge o tenentismo, com suas ambigüidades política e social, o anarco-sindicalismo e comunismo pretendendo a destruição do capitalismo e os democratas querendo a participação no sistema governamental. Também as forças armadas, principalmente o exército, tornam-se responsáveis por rebeldias ao sistema da República Velha.

O coronelismo é um fenômeno político-social existente em todo o Brasil e responsável pela manutenção de um governo de força na República Velha, sendo também fundamental no processo histórico do Rio Grande do Sul. Jamais o coronel rio-grandense se apresentava como caudilho, reservando ao adversário político este apelido.

Bibliografia

- CARONE, Edgard — O Tenentismo. São Paulo, DIFEL, 1975.
- CARONE, Edgard — A República Velha — Instituições e Classes Sociais. São Paulo, DIFEL, 1975.
- COMTE, Augusto — Discurso sobre o espírito positivo. Porto Alegre, Globo, 1976.
- COMTE, Augusto — Opúsculo de Filosofia Social. Porto Alegre, Globo, 1972.
- DOURADO, Ângelo — Voluntários do Martírio — narrativa da Revolução de 1893. Porto Alegre, Martins, 1977.
- FÉLIX, Loiva Otero — Coronelismo, Borgismo e cooptação política. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1987.
- FERREIRA FILHO, Arthur — História Geral do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, Globo, 1965.
- FLORES, Moacyr — História do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, Nova Dimensão, 1990.
- FRANCO, Afonso Arinos de Melo — Problemas Políticos Brasileiros. Rio de Janeiro, José Olympio, 1975.
- FRANCO, Sérgio da Costa — Júlio de Castilhos e sua época. Porto Alegre, Globo, 1967.
- IDÉIAS Políticas de Júlio de Castilhos — Brasília, Senado Federal, 1982.
- LINS, Ivan — Perspectivas de Augusto Comte. Rio de Janeiro, São José, 1965.
- MALFATTI, Selvino Antônio — Chimangos e maragatos no governo de Borges de Medeiros. Santa Maria, Pallotti, 1988.

- MENA SEGARRA, C. Enrique — Aparício Saraiva, las últimas patriadas. Montevideo, Banda Oriental, 1977.
- MONTE ARRAES, R. de — O Rio Grande do Sul e as suas Instituições Governamentais. Brasília, UnB, 1981.
- PAIM, Antônio — Plataforma política do Positivismo ilustrado. Brasília, UnB, 1981.
- RODRIGUEZ, Ricardo Vélez — Castilhismo, uma filosofia da república, Porto Alegre, EST/Caxias do Sul, UCS, 1980.
- VENÂNCIO FILHO, Alberto — O Poder Executivo na República Brasileira. Brasília, UnB, 1981.

TOPONOMÁSTICA SUL-RIO-GRANDENSE

Nomes oficiais, para-oficiais e extra-oficiais, atribuídos ao território do Rio Grande do Sul através dos tempos.

Helio Moro Mariante

Compulsando-se documentos prístinos, referentes ao território ocupado pelo Rio Grande do Sul dos nossos dias, encontramos, a cada passo, diferenciações de denominações atribuídas ao espaço geográfico compreendido pelo estado mais meridional da federação brasileira.

A cartografia quinhentista e seiscentista, os antigos diários de visitantes, de funcionários da corte ou de militares, a correspondência, ativa e passiva, dos primeiros governantes, as cartas de sesmaria, os termos de nomeação e de posse de funcionários, as atas de instalação de municípios, os relatos de estudiosos, enfim, as mil e uma manifestações escritas da vida de uma comunidade, documentação revelada pelos pesquisadores e historiadores, através da ilustração dos seus estudos, com a transcrição "ipsis litteris" de documentos autênticos, tudo isto está repleto de citações as mais bizarras, de grafias as mais esquisitas, de batismos os mais originais.

Em nossas leituras colhemos mais de uma centena de formas diferentes de chamar, batizar, crismar, apelidar e cognominar o nosso pago.

Desde os topos mais antigos — GENTIO DOS TAPES — PORTO DOS PATOS — TERRA DOS PATOS e SÃO PEDRO —, até à denominação atual — ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL —, deparam-se a todo o momento batismos singulares, variados e estranhos, alguns até pitorescos.

Releva acentuar-se que não tratamos só de denominações oficiais, mas sim, como já foi dito, de nomes apanhados em documentos oficiais, em relatos para oficiais ou descrições extra-oficiais, todos de suma valia para conhecimento de nossa história e de nossa geografia.

Convictos estamos da imperfeição do presente estudo, pois fácil é deduzir-se da abundância de documentos e de literatura existentes e da apoucada parcela que conseguimos ter sob nossos olhos.

“Pra onde se atira, patricio?

Pros campos do Rio Grande de São Pedro”

(Erico Verissimo, in O CONTINENTE.)

O Brasil — colônia já contava mais de dois séculos e tinha de conhecido e relativamente povoado apenas o litoral e parte do interior de Santa Catarina para o norte, quando o espírito de conquista do lusitano volta suas atenções mais para o extremo meridião, então um imenso vazio, uma verdadeira

TERRA DE NINGUÉM, (1)

Nos fins do século XVIII Laguna era o núcleo humano mais meridional do novo e promissor império luso, visto que a Colônia do Sacramento, atrevida e arrojada iniciativa das gentes da bandeira das quinas, fundada quase na mesma época, cambiava de senhorio ao sabor das divergências dos reis “fidelíssimos” e “católicos” e, obviamente, da sorte das suas armas.

Entre uma e outra, nestes

CONFINES DO BRASIL, (2)

nestas

ADJACÊNCIAS DO PARAGUAI, (3)

ou no

DISTRITO DA LAGUNA, COM SUA VILA E SEU SERTÃO, (4)

tinha-se desse

PAÍS DELICIOSO DO RIO GRANDE (5),

apenas conhecimentos vagos pelos relatos de tropeiros, viajantes e aventureiros.

Segundo informações prestadas pela Câmara de Laguna ao Conselho Ultramarino, em 06.01.1715, remetendo informações de Manuel Gonçalves de Aguiar,

“No tocante o **RIO GRANDE** nos consta por vários moradores desta povoação como pelo povoador dela o capitão-mor Francisco de Brito Peixoto, que cursaram toda essa campanha do Rio Grande, em tempo a que ia conquistar o gentio bárbaro, ser o dito Rio Grande a melhor terra de toda a América do Brasil para se povoar, onde se pode acomodar todo o Brasil sem que nele mostre os milhões de moradores que tiver em si pelas grandes e dilatadas campanhas que tem”.

(6)

Naqueles tempos, segundo a ótica suspeitíssima de um alto funcionário do Conselho Ultramarino,

“Pelo contrário, aos Espanhóis não fazia falta na vastíssima província do Paraguai

“A PORÇÃO QUE FICA DO URUGUAI PARA O MAR”. (7)

Recuando-se ainda mais no tempo vamos encontrar, talvez, a primeira carta geográfica que faz menção expressa a esta parte da América do Sul — o Atlas de Maiolo, de 1519 — que registra:

“GENTIO DOS TAPES”

e, segundo mapa de Gaspar Viegas, 1534:

“SÃO PEDRO”

Assim que os

DENOMINAÇÕES DO TERRITÓRIO GAÚCHO

Na imensa documentação conhecida que trata de assuntos afinentes ao Rio Grande do Sul, oriunda da pena de homens públicos, cartógrafos, viajantes, tropeiros, militares, desbravadores, escritores, historiadores, poetas ou de simples informantes, vamos encontrar uma série de denominações ao território sul-riograndense, através dos tempos.

Em se não tratando grande parte deles de denominações oficiais, mas sim do registro de verbetes ou expressões impressas batizando a região do estado mais à meridião de nossa pátria, relacionamos os topos ordenando-os nos seguintes grupos: **Tape, São Pedro, Comandância, Governo, Continente, Capitania, Província, Rio Grande, República, Estado**, bem como de denominações singulares registrando o autor e a fonte.

I — TAPE

1 — TAPE

“Tinha-se alguma notícia, graças ao padre Roque Gonzales, a quem cabem as honras da iniciativa, na exploração em regra de “la region imensa conocida entonces por El Tape”.

(Alfredo Varela, in História da Grande Revolução).

2 — GENTIO DOS TAPES

Designação encontrada no mapa de Maiolo — 1519.

3 — TERRA DOS TAPES

“... e só a incúria da Metrópole permitiria que a TERRA DOS TAPES, vital pela sua situação geográfica para a Terra de Santa Cruz, fosse algum dia chamada “adjacências do Paraguai”.

(Oswaldo Aranha, in A Revolução de 35 e a Unidade Nacional).

4 — PAÍS DOS TAPES

“Em 1628, porém, entram pelo PAÍS DOS TAPES, os primeiros civilizados”.

(Walter Spalding, in Igreja no Velho Continente de São Pedro do Sul).

5 — PROVÍNCIA DOS TAPES

“1639. Estudando a matéria, foi o pedido deferido e, por cédula real, creta a PROVÍNCIA DOS TAPES, compreendendo todo o território à Leste do Rio Uruguai, até o Prata e o mar”.

(Simões Lopes Neto, in Terra Gaúcha).

6 — PROVÍNCIA CASTELHANA DE TAPE

“No começo era a PROVÍNCIA CASTELHANA DE TAPE, também denominada por nós, Continente de São Pedro de El Rey...”.

(Rinaldo Pereira Câmara, in O Marechal Câmara).

II — SÃO PEDRO

7 — SÃO PEDRO

“Não é preciso dizer mais para mostrar que a colonização das terras de SÃO PEDRO, obedecendo inicialmente a móveis...”.

(Guilhermino Cesar, in História da Literatura do Rio Grande do Sul).

8 — SÃO PEDRO DO RIO GRANDE

“Porque S. PEDRO DO RIO GR. foi tão tarde (conhecido) explorado e cultivado?”

(Pe. Carlos Teschauer, in Poranduva Riograndense).

9 — SÃO PEDRO DO RIO GRANDE DO SUL

“NECROLOGIA. SÃO PEDRO DO RIO GRANDE DO SUL”.

(Manchete noticiando o falecimento do Marechal Câmara, publicada in Imprensa Imperial e Nacional do Rio de Janeiro, em 1827).

10 — SÃO PEDRO DO SUL

“... reunida extraordinariamente a Assembléia Legislativa Provincial de S. PEDRO DO SUL, pelas dez e meia horas da manhã...”.

(Trecho da ata da Assembléia Legislativa Provincial Extraordinária de 09/12/1835).

III — COMANDÂNCIA

11 — COMANDÂNCIA

“O Governo do Rio Grande do Sul, escreveu Florêncio de Abreu, in Retrospecto..., teve no seu começo, o título de COMANDÂNCIA...”.

(Nota de Walter Spalding, in Terra Gaúcha, de Simões Lopes Neto).

12 — COMANDÂNCIA DO RIO GRANDE DE SÃO PEDRO DO SUL

“1737-1760. ... iniciando-se, assim, sua vida político-administrativa, com a denominação de COMANDÂNCIA DO RIO GRANDE DE SÃO PEDRO DO SUL...”.

(Rinaldo Pereira Câmara, in O MARECHAL CÂMARA).

IV — GOVERNO

13 — GOVERNO DE SÃO PEDRO DO SUL

“Quanto ao projeto que o mesmo governo remete para o estabelecimento de huma Colonia no GOVERNO DE SÃO PEDRO DO SUL...”.

(Trecho do parecer do Conselho Ultramarino, em 2 de janeiro de 1736).

14 — GOVERNO DO CONTINENTE DO RIO GRANDE DE SÃO PEDRO

“Principia este Governo do CONTINENTE DO RIO GRANDE DE SÃO



“CAMPOS DO BRASIL DO SUL” (8)

começaram a ser a arena na qual se iriam digladiar por mais de um século os dois povos irmãos da península ibérica, estas lonjuras e soledades da REPARTIÇÃO DO SUL começaram a ser chamadas de DESERTOS, CAMPANHAS, SERTÕES, ADJACÊNCIAS DO PARAGUAI, CONTINENTE e quejandos.

Retrocedendo aos meados do século XVII, aí pelos idos de 1640, no que se refere ao Brasil, muito pouco havia de conhecido e cartografado, quando o “cosmographo de sva Maiestade João Teyxeyra” cruzou nossa costa a serviço de El-Rei a fim de descrever “todo o marítimo da terra de St.^a Cruz chamada vulgarmente o Brazil” e assim relatou o que lhe foi dado apreciar:

esta hum Rio aq. chamão de Martim Affonço de Souza (9), q. tem pouco fundo e trinta legoas mais ao Nordeste do dito Rio, esta o Rio grande, o qual tem oito palmos de fundo e sahe de huma Alagoa de 45 legoas de comprido (10) que vay correndo ao longo da costa, ficando hum pequeno intervallo de terra entre a Lagoa e a costa, pelo que lhe chamão de RIO GRANDE DA ALAGOA, em toda esta costa naon temos povoação. Continua se a cos q. vem do Rio Grande da Alagoa para o Nordeste por espaço de setenta legoas, sem em toda ella haver porto notavel...”

Já que estamos falando em costa, esta deveria chamar-se, segundo o padre Strasser, em carta de 15 de outubro de 1744, “COSTA BRAVA E DESASTROSA, por ser em todo o tempo muito borrascosa e haver deitado a pique muitas naves”, ou “ESPARCELADA COSTA, SEM ABRIGO NEM SURGIDOURO”, na pitoresca linguagem de Fernandes Pinheiro, o Visconde de São Leopoldo, ou, ainda “COSTA BAIXA” ou “COSTA DE AREIA”, das cartas e relatos dos primeiros tempos.

Em toda essa “esparcelada costa” havia uma única e difícil porta de entrada — a “BARRA DIABÓLICA”, como a apelidou Gomes Freire de Andrade, Conde de Bobadela, barra que foi o terror dos nautas pelas dificuldades que opunha a quem necessitasse penetrar no Rio de São Pedro que por esse motivo tornou-se mui afamado e mais temido pelos mareantes.

Entretanto, esse famoso canal que tantas dores de cabeça causou aos governantes e aos usuários, certa feita decepcionou profundamente a Domingos Filgueiras que, em seu famoso ROTEIRO (1703) assim a ele se referiu:

“Advirto que o RIO GRANDE, à vista do que se diz dele, É UMA DROGA, por que nós, assim que a ele chegamos, estávamos vendo os lobos sair dele para a praia e tornarem a meter-se no rio”.

Mas como “A BARRA NÃO TEM QUERER”, frase “delenda Cartago” de Gaspar Silveira Martins, foi ela finalmente domada e, em 1915, já permitia a navegação de navios de grande calado.

DENOMINAÇÕES OFICIAIS

Divergem os autores a respeito dos nomes oficiais do Rio Grande do Sul nos primeiros tempos.

Várias denominações foram dadas às terras do pampa brasileiro, desprezando-se, por hábito ou ignorância, a designação oficial.

Documentos oriundos das mais altas repartições da Corte e da Coroa demonstram esse desconhecimento. Até os firmados por El-Rey, na mesma época, freqüentemente, eram grafados em desacordo com a denominação oficial. Decretos, atas, apostilas, e demais papéis oficiais dos primeiros tempos registravam, dessemelhantermente, o nome do território.

Exemplificamos com o célebre Mapa de Cabrera — D. José Maria Cabrera, 1751, que no tocante à região onde hoje se situa o Rio Grande do Sul, registra três denominações:

— Continente de Viamão, Continente d'el Rey e Rio Grande de São Pedro.

Até num mesmo documento oficial encontramos duas maneiras distintas de batismo, conforme se pode ver da ata de instalação da Câmara de Vereadores e do Município de Camaquã que em seu intróito diz:

“... Capital da PROVÍNCIA DE SÃO PEDRO, compareceram...”, concluindo desta maneira: “... e empossados pelo capitão Francisco Baptista da Silva Pereira, Presidente da Câmara Municipal da Capital da PROVÍNCIA DO RIO GRANDE DE SÃO PEDRO DO SUL”.

Dos vários autores consultados a respeito dos nomes oficiais do Rio Grande do Sul optamos pela relação apresentada pelo professor Rinaldo Pereira da Câmara. Em sua obra “O MARECHAL CÂMARA”, 1.^o volume, apresenta os nomes oficiais do Rio Grande do Sul, a partir de 1620, aduzinado que antes dessa data era chamado

CONTINENTE DE SÃO PEDRO DO RIO GRANDE DO SUL.

De 1620 a 1737 — CAPITANIA DEL REI;

De 1737 a 1760 — COMANDÂNCIA DO RIO GRANDE DE SÃO PEDRO DO SUL;

De 1760 a 1807 — CAPITANIA SUBALTERNA DO RIO GRANDE DE SÃO PEDRO DO SUL;

De 1807 a 1823 — CAPITANIA-GERAL DE SÃO PEDRO;

De 1823 a 1889 — PROVÍNCIA DE SÃO PEDRO, e

De 1889 a nossos dias — ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL.

É bom recordar que de 1836 a 1845, embora não reconhecido pelo governo imperial, o Rio Grande do Sul separou-se do Brasil, constituindo a República Rio-Grandense.

DENOMINAÇÕES REGIONAIS

As mais antigas denominações regionais que encontramos são as que nos descreve Aurélio Porto, em sua História das Missões Orientais do Uruguai, dividindo o Rio Grande do Sul em três províncias jesuíticas: Ibiaçá, Uruguai e Tape.

Ditas denominações aparecem com freqüência nas Cartas Ânuaas e na vasta correspondência da Companhia de Jesus, na primeira fase do ciclo missioneiro no sul do Brasil, então nitidamente castelhana. (1626-1641).

Antes da fundação oficial do Rio Grande do Sul (1737), Viamão era uma das regiões mais conhecidas, por situar-se logo à entrada norte do estado, pelo caminho da praia, rota natural para quem se dirigia ao meridiano do Brasil-colônia. Abandonando o caminho da praia, flexionando-se à direita e fugindo da serra, para quem vinha do norte, penetrava-se nessa região que ficou sendo conhecida como Campos de Viamão, Continente de Viamão e Fronteira de Viamão.

Logo após foi a região da atual cidade de Rio Grande a que teve preponderância, por ser o primeiro núcleo oficial sul-rio-grandense, com seu presídio, porto, obras de fortificação, o célebre Regimento de Dragões, residência oficial dos primeiros governantes e por mil-e-outras razões de todos conhecidas.

Na documentação por nós compulsada encontramos as seguintes denominações para essa região: **Presídio, Presídio do Rio Grande, Fortaleza do Rio Grande, Fortaleza de Jesus, Maria, José, Rio Grande de São Pedro, Grande Rio de São Pedro, Rio de São Pedro e Continente da Vila de Rio Grande de São Pedro.**

O vocábulo TRANQUEIRA, com todo o peso do seu significado, também foi muito empregado, encontrando-se em inúmeros documentos as denominações de **Tranqueira do Rio Pardo e Tranqueira de Santo Amaro.** O município de Rio Pardo ostenta em seu brasão a expressiva legenda de TRANQUEIRA INVICTA. Mereceu, ainda, a denominação de **Distrito de Rio Pardo Continente da Vila de Rio Grande de São Pedro.**

FRONTEIRA foi outra denominação muito corrente, principalmente na farta documentação que trata dos acontecimentos político-militares de fins do século XVII e do XVIII. Registramos **Fronteira de Viamão, do Rio Grande, do Taim, do Rio Pardo, de Bagé, do Alegrete, do Jaguarão, do Taim e Albardão, das Missões, do Quaraí, da Vacaria e do Norte.** (São José do Norte),

Parcialidades do território gaúcho já tiveram os seguintes nomes: **Sertão da Laguna, Sertão dos Patos e Sertão dos Arachanes, Terra dos Arachanes, Forqueta do Rio Pardo, Campanha de Buenos Aires, Campanha do Jaguarão, Cima da Serra, Vacaria dos Pinhais, Vacaria do Mar, Pampa da Vacaria, Praia de Pernambuco e Península de Pernambuco.**

A atual São José do Norte já mereceu, em documento, essa quilométrica denominação: **Freguezia de Nossa Senhora da Conceição do Estreito do Norte de São Pedro do Rio Grande.**

O Oceano Atlântico, na costa gaúcha, já foi registrado em cartas geográficas, de **Mar Paraguaio, Mar Brazílico, Mar Oceânico e Oceano Etiópico.**

Atualmente, 1990, são as seguintes as zonas fisiográficas sul-rio-grandenses: **Litoral, Depressão Central, Missões, Campanha, Serra do Sudeste, Encosta do Sudeste, Alto Uruguai, Campos de Cima da Serra, Planalto Médio, Encosta Inferior do Nordeste e Encosta Superior do Nordeste.**

DENOMINAÇÕES DO TERRITÓRIO GAÚCHO

Na imensa documentação conhecida que trata de assuntos atinentes ao Rio Grande do Sul, oriunda da pena de homens públicos, cartógrafos, viajantes, tropeiros, militares, desbravadores, escritores, historiadores, poetas ou de simples informantes, vamos encontrar uma série de denominações ao território sul-riograndense, através dos tempos.

Em se não tratando grande parte deles de denominações oficiais, mas sim do registro de verbetes ou expressões impressas batizando a região do estado mais à meridiano de nossa pátria, relacionamos os topos ordenando-os nos seguintes grupos: **Tape, São Pedro, Comandância, Governo, Continente, Capitania, Província, Rio Grande, República, Estado**, bem como de denominações singulares registrando o autor e a fonte.

I — TAPE

1 — TAPE

“Tinha-se alguma notícia, graças ao padre Roque Gonzales, a quem cabem as honras da iniciativa, na exploração em regra de “la region imensa conocida entonces por El Tape”.

(Alfredo Varela, in História da Grande Revolução).

2 — GENTIO DOS TAPES

Designação encontrada no mapa de Maiolo — 1519.

3 — TERRA DOS TAPES

“... e só a incúria da Metrópole permitiria que a TERRA DOS TAPES, vital pela sua situação geográfica para a Terra de Santa Cruz, fosse algum dia chamada “adjacências do Paraguai”.

(Oswaldo Aranha, in a Revolução de 35 e a Unidade Nacional).

4 — PAÍS DOS TAPES

“Em 1628, porém, entram pelo PAÍS DOS TAPES, os primeiros civilizados”.

(Walter Spalding, in Igreja no Velho Continente de São Pedro do Sul).

5 — PROVÍNCIA DOS TAPES

“1639. Estudando a matéria, foi o pedido deferido e, por cédula real, ereta a PROVÍNCIA DOS TAPES, compreendendo todo o território à Leste do Rio Uruguai, até o Prata e o mar”.

(Simões Lopes Neto, in Terra Gaúcha).

6 — PROVÍNCIA CASTELHANA DE TAPE

“No começo era a PROVÍNCIA CASTELHANA DE TAPE, também denominada por nós, Continente de São Pedro de El Rey...”.

(Rinaldo Pereira Câmara, in O Marechal Câmara).

II — SÃO PEDRO

7 — SÃO PEDRO

“Não é preciso dizer mais para mostrar que a colonização das terras de SÃO PEDRO, obedecendo inicialmente a móveis...”

(Guilhermino Cesar, in História da Literatura do Rio Grande do Sul).

8 — SÃO PEDRO DO RIO GRANDE

“Porque S. PEDRO DO RIO GR. foi tão tarde (conhecido) explorado e cultivado?”

(Pe. Carlos Teschauer, in Poranduva Riograndense).

9 — SÃO PEDRO DO RIO GRANDE DO SUL

“NECROLOGIA. SÃO PEDRO DO RIO GRANDE DO SUL”.

(Manchete noticiando o falecimento do Marechal Câmara, publicada in Imprensa Imperial e Nacional do Rio de Janeiro, em 1827).

10 — SÃO PEDRO DO SUL

“... reunida extraordinariamente a Assembléia Legislativa Provincial de S. PEDRO DO SUL, pelas dez e meia horas da manhã...”

(Trecho da ata da Assembléia Legislativa Provincial Extraordinária de 09/12/1835).

III — COMANDÂNCIA

11 — COMANDÂNCIA

“O Governo do Rio Grande do Sul, escreveu Florêncio de Abreu, in Retrospecto..., teve no seu começo, o título de COMANDÂNCIA...”

(Nota de Walter Spalding, in Terra Gaúcha, de Simões Lopes Neto).

12 — COMANDÂNCIA DO RIO GRANDE DE SÃO PEDRO DO SUL

“1737-1760. ... iniciando-se, assim, sua vida político-administrativa, com a denominação de COMANDÂNCIA DO RIO GRANDE DE SÃO PEDRO DO SUL...”

(Rinaldo Pereira Câmara, in O MARECHAL CÂMARA).

IV — GOVERNO

13 — GOVERNO DE SÃO PEDRO DO SUL

“Quanto ao projeto que o mesmo governo remete para o estabelecimento de huma Colonia no GOVERNO DE SÃO PEDRO DO SUL...”

(Trecho do parecer do Conselho Ultramarino, em 2 de janeiro de 1736).

14 — GOVERNO DO CONTINENTE DO RIO GRANDE DE SÃO PEDRO

“Principia este Governo do CONTINENTE DO RIO GRANDE DE SÃO

PEDRO na Costa do Mar Atlântico, ou do Brasil...”.

(Excerto de uma carta do Brigadeiro J. F. Roscio ao Ten. Gen. Sebastião Xavier da Veiga Cabral, em 18-8-1797).

15 — GOVERNO DO RIO GRANDE

Expressão usada na carta-patente de nomeação do primeiro governador Cel. Inácio Eloi de Madureira.

16 — GOVERNO DO RIO GRANDE DE SÃO PEDRO DO SUL

“A Província de São Pedro, anteriormente GOVERNO DO RIO GRANDE DE SÃO PEDRO DO SUL...”.

(Visconde de São Leopoldo, in Anais).

17 — GOUVERNEMENT DEL REY

Riograndino da Costa e Silva, in Notas à margem da História do Rio Grande do Sul.

18 — GOUV. DE RIO

Mesma notação anterior.

V — CONTINENTE

19 — CONTINENTE

“Quando V. E. tomou posse deste Governo, em o ano de 1780, era o CONTINENTE uma cousa insignificante. Era quasi nada!”

(Extrato da representação dos moradores deste Continente ao Ten. General Sebastião Xavier).

20 — CONTINENTE DE EL-REI

“... afirmou, em modo categoricíssimo existirem no CONTINENTE DE EL-REI, opulentas minas dos dous mais preciosos metais...”.

(Estevam Pereira, in Notícias).

21 — CONTINENTE DE RIO GRANDE

“O CONTINENTE DE RIO GRANDE já era, então, administrado por governadores”.

(Luiz Gomes de Freitas, in Estâncias Antigas).

22 — CONTINENTE DE SÃO PEDRO

“Antes de existir na parte oriental do CONTINENTE DE SÃO PEDRO qualquer núcleo de povoação...”.

(Borges Fortes, in Troncos Seculares).

23 — CONTINENTE DE SÃO PEDRO DE EL-REY

“No começo era a Província Castelhana de Tape, também cognominada por

nós, CONTINENTE DE SÃO PEDRO DE EL-REY”.
(Rinaldo P. Câmara, in O Marechal Câmara).

24 — CONTINENTE DE SÃO PEDRO DO RIO GRANDE DO SUL

“Era assim, na segunda metade do século XVIII, o CONTINENTE DE SÃO PEDRO DO RIO GRANDE DO SUL...”.
(Otelo Rosa, in Bento Gonçalves da Silva).

25 — CONTINENTE DE SÃO PEDRO DO SUL

“A gleba gaúcha adormeceu para mais tarde, ressurgir com o nome de CONTINENTE DE SÃO PEDRO DO SUL, onde...”.
(Eurico Salis, in O Solo e o Homem no Rio Grande do Sul).

26 — CONTINENTE DE VIAMÃO

“... houve, também, quem o denominasse, antes do povoamento oficial — CONTINENTE DE VIAMÃO, mesmo em documentos oficiais...”.
(Nota de Walter Spalding, in Terra Gaúcha de Simões Lopes Neto).

27 — CONTINENTE DE VIAMÃO DEL REY

Mapa de D. José Maria Cabrei — 1751.

28 — CONTINENTE DE VIAMARA

“Livro das Vereanças da Câmara da vila do Rio Grande de São Pedro e do CONTINENTE DE VIAMARA — 1766”.
(J. Tupi Caldas, in Duas proposições).

29 — CONTINENTE DO RIO GRANDE

“REGISTRO — Criação da Vila de Pôrto Alegre. Com expreção das Reays ordez. de El Rey meu Snr. qto. tanto mer.^{ca} medidas oestabelecim.^{to} do CONTIN.^e DO R G.^{de} para o cum.^{to}...”.

(Extrato de documento constante do acervo do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul).

30 — CONTINENTE DO RIO GRANDE DE SÃO PEDRO

“Termo de juramento. Aos vinte e nove de dezembro de mil setecentos e secenta enove Annos neste Arrayal e Capella de Nosa Senhora da Conceição de Viamão do CONTINENTE DO RIO GRANDE DE SÃO PEDRO na...”.
(Documento constante do Arquivo Histórico do R.G.S.).

31 — CONTINENTE DO RIO GRANDE DE SÃO PEDRO DO SUL

“À Fazenda Velha do defunto Carvalho e rio de Pelótas, cujas expressões se confundem na mesma precisão geográfica de marco divisório entre a Capitania Paulistana e o Governo do CONTINENTE DO RIO GRANDE DE SÃO PEDRO DO SUL...”.

(Trecho da correspondência de Martim Lópes Lôbo de Saldanha, in Da Iniciação Planaltina, do dr. Manuel Duarte).

32 — CONTINENTE DO RIO GRANDE DO SUL

“Notícia Particular do CONTINENTE DO RIO GRANDE DO SUL”.
(Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro — Tomo XXI).

33 — CONTINENTE DO SUL

“... o que nós chamamos presentemente CONTINENTE DO SUL, ou dêse a costa de léste do Paraná (porque do outro lado já são os paraguais) até a...”.
(José de Saldanha, in Diário Resumido da Demarcação).

34 — CONTINENTE PORTUGUÊS

“... atestando que variavam muito os negócios político-militares do CONTINENTE PORTUGUÊS...”.
(Alfredo Varela, in História da Grande Revolução).

35 — CONTINENTE SUL DO RIO GRANDE DE SÃO PEDRO

“... também os territórios de S. Catarina e do CONTINENTE SUL DO RIO GRANDE DE SÃO PEDRO até ao Prata...”.
(Mons. dr. João Maria Balém, in Jurisdição Eclesiástica sobre o Rio Grande do Sul).

36 — CONTINENTE RIO-GRANDENSE

“O gado introduzido em 1634 pelo Pe. Cristovam de Mendonza, na região missioneira, havia se espalhado pelo CONTINENTE RIO-GRANDENSE...”.
(Salgado Martins, in Aspectos do Continente de São Pedro no século XVIII).

37 — CONTINENTE E GOVERNO DO RIO GRANDE DE SÃO PEDRO
(Compêndio noticioso, do Brigadeiro João Francisco Roscio).

VI — CAPITANIA

38 — CAPITANIA D'EL REY (11)

“Em 1520, por Alvará, passou a “Terra de Ninguém” a denominar-se CAPITANIA D'EL REY...”.
(Simões Lopes Neto, in Terra Gaúcha).

39 — CAPITANIA DEL RIO

“... do padre Francisco Manoel Sobreviela, que assinaria esta com o título de CAPITANIA DEL RIO...”.
(Fernandes Pinheiro, in Anais).

40 — CAPITANIA DE SÃO PEDRO

“Anno do nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil oitocentos e nove aos nove dias do mes de Outubro do dito anno, nesta Villa de Porto Alegre, CAPITANIA DE SÃO PEDRO...”.
(Excerto do termo de posse do último governador D. Diogo de Souza).

- 41 — **CAPITANIA DE SÃO PEDRO DE EL-REI DA COROA**
(Afrânio Peixoto, in História do Brasil).
- 42 — **CAPITANIA DE SÃO PEDRO DO RIO GRANDE**
“... nesta Vila de Porto Alegre, Capital da CAPITANIA DE SÃO PEDRO DO RIO GRANDE, nas Casas da Câmara, em vereança...”.
(Extrato do auto de posse do Conde da Figueira como Governador da Capitania).
- 43 — **CAPITANIA DE SÃO PEDRO DO RIO GRANDE DO SUL**
“As denominações do atual Estado do Rio Grande do Sul foram várias... CAPITANIA DE SÃO PEDRO DO RIO GRANDE DO SUL...”.
(Simões Lopes Neto, in Terra Gaúcha).
- 44 — **CAPITANIA DE SÃO PEDRO DO SUL**
“... nesta Vila de Porto Alegre, Capital da CAPITANIA DE SÃO PEDRO DO SUL, deste Estado do Brasil...”.
(Trecho do auto de posse do Marquês de Alegrete como governador).
- 45 — **CAPITANIA DO RIO GRANDE**
“... lembrava a Câmara de Laguna ao Marquês de Lavradio que aquela Vila pertencia a CAPITANIA de Santa Catarina e nam do RIO GRANDE...”.
(Extraído da resposta da Câmara de Laguna a uma consulta do Marquês de Lavradio).
- 46 — **CAPITANIA DO RIO GRANDE DE SÃO PEDRO**
“Representa a Vossa Alteza Real o Brigadeiro João Francisco Roscio Comissario de Limites na 1.^a Divisão da Demarcação d’America Meridional, que sucedendo, Intirrinamente no Governo da CAPITANIA DO RIO GRANDE DE SÃO PEDRO, por fallecimento do...”.
(Excerto do requerimento que o brigadeiro Roscio dirigiu a El Rei, em 1804 ou 1805).
- 47 — **CAPITANIA DO RIO GRANDE DE SÃO PEDRO DO SUL**
“... o Interino Governo, que exerceo nesta CAPITANIA DO RIO GRANDE DE SÃO PEDRO DO SUL por falecim^{to} do effectivo...”.
(Trecho do pedido de certidão do auto de posse do brigadeiro Roscio como governador interino).
- 48 — **CAPITANIA DO RIO GRANDE DO SUL**
“Almanak da Villa de Porto Alegre, com reflexões sobre o estado da CAPITANIA DO RIO GRANDE DO SUL”, por Manoel Antonio de Magalhães — 1808.
(Revista do IHGRGS. Vol. 79 — 1940).

49 — CAPITANIA DO SUL (12)

“... em nome do Conde de Bobadela, Governador e Capitão General destas CAPITANIAS DO SUL...”.

(Fernandes Pinheiro, in Anais).

50 — CAPITANIA GERAL

“... o Rio Grande, elevado nesse decênio ao predicamento de CAPITANIA GERAL, viu-se em grande perigo...”.

(Trecho do discurso do dep. Xavier Ferreira, no Parlamento, transcrito no Diário de Porto Alegre, em 4/9/1827).

51 — CAPITANIA GERAL DE SÃO PEDRO

“CAPITANIA GERAL DE SÃO PEDRO. 1807-1823. Só então emancipamo-nos administrativamente da Capitania-Geral do Rio de Janeiro...”.

(Rinaldo P. Câmara, in O Marechal Câmara).

52 — CAPITANIA GERAL DE SÃO PEDRO DO RIO GRANDE DO SUL

“... já constituído o seu atual território, foi criada a CAPITANIA GERAL DE SÃO PEDRO DO RIO GRANDE DO SUL...”.

(Helio Viana, in História das Fronteiras do Brasil).

53 — CAPITANIA GERAL DO RIO GRANDE DE SÃO PEDRO

“D. Diogo de Souza, primeiro Governador e Capitão General nomeado para a nova CAPITANIA GERAL DO RIO GRANDE DE SÃO PEDRO por decreto de 25 de fevereiro de 1807...”.

(Gal. José Ignacio Abreu Lima, in Notas sobre o Rio Grande do Sul).

54 — CAPITANIA SUBALTERNA DO RIO GRANDE DE SÃO PEDRO DO SUL

“... CAPITANIA SUBALTERNA DO RIO GRANDE DE SÃO PEDRO DO SUL. 1760-1807”.

(Rinaldo P. Câmara, in O Marechal Câmara).

55 — CAPITANIA DO RIO DE SÃO PEDRO DO SUL

“... faço saber que atendendo a grande distância em que fica do Rio de Janeiro a CAPITANIA DO RIO DE SÃO PEDRO DO SUL...”.

(Extrato do decreto de D. João V, de 19/9/1807).

56 — CAPITAINIE ROYALE

Riograndino da Costa e Silva, in Notas à margem da história do Rio Grande do Sul.

VII — PROVÍNCIA

57 — PROVÍNCIA DAS MISSÕES

“Com o tempo estender-se-ia como gôta de azeite a todo o território, absorvendo finalmente as referências indiscriminadas de País dos Paulistas, Adjacências do Paraguai ou PROVÍNCIA DAS MISSÕES”.

(Moysés Vellinho, in Capitania d’el Rey).

58 — PROVÍNCIA DEL REI (13)

“As designações do atual Estado do Rio Grande do Sul foram várias... PROVÍNCIA DEL REI...”.

(Walter Spalding, in Terra Gaúcha).

59 — PROVÍNCIA DE SÃO PEDRO

“Em todas as povoações da vasta, rica PROVÍNCIA DE SÃO PEDRO, que eu conheço, por muito se sofreu do...”.

(Informação prestada pelo deputado baiano Ferreira França, à Assembléia Constituinte, em agosto de 1823).

60 — PROVÍNCIA DE SÃO PEDRO DO BRAZIL

“Comarca da PROVINCIA DE SÃO PEDRO DO BRAZIL; sendo Sua Magestade...”.

(Início da ata de lançamento da pedra fundamental da Igreja de Montenegro, em 10/9/1861).

61 — PROVÍNCIA DE SÃO PEDRO DO RIO GRANDE

“... foi nomeado presidente da PROVINCIA DE SÃO PEDRO DO RIO GRANDE — Feliciano Fernandes Pinheiro, Visconde de São Leopoldo”.

(Maria Mendes Pereira, in Estudo do Povoamento do Rio Grande do Sul).

62 — PROVÍNCIA DE SÃO PEDRO DO RIO GRANDE DO SUL

“Comarca de Porto Alegre PROVINCIA DE SÃO PEDRO DO RIO GRANDE DO SUL...”.

(Trecho da ata da formação da mesa paroquial de Vacaria).

63 — PROVÍNCIA DE SÃO PEDRO DO SUL

“No dia 28 de maio de 1827, na Villa de Rio Pardo, PROVINCIA DE SÃO PEDRO DO SUL...”.

(Início do necrológio do Primeiro Visconde de Pelotas, publicado na Imprensa Imperial e Nacional do Rio de Janeiro, 1827).

64 — PROVÍNCIA DE VIAMÃO

“A PROVINCIA DE VIAMÃO padecerá a maior ruína porque, faltando-lhe êste comércio de mulas...”.

(Extrato da carta de D. Luiz de Souza ao Vice-Rei, em 1773).

65 — PROVÍNCIA DO GOVÊRNO DO PRATA

“PROVINCIA DO GOVERNO DO PRATA, ou também de Buenos Ayres, foi outro nome que recebera em 1620...”.

(Padre Teschauer, in Poranduba Riograndense).

66 — PROVÍNCIA DO RIO GRANDE

“No caso de Oribe se negar à convenção proposta, que se preste, pelo menos, a que as forças leaes da PROVINCIA DO RIO GRANDE possa achar cavalhadas, no Estado Oriental...”.

(Duarte da Ponte Ribeiro, in Memórias).

67 — PROVÍNCIA DO RIO GRANDE DE SÃO PEDRO

“... começaram desde logo a infestar as fronteiras da PROVINCIA DO RIO GRANDE DE SÃO PEDRO...”.

(Trecho do manifesto e justificativa da Côrte do Brasil e dos motivos que a obrigaram a declarar guerra às Províncias Unidas do Prata).

68 — PROVÍNCIA DO RIO GRANDE DE SÃO PEDRO DO SUL

Título do livro de Nicolau Dreys.

69 — PROVÍNCIA DO RIO GRANDE DO SUL

“Sob as ordens do nôvo capitão-general da PROVINCIA DO RIO GRANDE DO SUL, o marechal de campo Luiz Teles da Silva Caminha e Mesquita (1775-1828), marquês de Alegrete...”.

(Henrique Oscar Wiederspahn, in Campanha de Ituaingô).

70 — PROVÍNCIA DO PARAGUAI

“Pelo contrário, aos Hespanhóis não o fazia falta na vastíssima PROVÍNCIA DO PARAGUAY a porção que fica do Uruguai para o mar...”.

(Extrato da resposta de Alexandre Gusmão, secretário do Conselho Ultramarino, ao Brigadeiro Antonio Pedro de Vasconcelos, a respeito da praça da Colônia).

71 — PROVÍNCIA DE BUENOS AYRES

Inscrição no mapa de D. Juan de Olmedilla, 1775, abrangendo grande parte do território do hoje Estado do Rio Grande do Sul.

VIII — RIO GRANDE

72 — RIO GRANDE

“Já antes da fundação de Laguna, ao que parece, tropeiros paulistas percorriam o RIO GRANDE...”.

(Anotação de Walter Spalding, in Terra Gaúcha).

73 — RIO GRANDE DA ALAGOA

(Inscrição no mapa de João Teixeira).

74 — RIO GRANDE DE SÃO PEDRO

“— Pra onde se atira, patrício?

— Pros campos do RIO GRANDE DE SÃO PEDRO”.

(Érico Veríssimo, in O TEMPO E O VENTO).

75 — RIO GRANDE DE SÃO PEDRO DO SUL

“... nesta Villa de Nossa Senhora Madre de Deos de Porto Alegre Capital do Governo o RIO GRANDE DE SÃO PEDRO DO SUL, na casa que...”.

(Trecho da certidão de posse de Paulo José da Silva Gama, como Governador).

76 — RIO GRANDE DO SUL

“1759. 11 de Dezembro. O Cap^m Casemiro de Moraes Leite, seguindo por terra para o RIO GRANDE DO SUL, levando tres pessoas...”.

(Excerto do documento n.º 80 — Administração da Colônia do Sacramento — Biblioteca Nacional).

77 — RIO GRANDE DO SUL DE SÃO PEDRO

“... que foi da fundação do RIO GRANDE DO SUL DE SÃO PEDRO até à Independência do Brasil de Portugal”.

(Éxtrato do livro “Conde de Porto Alegre”, de Carlos Maul).

IX — REPÚBLICA

78 — REPÚBLICA DE PIRATINI

“... e no qual Rozas reconhecia intitulada REPUBLICA DE PIRATINY...”.

(Ofício da legação de Montevidéu transcrito na História da Grande Revolução de Alfredo Varela).

79 — REPÚBLICA DO PIRATINI

“... Domingos José de Almeida que, radicando-se no Rio Grande do Sul, foi alí deputado provincial, vice-presidente da REPUBLICA DO PIRATINI...”.

(João Dornas Filho, in Aspectos da Economia Nacional).

80 — REPÚBLICA FARRAPA

“... e convidava Bento Gonçalves a coadjuvá-lo na expulsão de Dom Fructo, que ele Rozas consolidaria depois a REPUBLICA FARRAPA...”.

(Ofício da legação de Montevideo citado no n.º 75).

81 — REPÚBLICA RIO GRANDENSE

“... foi declarado que a Província do Rio Grande de ora em diante se cons-

tituí a nação livre e independente com o título de REPÚBLICA RIO-GRANDENSE...”.

(Trecho da ata de declaração da Independência do Rio Grande do Sul).

82 — REPÚBLICA DO RIO GRANDE

“10 de Agosto de 1840. Decreto do Governo da REPÚBLICA DO RIO GRANDE estabelecendo o serviço militar forçado, indicando os casos de traição à Pátria”.

(Coruja Filho, in Datas Rio-grandenses).

83 — REPÚBLICA DO RIO GRANDE DO SUL

“24 de Janeiro de 1843. Decreto da Assembléia da REPÚBLICA DO RIO GRANDE DO SUL, datado de Alegrete, assinado por Bento Gonçalves da Silva e...”.

(Vide notação anterior).

84 — REPÚBLICA CONSTITUCIONAL RIO-GRANDENSE

“A fórmula do juramento do cidadão republicano, usada durante o período 37-45, era a seguinte: “Juro manter a religião católica, apostólica, romana; sustentar a Independência e indivisibilidade da REPÚBLICA CONSTITUCIONAL RIO-GRANDENSE...”.

(Vide notação anterior).

X — ESTADO

85 — ESTADO RIO-GRANDENSE

“O tope nacional do ESTADO RIO-GRANDENSE será de forma circular, contendo as três cores nacionais...”.

(Coruja Filho, in Datas Rio-Grandenses).

86 — ESTADO DE SÃO PEDRO DO RIO GRANDE DO SUL

In Carta Geográfica representativa do traçado do Canal da Laguna a Porto Alegre. 1890. Desenhada pelo engenheiro Paulo Hamelin-Projetada pelo Cel. Graduado do Corpo de Engenheiros Edúardo José de Moraes.

Encontra-se no MUSEU ANITA GARIBALDI, em Laguna.

87 — ESTADO DE SÃO PEDRO DO SUL

“A 21 de Novembro de 1801 falecia em Porto Alegre o governador do ESTADO DE SÃO PEDRO DO SUL tenete-general Sebastião da Veiga Cabral da Câmara...”.

(Artur Alfredo da Motta Alves, in Elementos para a biografia do Engenheiro Francisco João Roscio).

88 — ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Denominação oficial desde a Proclamação da República Brasileira em 1889.

XI — DENOMINAÇÕES SINGULARES

89 — PARAGUAI

“O nome mais antigo é PARAGUAI, de que faz parte, e sendo este então do domínio espanhol, logo se vê...”.

(Padre Teschauer, in Poranduba Rio-grandense).

90 — ADJACÊNCIAS DO PARAGUAI

Inscrição encontrada no mapa de Luiz Ernot — 1631/32.

91 — PORTO DOS PATOS

Única referência contida em vários mapas da cartografia antiga e inscrita no território compreendido hoje pelo Estado do Rio Grande do Sul.

92 — TERRA DOS PATOS

Legenda inscrita no mapa de Henrici Handy — 1630.

93 — SERTÃO DOS PATOS DO IBITOCARAIBA

Designação descrita por Taunay.

94 — DOMÍNIOS DO RIO GRANDE

“... com que na Forqueta do Rio Pardo, cobria por aquella parte os DOMÍNIOS DO RIO GRANDE...”.

(Trecho da carta de Luiz Garcia de Bivar a Diogo de Mendonça, em 18.04.1754).

95 — DOMÍNIO DO RIO GRANDE DE SÃO PEDRO

“... desembarquei a 16 do dito mez, para me incorporar com o Brigadeiro José da Silva Paes, no DOMÍNIO DO RIO GRANDE DE SÃO PEDRO...”.

(Excerto da Memória dirigida pelo mestre-de-campo André Ribeiro Coutinho a Gomes Freire de Andrade, em 1740).

96 — CAMPANHA DO BRASIL

“Rio Grande do Sul então assim designado”.

.(Aurélio Porto, in História das Missões Orientais do Uruguai).

97 — TERRAS DO BRASIL

Inscrição encontrada no Mapa dos Reinel, na parte hoje ocupada pelo Rio Grande do Sul.

98 — RIO DE SÃO PEDRO

“O território Sul-rio-grandense ficou primitivamente denominado RIO DE SÃO PEDRO”.

(J. O. Pinto Soares, in Reconhecimento da costa sul-brasileira. O Rio Grande de São Pedro. O Brasil).

99 — TIERRA DE URUGUAIS

Cartografia da Região Amazônica.

Mapoteca do Itamarati. Rio. CNP, 1963. Vol. L. Pg. 257.

Esta inscrição aparece no centro do território onde hoje é o Rio Grande do Sul.

100 — SERTÃO

“... se há notícia que os castelhanos venham àquele SERTÃO buscar herva congonha porque os moradores do distrito de São Paulo já os encontravam...”.

Trecho da Provisão expedida por D. João V (10.04.1717) ordenando que o governador do Rio de Janeiro Antônio Brito de Menezes examinasse tudo o que se relacionasse ao posto da Ilha de Santa Catarina e suas adjacências. Pg. 29 do Vol. X, da Publicação do Arquivo Nacional.

101 — ESTABELECIMENTO DO RIO GRANDE DE SÃO PEDRO

Rev. do IHGRGS.

I Trim. Ano XVI. 1936. Pg. 149.

102 — DISTRITO DO RIO GRANDE DE SÃO PEDRO COM SUA VILA E SEU SERTÃO. (14)

“O homem colonizador do Século XVIII havendo designado o território, entre os paralelos sulinos de 27º a 30º, de “DISTRITO DA LAGUNA COM SUA VILLA E SEU SERTÃO”, e de “DISTRITO DO RIO GRANDE DE SÃO PEDRO COM SUA VILLA E SEU SERTÃO” a área austral do paralelo de 30º, não fez outra cousa senão...”.

(J. Tupi Caldas, in Geografia Histórica).

103 — DISTRITO DA LAGUNA COM SUA VILA E SEU SERTÃO

(Vide o número anterior).

104 — FORTALEZA DO RIO GRANDE

“Cristovão Pereira he homem de grande espirito e posto que paisano encontro em elle admiraveis disposições para lhe encarregar o governo da FORTALEZA DO RIO GRANDE, não só pela atividade que tem, mas pelo grande tracto e amizade que conserva com os gentios minuanes”.

(Trecho da carta de Gomes Freire de Andrade ao Conde das Galveas, Vice-Rei do Brasil, datada de 24 de julho de 1736).

105 — PRESIDIO DE SÃO PEDRO DO RIO GRANDE DO SUL

“Todos sabemos como foi povoado o território do antigo PRESÍDIO DE SÃO PEDRO DO RIO GRANDE DO SUL...”.

(Luiz Gomes de Freitas, in Estâncias Antigas).

106 — COLÔNIA DO RIO GRANDE DE SÃO PEDRO

“Como o Conselho tem representado a V.M. e entende que para a seguran-

ça desta nova COLÔNIA DO RIO GRANDE DE SÃO PEDRO se faz mais preciso...”.

(Trecho do parecer do Conselho Ultramarino, de 28 de janeiro de 1736, referindo-se a todo o território).

107 — REPARTIÇÃO DO SUL

“Nomeado, em seguida, Governador Geral e Administrador da REPARTIÇÃO DO SUL, que compreendia desde a Capitania do Espírito Santo até o extremo sul...”.

(Aurélio Porto, in História das Missões Orientais do Uruguai).

108 — VARJAS DAS VACARIAS DOS GENTIOS CAVALLEIROS E GUAY CURUES

“... para melhor identificar a região do “Governo de São Paulo” e a região das “VARJAS DAS VACARIAS DOS GENTIOS CAVALLEIROS E GUAY CURUES” entre os paralelos de 26° a 28° de latitude austral...”.

(Mapa anônimo da região parano-paraguaia da Coletânea de Mapas da Cartografia Paulista Antiga — Vol. I).

109 — CONFINS DO BRASIL

“Mapa dos CONFINS DO BRASIL com as terras da Corôa de Espanha na América Meridional”.

(Inscrição no famoso MAPA DAS CORTES-1749, de autor anônimo e que tanto serviu para o Tratado de Madri).

110 — TERRA-DE-NINGUÉM

(Expressão poética referente ao território gaúcho, alusiva à época anterior à sua colonização).

NOTAS

- 1 — Nome poético referente ao território sul-rio-grandense.
- 2 — MAPA DAS CORTES — 1749, de autor desconhecido.
- 3 — “PARAGUAY CUM ADJACENTIBUS”. Mapa do Pe. Luiz Erner, SJ (1631-1632).
- 4 — J. Tupi Caldas, in Geografia Histórica.
- 5 — Pizarro, in Memórias Históricas.
- 6 — Trecho de um documento anexo à Consulta feita pelo Conselho Ultramarino à propósito do alvitre apresentado para a fundação de uma povoação no atual território sul-rio-grandense.
- 7 — Excerto da resposta de Alexandre Gusmão, secretário do Conselho Ultramarino ao Brigadeiro Antônio Pedro de Vasconcelos, a respeito da Colônia do Sacramento.
- 8 — Lindman, in Vegetação do Rio Grande do Sul.
- 9 — Atual Rio Mampituba. Diversos cartógrafos localizam-no nos atuais arroio Chuí e rio Tramandaí.
- 10 — Atual Laguna dos Patos.
- 11 — Encontramos as seguintes grafias para este topo: “de El Rei”, “del Rei”, “d’El Rei” e “d’El Rey”.
- 12 — As Capitanias do Sul compreendiam as unidades administrativas da época, desde o Rio de Janeiro até o Rio Grande do Sul.
- 13 — O mapa do frei Santa Rosa grafa “Capitania de Ré”.
- 14 — O Rio Grande do Sul encontra-se enquadrado entre as seguintes latitudes sul: 27°, 03’ e 42’’ e 33°, 42’ e 31’’.
- 15 — A Repartição do Sul compreendia desde o Espírito Santo até o Rio Grande do Sul.
- 16 — Os “guay curues” (guaicurús) do sul pertenciam à nação chaná e constavam das seguintes tribos: chanás, guenoas, emboabas, iarós, charruas e minuanos. Os paralelos citados atingem parte N e NW do atual território sul-rio-grandense.

Obs: Mantivemos a ortografia encontrada nas obras que consultamos.

— § —

“... e tornando o Rio Grande não digo é uma das mais vistosas cousas, que criou a natureza, por não parecer encarecido, ou cair na censura de ignorante; mas expondo a grandeza deixarei o louvor à ponderação de V. E. ...”

CRISTOVAM PEREIRA DE ABREU, numa NOTÍCIA que enviou ao padre Diogo Soares).

“OS JESUÍTAS DOS 7 POVOS”,

(Ampla recensão)

Pe. Arthur Rabuske, S. J.

Sob este preciso título saiu recentemente do prelo um livro apreciável da autoria de Rubens Vidal Araújo. Fez-se sua “Composição, impressão e acabamento na Tipografia e Editora La Salle — Canoas, RS 1990”. E, salvo melhor juízo, custeou o próprio autor a edição de sua obra, que soma 467 páginas textuais do formato de 13 x 21 cm, visto que no lugar onde aliás aparece a editora, simplesmente está impresso o nome Rubens Vidal Araújo. Aliás, deixa ele mesmo assente, pelas iniciais abreviadas “R. V. A.”, como se constata na página três, que seu texto já se ultimara em “Porto Alegre, setembro de 1986”. Dessa forma houve, pois, quatro anos de espera paciente.

Lida com atenção e interesse a obra em exame, ficou-nos dela uma impressão geral bastante favorável, que agora caracterizamos da seguinte forma:

— O livro todo se nos apresenta num texto ameno, que é de fácil compreensão, estilo fluente, linguagem quase coloquial, ampla visão temática e oferta rica em questão de conhecimentos históricos. Sumariamente pode dizer-se sem quaisquer favores que importa numa divulgação historiográfica de bom nível cultural e que por isso merece a recomendação da leitura e do apreço de um grande público.

Assim, as observações críticas a que daqui em diante vamos submeter o conteúdo da obra, longe estão de quererem diminuir os méritos de seu distinto autor, que é advogado e jornalista por profissão, mas unicamente se destinam a contribuir para uma leitura mais profícua e a oferecer, talvez, algumas sugestões aproveitáveis para o caso de uma nova tiragem ou edição. Pretende proceder neste rumo nosso aã recensor, pois o texto intitulado “Os Jesuítas dos 7 Povos”, assim como está, apresenta não poucos dados a necessitarem alguma retificação, proveitosa como cremos tanto para os leitores como para o próprio autor. O espírito que nisso nos vai orientar, encontra-se expresso de certo modo no dito popular que contém esta recomendação: “Não julgue um livro pela capa, nem um homem pela profissão!”

Nossa exposição recenseadora, para não caminhar sem rumo certo, terá como norte prévio os seguintes marcos/fixos: o exame da capa e da contracapa, o do título, especial sobre a “Colección de Angelis”, o do aparato científico da obra, o dos conceitos de alguns termos forçosamente usados e por fim, o da pro-

fissão do próprio autor. Para intentos de clareza enumeram-se todos os itens indicados.

1º A capa.

Esta, que é singela, apresenta-se na frente com o título “Os Jesuítas dos 7 (!) povos”, ressaltando-se nele o algarismo sete, com o nome do autor e com a ilustração de uma família gaúcha, reunida em sua choupana. No dorso da capa, onde, aliás, continua parcialmente o clichê ilustrativo, acha-se em evidência a interessante constatação de Lady M. Graham, extraída do “Journal of a Voyage to Brazil” (London — 1824) e passada para o vernáculo nestes termos:

“Não sei que mal os jesuítas fizeram na Europa, mas estou convencida que na América sempre fizeram algum bem”.

Pode conjecturar-se que esta frase, posta assim em destaque — o que também se poderia ter feito numa das páginas iniciais do livro! — seja como que o “leitmotiv” do autor para toda a sua obra. Da ilustração da capa, de escolha mais ou menos acertada, teríamos esperado ao menos uma legenda, v. g. na página dois, a indicar-nos a origem ou o autor e o sentido.

No título temos o fato inusitado de se colocar em evidência o algarismo “7” da expressão “sete povos”. Olhando-se o índice de assuntos da obra, verificamos que ela se divide em sete partes, consagradas respectivamente ao Rio de La Plata, aos Jesuítas, aos Portugueses de São Paulo, aos Tapes, à Colônia do Sacramento, ao Levante dos Tapes e a Cevallos. Lendo-se, porém, o texto inteiro, nota-se que o título geral da obra ou o de “Os jesuítas dos 7 povos” não se deve tomar ao pé da letra, pois a temática tratada se apresenta muito mais ampla do que esse está a indicar. A rigor poderia esperar-se, de acordo com o enunciado do título, que o livro em foco tratasse estritamente dos jesuítas missionários dos “sete povos”, fundados por eles a partir de 1682 a 1706 na Banda Oriental do Uruguai e depois sujeitos à sua administração com algum sucesso até o ano de 1768, quando de sua expulsão do Prata.

O autor, no entanto, houve por bem chamar a sua obra de “Os jesuítas dos 7 povos”, embora saiba a propósito da presença ativa e influência marcante destes religiosos entre os índios da margem esquerda do Uruguai e do Tape nos recuados anos de 1626 a 1640, mais ou menos. Com isso, situa ele, acertadamente seu assunto no tempo e espaço, mas, assim procedendo, não nos oferece uma monografia histórica propriamente dita, visto que, para tanto, bastaria talvez a metade de sua obra, por exemplo a partir da 5ª parte, onde significativamente se acha indicado o subtítulo “Los 7 Pueblos” (p. 245).

Escolhendo, porém, semelhante título geral para sua obra, R. V. A., desde sua ampla visão temática, talvez quisesse sublinhar no missionário jesuíta o agente histórico mais diuturno e importante da antiga banda oriental do Uruguai, cujo território hoje se acha dividido entre o Rio Grande do Sul brasileiro e a República Oriental do Uruguai. Note-se de passagem que este nosso país vizinho não conserva por mero acaso em seu onomástico o qualificativo “Oriental” e que os uruguaios atuais não se chamem fortuitamente de “orientales”.

Mais provável, contudo, se nos afigura que o autor, na difícil tarefa da escolha do título geral de sua obra, pensasse nas condições do leitor comum, gaúcho e brasileiro, para os quais os conceitos relativos aos jesuítas e aos sete povos são algo mais corrente, acessível ou até familiar, mesmo que assim não corresponda plenamente à temática de seu livro.

Assim, já a partir das observações feitas até aqui, lícito se nos faz relembrar a recomendação do adágio citado, de que não se deve “julgar” precipitadamente um livro por sua capa e também não desde seu título e o conteúdo nele enunciado.

2.º A contracapa.

Chegamos com isso ao exame da contracapa, que se acha munida em suas orelhas ou abas internas com textos, sendo que o segundo traz como cabeçalho impresso os dizeres de “Os Vargas”, “3.º volume”. O breve texto que logo abaixo segue, traz, pois, o argumento sucinto de outra obra de R. V. A., vendo-se ao final, entre parênteses, a indicação de que “antes de julho” também essa edição se encontraria nas livrarias locais.

Na verdade, fica-se intrincado face à observação de “3.º volume”, pois esse mesmo texto sobre “Os Vargas” já teve, em 1985, outra edição, que o Globo de Porto Alegre, RS fizera. Interrogada a tal respeito, respondeu-nos o próprio autor que ele havia planejado algo assim como uma obra em cinco volumes, cujo assunto e título geral talvez seria o de “História dos Povos do Rio da Prata.” Dessa forma, a obra “Os jesuítas dos 7 povos” logicamente também teria de numerar-se em sua edição, sendo talvez o “volume 1.º, sobretudo na hipótese de com o passar do tempo aparecer ainda outro volume no prelo, sendo este, então, o “2.º”.

A primeira orelha da contracapa nos apresenta o livro em si ou seja precisamente o de “Os jesuítas dos 7 povos”, da autoria de Rubens Vidal Araújo. Ninguém subscreve essa apresentação, que lemos com atenção duplicada, visto que de certa forma importa em prefácio. É que aquilo que se acha na página três, sob os dizeres “Colección de Angelis”, dificilmente se pode considerar como tal ou que, apenas com generosidade, qualificaríamos de “a título de prefácio”. Dada, porém, a extrema importância dessa “Coleção”, dita de “Angelis”, vamos submeter ao depois o que ali se encontra a um exame explícito. Aqui nos interessam os conceitos emitidos na 1.ª aba da contracapa, cujo teor vai transcrito, frase por frase, para cá, a fim de o submetermos a um comentário judicioso. Começamos, pois, com o 1.º período, que reza assim:

— “Rubens Vidal Araújo registrou neste livro a extraordinária luta dos jesuítas, durante quase dois séculos, na edificação de uma das mais belas civilizações das 3(!) Américas: as Missões orientais do Rio Grande, ou ‘Los Siete Pueblos’ ”.

Deixando de lado a constatação de que naquele antanho ainda não se possa falar do Rio Grande do Sul propriamente dito, observamos que as missões então existentes não se devam confundir sem mais com os “Sete Povos”. Precedendo a estes, entre os anos de 1626 a 1640, houve à margem esquerda do Uruguai

e no Tape, a soma impressionante de 17 ou até de 18 reduções, como, aliás pretende o próprio autor. Classificamo-las de 1ª fase da ação missionária jesuítica no que ao depois veio a tornar-se o RS brasileiro. Ignorar essa fase ou simplesmente confundi-la com a seguinte ou a dos Sete Povos, importa de certo num erro em que incide com freqüência não raro escritor e eleitor gaúcho ou brasileiro.

Mas, como o apresentador da obra fala de uma luta ocorrida “durante quase dois séculos”, vai nesta asserção um exagero cronológico bastante grande, pois de 1626 a 1778, mesmo não suposto o intervalo de 42 anos, em que as reduções sobreviventes estiveram ou até ficaram com os seus missionários na banda ocidental do Uruguai, o período das lutas em foco não passa de 152 anos em solo hoje gaúcho-brasileiro. Assim sendo, mais acertado seria indicar-se para tudo cerca de século e meio ou, pelo visto supra, nem tanto...

Além disso não se pode desvincular o histórico dos Sete Povos e sua civilização das restantes 23 reduções igualmente guaranis, e que um dia se acharam sediadas no que hoje vêm a ser as províncias argentinas de Corrientes e Misiones, e na atual República do Paraguai. Além disso, deve lembrar-se que a Antiga Província Jesuítica do Paraguai — este o seu nome verdadeiro! — ainda teve a seu encargo outras missões indígenas, dispersas em território vastíssimo, como as guairenhas (do Guaíra ou Guairá!), as dos itatins (hoje Mato Grosso Sul e Pantanal!), as do Chiquitos (Bolívia atual!), as do Chaco argentino e paraguaio, as dos Pampas e da Patagônia, etc.

Verdade é que os sete povos tenham merecido por sua fama um lugar especial, ensinada não pouco pelo fatídico Tratado de Madri em 1750 e pela assim-chamada “guerra guaranítica” de 1754 a 56. Mas se esquece com nímia freqüência a indicação de que diversos dos povos da banda ocidental do Uruguai, como os de Reyes (Yapeyú), La Cruz, Santo Tomé, Concepción e outros, pelo fato de possuírem fazendas de gado e/ou ervaes no lado oriental do Uruguai sofreram danos idênticos aos dos Sete Povos, em decorrência de uma política inominável das Cortes de Lisboa e Madri.

Pior, porém, que tudo isso foi que, a partir dos fatos reais ou inventados a propósito dos missionários jesuítas e de seus índios em ambas as bandas do Uruguai, se procedesse em 1759 à expulsão dos loiolanos de Portugal, do Brasil e das demais Colônias Lusas, em 1764 da França e em 1767-78 da Espanha e Colônias, bem não como se desembocasse em 1773, portanto há 217 anos, na Supressão da Companhia de Jesus. Com que prejuízo isso se desse para a obra religiosa, pedagógica, missionária e cultural de diversos Continentes não há quem o possa calcular. Fique, porém, a lembrança de que um fato trágico tamanho alcance histórico teve em boa parte sua origem no que hoje é porção do solo gaúcho brasileiro!

O 1º período, ora comentado, acha-se acrescido do seguinte dado explicativo: — “Também conhecidas (essas Missões) universalmente — Voltaire falou nelas — como Missões Jesuítas do Paraguay (!)” ... No caso vertente devemos interpretar Voltaire (1694-1778), uma das figuras mais evidentes das letras francesas do século XVIII, apenas como um dos nomes representativos daqueles filósofos, pensadores, literatos ou historiadores, que então se ocuparam com as

Missões do Paraguai em geral e não somente como o Sete Povos. Estiveram elas todas sob o governo espiritual do Superior da Província Jesuíta do Paraguai, com a sua sede em Córdoba (Argentina) e não, como se diz de passagem nalgum lugar do texto, em "Asunción". Curioso ainda é o fato cultural de o mundo das letras desde 1639, quando pela "Conquista Espiritual" de Antônio Ruiz de Montoya, apareceu em Madri o 1.º livro sobre as reduções jesuíticas do Paraguai, até os tempos correntes o mundo ocidental não se ter libertado desse preciso assunto. Se ficarmos restritos ao RS atual, não nos custa descobrirmos que um dos temas mais em evidência historiográfica seja precisamente o das Missões Guaranis. E, se ampliarmos os nossos horizontes visuais, descobrimos que, nos últimos três séculos, a temática reducional guarani não tem dado tréguas ao espírito humano ocidental. Estamos com isso diante de um fenômeno inusitado na história das letras, da arte e cultura, que nos toca de perto, para além do que Voltaire eventualmente a seu respeito haja escrito com repercussões mundiais. Mas prossegue dizendo a apresentação:

— "Para isto o autor teve de examinar uma centena de cartas da famosa "Colección de Angelis", que contém as cartas ânuas dos superiores e provinciais jesuítas dirigidas ao Geral em Roma e as respostas deste".

O fato de haver recorrido a essa extraordinária fonte documental recomenda de certo por si só o autor e sua obra em avaliação. Mas mesmo assim, ou reconhecendo esse apreciável esforço do exame de uma centena de cartas da citada correspondência anual, devemos achar diminuta a cifra mencionada, quando se considera a imensa mole documental do gênero, ainda como que sepultada nos mais diversos arquivos de vários países europeus e sul-americanos. Obviamente existem outras cartas missionárias a granel, que não se inserem nas ditas ânuas. E, mesmo restringindo-nos à correspondência epistolar citada, que por vezes abrange mais de um ano devido à falta de navegação ao Prata, notaríamos que por ora apenas se acham acessíveis à pesquisa, visto que impressas, as ânuas que vão de 1609 a 39, faltando, pois, as restantes, que se estendem de 1638 a 1768. No concernente à "Coleção de Angelis", dir-se-á alguma coisa de especial em lugar abaixo.

— "Elas narram", explicita-se em prosseguimento, "a fundação de Guayrá (índios guaranis) pelos jesuítas, e o extermínio delas pelos chamados Bandeirantes que não eram mais que os presos dos calabouços de Lisboa — "la hez" (as fezes) da Europa — enviados para a América do Sul pelos portugueses e ingleses, *) italianos, alemães e franceses no Rio da Prata".

Releva observar aqui que o autor da apresentação, ao referir-se às reduções guairenhas, sitas então no que hoje é o Estado Brasileiro do Paraná, ainda grafa com acerto "Guayrá", embora desde os anos quarenta deste século estejamos obrigados menos felizmente a escrever "Guaira". Note-se, contudo, que os jesuítas não foram propriamente fundadores do Guayrá, mas de missões indígenas ali nos anos de 1609 a 31, prevalecendo nelas o elemento guarani. Admissível é a constatação de que, entre os "chamados bandeirantes", houvesse ex-presos dos calabouços de Lisboa, conquanto não com exclusividade. Que, porém fos-

sem enviados precisamente à América do Sul, digamos ao Brasil *) a fim de destruírem a obra dos missionários espanhóis, belgas, em geral e a Piratininga de modo específico, para destruírem a obra missionária dos jesuítas, é afirmar demais. Também o salto do Guaíra ao Prata mostra-se, ao menos neste período, distante em demasia, tanto no espaço como no tempo. Além disso, as missões guairenses foram fundadas a partir de Assunção do Paraguai, que naquele tempo era um centro muito mais importante que o Prata ou Buenos Aires.

Acentua-se no período citado a multinacionalidade dos missionários jesuítas pela indicação de espanhóis, belgas, italianos, alemães e franceses, aos quais ainda se poderiam acrescentar ingleses, húngaros, austríacos, tchecos e outros. Entre os próprios “espanhóis”, sobretudo da fase inicial, adquirem no meio dos jesuítas “paraguaios” um lugar de destaque os “criollos”, portanto, os descendentes de pais catelhanos já nascidos na América. Assinalem-se para tanto apenas três figuras missionárias eminentes, quais as de um Roque González de Santa Cruz, o grande assuncenho, que é nosso protomártir e hoje Santo canonizado; de um Antônio Ruiz de Montoya, que é limenho, pai da Filologia Guaraní e grande fautor da liberdade indígena; e de um Cristóbal de Mendoza, que foi natural de Santa Cruz de la Sierra, hoje Bolívia, “mártir do Ibia” e um dos introdutores de gado vacum em grande escala no Tape de 1634.

— “Descrevem (elas ou as cartas ânuas)”, afirma-se em seguida, “a emigração dos sobreviventes desse genocídio para as Missões Ocidentais (Corrientes) da margem direita do rio Uruguai, a fundação das reduções da margem esquerda do Uruguai (índios Tapes) e as do Vale do Jacuí, a destruição delas pelos mesmos destruidores de Guayrá, e a expulsão dos jesuítas do Rio Grande”.

Acha-se decerto nesta única frase a indicação, algo confusa, de toda série temática, a qual nos permite diversas observações, a começar com a retirada épica do Guaíra. Esta, aliás, melhor que nas cartas ânuas se acha descrita pela obra “Conquista Espiritual”, que Antônio Ruiz de Montoya publicou em Madrid no ano de 1639 e desde 1985 se pode adquirir, em tradução vernácula, na Martins Livreiro Editor, de Porto Alegre, RS. Não ousaríamos dizer que ali e então se tratou de um “genocídio” em senso estrito, pois daqueles retirantes cerca de 12.000 índios entre homens, mulheres, idosos, adolescentes e crianças — faleceram na retirada mais ou menos dois terços de fome ou de epidemia. E os que chegaram a destino, foram parar na margem esquerda do Rio Paraná, mais de perto no que hoje é a Província Argentina de Misiones, onde com eles se fundaram as reduções de San Ignacio Miní e Loreto.

E das missões iniciais da Banda Oriental do Uruguai ou seja das de São Nicolau, Candelária do Piratini, Caaró e Assunção do Pirapó, em absoluto se pode dizer que seu elemento humano tenha sido tape, embora fosse guarani. As reduções surgidas desde 1632 a 37 no Tape propriamente dito, e a partir de índios tapes, incluem desde logo as do Vale do Jacuí e das serras em volta, pois este território era parcela daquele.

Conceda-se sem mais a atual dificuldade da exata delimitação geográfica do Tape de antanho ou seja de inícios do século XVII. Mas não se labora em erro, tomando a região que vai em linha reta da margem direita do Rio Taquari,

à altura de Lageado, RS, até ao atual mun. de São Francisco de Assis, RS. Certo é que por volta de 1617 o solo que hoje é gaúcho-brasileiro, teve uma divisão espanhola em três províncias distintas, chamadas respectivamente de Província do Uruguai, aliás de ambas as margens, de Províncias do Tape, na região central do que hoje importa no RS, e de Província do Caáguas, quiçá de Guaporé a São Francisco de Paula em nossos dias. Óbvio que então os castelhanos ainda não podiam ter um conhecimento mais perfeito do espaço geográfico assim denominado, pois isso apenas se daria desde 1626 a 40, ou mais tarde, pelo missionário jesuíta.

O fato de R. V. A. servir-se simplesmente do nome “Rio Grande” para designar a realidade geográfica de então, parece que hoje não mais suscita os escrúpulos, que Moysés Vellinho manifestou na “Capitania d’El Rey” (1ª edição, p. 113) diante da “História do Rio Grande do Sul(!) dos dous primeiros séculos” (1919-22), da autoria de Pe. Carlos Teschauer, S. J.

— “Segue-se, constata ainda a apresentação, “a luta final entre os tapes, comandados por jesuítas, e os bandeirantes em Caazapá Guazú e no Bororé, esta a maior batalha fluvial das Américas em número de combatentes, e que durou 20 dias”.

Entenda-se apenas por “luta final”, que a batalha em foco se revelou decisiva e muito importante para as reduções guaranis em fins de 1640 e inícios de 1641! Não foi, contudo, a última, pois nos decênios seguintes ainda houve diversos outros encontros bélicos entre os bandeirantes e guaranis cristianizados, embora também neles os primeiros levassem a pior.

Foram, aliás, os próprios índios que, para além dos missionários, souberam do alcance dessa vitória, tanto assim que passaram a venerar uma “Madonna”, pintada em painel, com o título original e expressivo de “Nuestre Senora de Mbororé”, Óbvio também é que não foram os tapes os únicos a pelejarem nessa memorável batalha fluvial. Que fosse, contudo, a maior batalha do gênero na época para as Américas importa em algo que não gostaríamos nem afirmar nem negar. E gostaríamos de proceder da mesma forma quanto ao conteúdo apresentado na constatação seguinte:

— “Aí, no Bororé, deu-se o aniquilamento total(!) dos bandeirantes. Os sobreviventes, pouco mais de uma dúzia, no caminho de regresso para São Paulo foram presos e devorados no Paraná(!) pelos índios Gualachos”.

Melhor que aniquilamento “total” seria dizer-se, a partir do que depois se traz, “quase total”, se é que a palavra “aniquilamento” por si sozinha não diz o bastante. Em vez de “Gualachos” melhor seria o termo “gualaches”, pois foram estes os índios da parte superior do Uruguai, em seu lado direito, que depois da vitória no Mbororé perseguiram os mamelucos fugitivos a caminho de São Paulo, chacinando boa parte dos mesmos, visto que, como consta de fonte documental, dos 700 paulistas e dos seus 2.000 tupis apenas uns poucos chegaram vivos a seu planalto.

Com isso chegamos, finalmente, à última alínea da apresentação, que sem mais passamos para cá:

— “Com a reconstituição dos 7 Povos, os tapes participaram ativamente, durante 97(!) anos, das lutas entre portugueses e espanhóis pela posse da Colônia do Sacramento. Veio, então, o ataque conjunto dos exércitos espanhóis de Ando-naegui e dos portugueses de Gomes Freire contra os 7 Povos e a defesa heróica do índio tape José Sepé Tiarajú — São Sepé”.

Parece-nos que neste passo transcrito o uso da palavra “reconstituição” quanto aos Sete Povos não tenha sua aplicação rigorosa. Pois, exceptuando-se a redução de S. Nicolau, todas as demais foram de fato fundações novas, que em absoluto se fizeram de todo com índios tapes. E mesmo São Nicolau, que estivera localizada desde 1626 a 40 mais perto do Rio Uruguai, não voltou para lá e foi sedear-se em lugar melhor ou precisamente naquele que hoje importa na cidade do mesmo nome do RS.

A de São Miguel, que é outra redução a conservar o nome da 1ª fase, e se achara situada ali onde hoje se encontra o mun. de São Pedro do Sul, teve seu novo habitat no lugar onde atualmente temos as ruínas ditas “Monumento da Humanidade”. Além disso parece pouco provável que seu elemento índio fosse apenas composto de tapes, nem somente talvez de puros guaranis.

Observações especiais nos deve merecer o lendário herói tape — se é que foi “tape”?! — Sepé Tiarajú, chamado pleonasticamente pela apresentação de “José Sepé Tiarajú — São Sepé”. Isso, porque Sepé vem a ser o mesmo que “José”. Que a partir da auréola lunar com que a lenda lhe circunda a fronte, Tiarajú fosse “canonizado” pelo povo, passe. Uma coisa, no entanto, é essa figura lendária e outra o guerrilheiro histórico. Baseados em autores de confiança, devemos dizer que Sepé Tiarajú não foi substituído em Caiboaté por Nicolau Neenguirú — seja qual for a ortografia deste onomástico! —, pois consta que este então se encontrava em Concepción. Provável seria que, se ele então fosse o comandante-geral as tropas índias, a catástrofe em foco não teria ocorrido.

Perguntamos então pela eventual origem guarani do nome Sepé?! Em resposta sumária deve afastar-se desde logo a hipótese do surgimento de “Sepé” a partir do nome Pe. Antônio Sepp, S. J. Há quem, como o saudoso Pe. Arnaldo Bruxel, S.J., queira ver a gênese da palavra Sepé no termo latino “Josephus”, particularmente no vocativo “Josephe”. Sabe-se que, mesmo no espanhol, então se grafava “Joseph”. Não existindo, contudo, no idioma guarani a consoante labiodental fricativa surda do “f”, sobraria apenas “Josep”. E, dado que o guarani possui sua preferência em omitir as sílabas iniciais átonas das palavras e conferir ao mesmo tempo um acento agudo às últimas, é possível que por isso “Josepe” precisamente desse em “Sepé”. Vale tal explicação ao menos como hipótese plausível, embora se faça preciso ouvir neste assunto a competência de filólogos guaranis.

3º A “Colección de Angelis”.

Visto que R. V. A. simplesmente coloca em lugar onde aliás se esperaria o prefácio, à página três, o título “Colección de Angelis”, é a ela que agora voltamos as nossas atenções especiais. Com isso o autor, como se nos afigura

por boas razões, serve-se de um lugar privilegiado, para acentuar a imensa importância conferida a essa coleção documental. Termina ele suas considerações relativas à pessoa de Pedro de Angelis e ao seu afã colecionador, declarando na última alínea:

“As informações contidas em ‘Os Jesuítas dos 7 Povos’ foram extraídas, em sua maior parte, da ‘Collección(!) de Angelis’, e de cartas, documentos, memoriais de autoridades, cronistas da época e ainda de historiadores argentinos, uruguaios e rio-grandenses”.

Como abaixo nos vamos ocupar, em item especial, com o “aparato científico” da obra em exame, aqui apenas levantamos uma dúvida quanto ao acerto do “e”, depois da indicação da “Collección de Angelis”. É que em seu lugar a gente esperaria algo assim como um “portanto”, visto que ela precisamente se compõe de “cartas, documentos, memoriais de autoridades, cronistas da época”, etc. Certo é que em 1854 dita coleção somava em nossa Biblioteca Nacional (RJ), para além da documentação manuscrita, 785 livros impressos.

O fato, porém, de ele abeberar-se nessa grande fonte, fala não pouco em favor dos esforços de R. V. A. O título especial, com que sublinha a importância precisa dessa coleção, confirma-se pelo parecer autorizado de José Honório Rodrigues, ao constatar que ela vem a ser “uma das maiores preciosidades documentais do acervo da Biblioteca Nacional” (Vide a epígrafe “Explicação”, onde esse erudito e historiador apresenta “Jesuítas e Bandeirantes no Guairá”, Rio de Janeiro, 1951, p. 3). E Jaime Cortesão, o editor parcial dos “Manuscritos da Coleção de Angelis”, constata, por assim dizer, o mesmo a seu respeito, dizendo:

“Causa até certo espanto que um arquivo como aquele que, na sua maior parte, pertenceu à Província Jesuítica do Paraguai, pudesse sair do território argentino, e ser vendido tão facilmente a um país estrangeiro” (neste caso ao Brasil). Confira-se isso na p. 57 do volume “Jesuítas e Bandeirantes no Guairá: 1549-1640” (Rio de Janeiro, 1951)!

Certo é que R. V. A. apresenta, sob o cabeçalho “Colección de Angelis”, em espaço diminuto bastante dados úteis para o comum dos leitores. Oportuno se faz, porém ampliar alguns dos que ele nos oferece na 2.^a alínea, retificando-os em parte. Vai ela pois transcrita para cá em seu teor verbal, como segue:

“Com a queda de Rozas exilou-se (de Angelis) em Montevideo e abandonou a política. Regressando do exílio, foi nomeado diretor do arquivo de Tucumán. Reuniu numa obra, anotada por ele, a ‘Colleção(!) de obras e documentos relativos à história antiga e moderna das Províncias do Rio do Prata’. É a famosa ‘Collección de Angelis’, constituída de documentos, sobretudo cartas as célebres cartas ânuas dos provinciais jesuítas — subtraídas dos arquivos de Tucumán, Córdoba e Asunción”.

Para o visado, aqui, bastaria citar o arquivo de Córdoba!

Mais que “anotada”, essa obra na sua parte impressa foi “introduzida” por Pedro de Angelis. Além disso apresenta-se espanhol o seu título original, pois chama-se efetivamente “Colección de obras y documentos relativos a la historia antigua y moderna de las provincias del Río de La Plata”. Já recua, aliás, a sua impressão, conquanto parcial, aos anos de 1836-37, sendo através de fascículos,

cujo aparecimento teve de interromper-se devido à falta de papel. Note-se, porém, que em tempos posteriores esse trabalho de Pedro de Angelis gozou de diversas outras edições na Argentina.

Mas se deve lembrar também que Manuel Ortiz de Rozas ou Rosas (1793-1877) fora o político federalista e “agitador” argentino desde 1829 a 52, quando foi derrotado definitivamente em Monte Caseros: o que também ensejou o exílio de seu amigo de Angelis em Montevidéu. Seja por que motivos for, cometeu ele então, ou seja de 1852 a 53, na capital uruguaia uma espécie de traição com respeito à Argentina, sua pátria de adoção, vendendo, por vias diplomáticas excusas, precisamente esse grande acervo de documentos e livros ao Imperador Dom Pedro II do Brasil. Que depois disso ainda pudesse tornar-se arquivista em Tucumán, parece pouco provável e ao menos soa estranho. Mais importante, porém, se faz observar que a mencionada reunião de documentos e obras em 1836 certamente já andava adiantada e em todo o caso se concluíra em 1852. Precisa distinguir-se ainda a Coleção impressa de Pedro de Angelis na Argentina daquela que se encontra na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, a partir de 1854.

Na 3ª alínea de suas observações em foco, oferece ainda R. V. A. algo que é novo para este recensor, ao dizer:

“No princípio do século (XX) foi extraída (da Biblioteca Nacional do RJ) uma duplicata da coleção, resultado de um acordo entre as autoridades do Brasil e Argentina, para a Biblioteca Nacional de Buenos Aires”...

Não querendo em absoluto negar tal fato ou gesto, do qual o autor provavelmente sabe mais do que aduz, gostaríamos de saber, contudo, qual tenha sido o volume da cedência de documentos e/ou obras pelo então governo brasileiro ao argentino. Seu recurso à palavra “duplicata” nos explica bastante, parecendo, porém, que ela tenha aplicação apenas a obras impressas. Se se tratasse de cópia dos manuscritos da Coleção de Angelis, a gente quereria saber a respeito do tempo, esforço e gasto, em que ela importou. Oportuno é lembrar aqui que, no ano de 1944, os jesuítas Arnaldo Bruxel e Balduino Rambo levaram um mês inteiro de trabalho constante para a mera microfilmagem da mencionada documentação.

Ressalte-se ainda, a título de informe, que tanto os esforços editoriais de Pedro de Angelis na Argentina como os de Jaime Cortesão no Brasil longe estão de se acharem completos. Tempos mais felizes que os nossos talvez um dia tomarão a si a tarefa da impressão inteira dos Manuscritos da Coleção de Angelis, os quais, aliás, hoje se encontram em cópia na Filmoteca do Instituto Anchieta de Pesquisas, em São Leopoldo, RS, junto com a transcrição datilografada por Arnaldo Bruxel desde 1944 a 49. Observe-se, contudo, que dita coleção apenas importa na décima parte dos documentos missionários ali encontrados em microfilmes.

4º O aparato científico da obra de R.V.A.

Reduz-se este ao mínimo: o que de certa forma, embora muito por alto, já se acha indicado pelo autor nos termos de “e ainda (obras) de historiadores ar-

gentinos, uruguaios e rio-grandenses'', em que ele, para além da Coleção Argentina de Pedro de Angelis, baseia seus informes. Mesmo assim, no concernente a quais tenham sido de fato, algo aparece apontado no próprio texto da obra ''Os Jesuítas dos 7 Povos''. Uma lista geral das obras consultadas ou vistas e usadas seria decerto muito desejável e norteadora.

As próprias citações como tais, sobretudo quando espanholas, mostram-se bastante precárias, pois nelas aponta a grafia hispânica, não raro incorreta, de mistura com a luso-brasileira. Inclina-mo-nos à interpretação desses lapsos a partir de uma insuficiente revisão das provas tipográficas. De positivo têm elas a freqüente indicação vernácula, entre parênteses, de algum termo espanhol não facilmente inteligível pelo comum dos leitores brasileiros.

Sumariamente se pode dizer que o aparato científico propriamente dito inexistente em ''Os Jesuítas e os 7 Povos''. Bons motivos nos levam a crer que tal omissão ou lacuna seja proposital no autor da mesma. É que ele visa um amplo leitorado, e para tanto se propôs fazer obra de divulgação histórica.

Mesmo assim nos parece que o livro em exame teria crescido em valor, se R.V.A. houvesse insistido um tanto mais nessa faceta, principalmente se contou com leitores algo mais exigentes. Reside, decerto, na correta citação textual e em sua exata referência bibliográfica não pouco da credibilidade de um trabalho historiográfico, mesmo que ele seja do gênero literário de uma simples divulgação.

Constatando isso, não está assente que o autor não domine o aparato científico, mas que neste caso concreto dele não se quis servir pelo motivo apontado.

Os nomes próprios espanhóis, geográficos ou não, nem sempre se mostram na devida ortografia, valendo isto, por ex., de ''Río de la Plata'' e Hernández. O nome de Pe. Leonardo Nunes, que é português, aparece como ''Núñez''. É apenas algumas vezes, sobretudo ao final de algum subtítulo, que o autor indica por alto a fonte, da qual extraiu sua informação. Veja-se isso, v.g., nas páginas 309 e 364.

Digna de menção especial é a quase constante filologia, que o autor nos oferece com respeito a nomes geográficos, guaranis ou não. Vale isto, por ex., da origem onomástica da ''Lagoa dos Patos'' (p. 42-43) e de ''Montevideo'' (p. 131). Mas com respeito ao primeiro seria oportuno atentar para a confusão, que dele fazem mapas antigos e até autores modernos, identificando simplesmente a ''Lagoa dos Patos'' no RGS com ''La Laguna de los Patos'', hoje Laguna, em Santa Catarina. Nas ribanceiras desta, aliás, não viveram índios ''patos'', mas ''carijós'' ou ''cários''. Que eles se tenham passado para as margens da Lagoa dos Patos, no RGS, conferindo-lhe o nome, parece bastante discutível. Visto que do fato de se julgar a Lagoa dos Patos grande massa de água fluvial surgiu a onomástica de ''Rio Grande do Sul'', o nome daquela evidentemente ainda era desconhecido a essas alturas.

Menciona-se curiosamente na p. 36 um índio ''carijó'', procedente de ''Asunción''. Predominavam nesta cidade os guaranis, embora os carijós de Santa Catarina também sejam daquela nação, como, aliás, os tapes, que passam por guaranizados.

De resto, fica-se com a impressão de que o autor não toma devidamente em consideração a farta bibliografia dos últimos cerca de trinta anos e seus resultados positivos de pesquisa. Mesmo assim a obra “Os Jesuítas e os 7 Povos” apresenta tantos valores, que nossas observações em absoluto os infirmam ou querem minimizar.

5º Uma tal e qual insuficiência de conceitos claros.

Conceda-se sem mais que não é coisa fácil movimentar-se com facilidade no vasto mundo temático das missões jesuítas ou guaranis do Antigo Paraguai, do qual o Rio Grande do Sul atual um dia fez parte. Para tanto vale lembrar que até sua orla marítima não escapou, levando ela o nome de “Adyacências do Paraguai”. Nada anormal, assim, que a obra de R.V.A. por vezes se ressinta de certa deficiência conceptual quanto a diversos termos em uso. Oferecemos por isso neste item alguns dos muitos exemplos que se poderiam aduzir, a começar com a palavra “tape”.

A seu respeito diz o autor na p. 206: “Até o início do século XX, tape era o nome geral para designar o índio no Rio da Prata”.

Pode ser que assim se fizesse, mas, se se fez, incorreu-se em equívoco. Farta documentação passada veda tal generalização.

A assim chamada “guerra guaranítica” ou até “guerra guarinítica”, à qual o autor dedica a 6.^a parte de seu livro, simplesmente aparece com o título de “O Levante dos Tapes”. Ora, os índios a comporem as reduções no “Alto Uruguai” de 1626 em diante, foram evidentemente guaranis e os dos Sete Povos posteriores longe estiveram de se constituírem apenas de tapes, ou sobretudo de seus descendentes. Com o avançar dos anos, de acordo com a documentação jesuítica, os índios de todos os Trinta Povos, inclusos os dos Sete, passaram a denominar-se guaranis, embora entre eles houvesse ex-guairenhos, ex-itatins, ex-tapes e ainda representantes de outras etnias. Houve, além disso, uma bela mistura de sangue nos próprios Sete Povos. Assim sendo, a asserção de que todos os índios “no Rio da Prata” eram tapes ou assim cognominados até o início do século XX, não se pode comprovar nem ainda admitir, pois não corresponde à realidade factual e histórica.

A própria palavra “**povos**”, que na expressão “Sete Povos” procede do espanhol “pueblo” e hoje corre inconscientemente na boca de quase todos, tem o seu múltiplo sentido específico. Sob este aspecto o termo até se pode considerar um espanholismo. “Pueblo” equivale aqui de certo a povo, mas entendido como povoado, povoação, aldeia, vila ou cidadezinha. De acordo com outro enfoque vem a ser o mesmo que missão, “doctrina” (doutrina entendida como catequese!) e redução. Sob o ponto administrativo eclesiástico é paróquia ou comunidade paroquial e, no civil, corresponde a um município espanhol. Sendo criação tipicamente hispânica, tais reduções ou povos não se devem confundir com as aldeias ou catequeses indígenas do mundo lusitano em terras brasileiras, até mesmo não com as de fundação jesuítica.

Nas pp. 299, 421 e 422, faz-se referência reiterada aos “**jesuítas missioneiros**”. Observe-se que com a palavra “missioneiro”, procedente do espanhol “misionero”, estamos mais uma vez diante de um empréstimo ou até neologismo gaúcho-brasileiro, digamos face a um fenômeno óbvio de fronteira linguística. Certo é que a palavra, em sua versão de “missioneiro”, já se acha consagrada entre nós há tempos, pois adquiriu junto aos gaúchos os direitos de cidadania regional.

Assim falamos acertadamente no RGS do homem missioneiro, da região missioneira, da cruz missioneira, etc. Dos jesuítas, contudo, enquanto agentes de pastoral missionária, não diríamos contudo que foram missioneiros, como seria o espanhol, mas missionários. Os índios por eles missionados ou cristianizados foram de certo mais propriamente missioneiros.

Outra palavra que está a exigir um conceito mais apurado, é a de “vaque-rías”, devendo ela escrever-se com maiúscula, ao tratar-se das Vacarias do Mar e dos Pinhais. R.V.A. parece servir-se do termo “vaqueria” (sem acento agudo no i!) com vários sentidos, que na história das reduções deveriam ter outra definição exata. Assim, na p. 303, “vaqueria” se equivale a “vaquejar”. Na de 309 ocorre uma sua confusão com “invernadas”, sendo até com o acréscimo de que “a atual cidade de Vacaria (no RGS), foi a sede de uma delas”. Quanto a isso diríamos que esse nome geográfico atual recorda de certo o da “Vaqueria de los Pinales”, mas não corresponde com os limites de seu território que eram bem mais amplos. Pretendia-se com a sua criação uma grande reserva de gado para todos os Sete Povos em fins do século XVII e inícios do século XVIII. Tinha cada um deles a sua “invernada” na proximidade da sede reducional, as suas próprias estâncias exceptuando-se Santo Angelo! — à distância, povoadas de bastante gado, e, além disso, participavam todas as reduções da banda oriental do Uruguai e algumas da banda ocidental do fruto “ganadero” geral das enormes Vacarias do Mar, do Río Negro e dos Pinhais.

A palavra espanhola “palizada”, que o autor não põe entre aspas, nunca aparece em sua versão vernácula de paliçada, para indicar a estacada ou cerca, em que os bandeirantes reuniam a sua presa indígena, antes de conduzi-la para São Paulo.

Na p. 186 diz-se que Natividade, que importava num dos Trinta Povos, era atendida por “dois curas”, informando-se ainda que possuía “20.000 habitantes índios.” Este número exorbitante deve lá proceder de algum cronista, que nunca viu de perto qualquer redução jesuítica entre os guaranis. Os próprios missionários, devido à administração, não queriam um “pueblo” superior a cinco ou seis mil almas e, atingida tal cifra, logo tratavam de proceder com parte das mesmas a uma nova fundação reducional. De resto tinha cada redução na praxe dois padres, dos quais um era o cura e o outro o coadjutor ou auxiliar, dito “companero”. Eventualmente ou de passagem havia na residência dos missionários, chamada, aliás “colégio”, mais algum padre idoso ou doente e por vezes um irmão leigo (jesuíta não padre!), encarregado de tarefas especiais. Era o cura ao mesmo tempo superior, pároco e responsável pela gestão temporal da redução, sendo que cabia ao “companero” o atendimento da parte espiritual e propria-

mente religiosa. Eram, de certo, todos eles jesuítas e missionários, mas no Antigo Paraguai — não nos consta exatamente por que motivo! — o colono espanhol por vezes os chamava de “teatinos”. É possível que por isso o gado das missões também fosse chamar-se precisamente “teatino”...

Bastem estes exemplos, aos quais por sua importância se deveriam acrescentar ainda os conceitos de palavras como “reduções”, “missões” e outras mais, visto que sem eles não se pode entender e interpretar com acerto a história dos Sete Povos.

6º e último. R. V. A. não é historiador profissional.

Segundo o semi-adágio, citado ao começo de nossa recensão no sentido de que não se deve julgar um livro pela capa, nem um homem por sua profissão, resta-nos observar alguma coisa a propósito do autor da obra em questão. Pois bem, sabemos dele que é advogado e jornalista por profissão, não portanto um historiador profissional. Em absoluto com isso está dito que ele seja um leigo na matéria versada em seu livro “Os jesuítas dos 7 povos”. De certa forma até ao contrário, pois a sua formação secundária e superior, jurídica esta, possibilita-lhe todos os meios desejáveis, para tornar-se ou ser um eminente estudioso e pesquisador de assuntos históricos, se acaso tal quiser. E, pelo que nos consta, é de longa data que R. V. A. se dedica insistente e carinhosamente à história como seu assunto predileto. Pelo jeito já ocorre isso de uns quarenta anos para cá. E diríamos mais, ou que sem isso ele não teria sido capaz de nos oferecer o seu livro sobre “Os jesuítas dos 7 povos”, ao menos não assim como está.

Devido a isso coloca-se R. V. A., com respeitável soma de méritos, na longa fileira dos nossos homens de letras que, embora não sendo profissionais na historiografia, têm contribuído, numa quase constante tradição brasileira, para o progresso e a divulgação do ramo. E nisso fizeram e conseguiram mais, ao menos por ora, do que os recentes detentores de título universitário da matéria. Acrescentaríamos ainda que tal ocupação diuturna com determinado assunto da predileção pessoal torna a pessoa espiritualmente rica para si mesma e ao mesmo tempo capacitada de dar muito de si a outrem.

Tal como está, o livro “Os jesuítas dos 7 povos” em seu miolo de sete partes — seriam elas por sua divisão e temática um número simbólico? —, revela uma boa visão geral sobre uma história extensa de quase século e meio. Habitua-do ao manuseio da pena, R. V. A. possui um estilo fluente ou que corre ao natural. Consciente de seu papel de divulgador no ramo da história, serve-se ele positivamente de uma linguagem próxima à do colóquio. Como resultado apreciável de sua obra ressalte-se a boa qualidade da narração épica, hoje tantas vezes ausente na produção de novéis historiográficos. Tem-se a impressão, vez por outra, que o autor de “Os jesuítas dos 7 povos” muda de nível estilístico, naturalmente melhorando: o que talvez se possa explicar a partir da distância no tempo em que elaborou as diversas partes de sua obra.

Assim sendo, temos na distinta pessoa de Dr. Rubens Vidal Araújo um divulgador qualificado dos nossos assuntos históricos regionais, cujo alcance sem-

pre ultrapassa meras circunscrições geográficas. A própria pesquisa científica do ramo precisa de tais contribuições divulgadoras, pois somente assim chegam seus resultados a um amplo leitorado.

Sabe R.V.A. que a respeito dos Sete Povos existe uma série de historiográficos apaixonados e unilaterais, “ufanistas”, como ele próprio constata. E encontram-se estes em ambas as margens do Atlântico, ou seja em casa e no estrangeiro.

Situa o autor a sua temática em vastas coordenadas do tempo e espaço: o que aliás lhe é próprio e conatural. Sua atitude jurídica ou seu senso de justiça leva-o a pronunciar-se judiciosamente sobre gregos e troianos, servindo-se nisso da palavra certa, que muitos não ousam pronunciar. Vale tal atitude corajosa tanto face aos nossos “heróicos” bandeirantes, como diante da diplomacia “falaz” de Lisboa e daquela frouxa ou omissa de Madri. Também consegue ele meter-se na pele do vizinho platino, que tem forçosamente quanto ao assunto em pauta outro ponto de vista, talvez mais carinhosamente objetivo, que o de muito historiador português e brasileiro num passado não longínquo.

Tendo posto no papel tais apontamentos como os que contém a presente revisão, pensamos, em resumo, haver cumprido com o nosso dever profissional. Pelo fato de havermos chamado a atenção do leitor para certas insuficiências da obra em foco, ficamos na esperança de que, assim procedendo, prestamos um serviço às letras historiográficas, visando sobretudo uma leitura criteriosa ou “crítica”, no bom sentido da palavra. Aplicamos a nós mesmos a sabedoria popular de que não se deve “julgar um livro pela capa, nem um homem — no caso o autor — pela profissão”. Podemos sugerir por justas causas que, numa eventual tiragem ou edição futura da obra, ocorra uma revisão acurada do texto em sua ortografia, sobretudo espanhola, e de alguns dos conceitos emitidos, passíveis de retificação ou de oportunas ampliações.

PIONEIRISMO UNIVERSITÁRIO NO RIO GRANDE DO SUL(*)

Mozart Pereira Soares

Um tema que me parece extremamente significativo para o Rio Grande do Sul: seu pioneirismo no ensino universitário, sobretudo de caráter técnico. E talvez se encontre em Fernando de Azevedo a sua melhor epígrafe:

— “Se deixarmos de lado a palavra Universidade, diz o grande educador, cuja acepção remonta do Século XII e procurarmos apenas o **elemento intemporal de essência**, a sua função permanente através de suas variações morfológicas temporais, será fácil constatar que todas as sociedades dispõem de instituições semelhantes e têm seus órgãos ou, se quiserdes, seus meios para a formação das elites de que necessitam e sua preparação para as atividades especiais de caráter técnico ou cultural, dominante em determinado quadro histórico⁽¹⁾.”

É curioso, mas o fato se coaduna perfeitamente com a natureza deste país de contrastes: coube à última de suas províncias, aquela que se integrou na comunhão nacional mais de duzentos anos após o descobrimento, a organização de um conjunto sistêmico de instituições de ensino superior, com o caráter de uma Universidade técnica, que foi a “Escola de Engenharia de Porto Alegre”, fundada nesta capital por um grupo de idealistas, como entidade privada, a 10 de agosto de 1896.

Para que isto melhor se entenda, basta uma retrospectiva histórica.

É verdade que tivemos uma Universidade temporã, como quer Luis Antonio Cunha. Se desde muito cedo surgiram iniciativas universitárias na América Latina e na América Inglesa, o Brasil foi excluído deste processo quase até o início do século XX.

A primeira delas, teve por sede São Domingos, em 1538. Veio depois a do México, de 1551, (logo após a Conquista da Capital Azteca), a de São Marcos, em Lima, de 1553, a de Santa Fé, em Bogotá, 1580, a de Quito, 1586, a de Charcas, 1587 e a de Córdoba, na Argentina, em 1613. Todas elas abrigavam, a princípio, escolas de Teologia e Leis ao espírito medieval da Espanha de então e se destinavam à formação do clero para a catequese.

(*) Posse no Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, a 18/06/86.

(1) Azevedo, Fernando de — Seguindo meu Caminho. Conferências sobre Educação e Cultura. Comp. Editora Nacional, São Paulo 1945. Pág. 18.

Enquanto isso, no Brasil Colônia, a Educação era entregue aos Jesuítas, que aportaram à Bahia com Thomé de Souza, em 1549. Desde aí, até dois séculos depois, nos diversos Colégios que disseminaram pelo território nacional, eles se dedicam à instrução das classes abastadas para o domínio da terra e à catequese dos índios, destinados a constituírem força de trabalho a somar-se a dos escravos africanos.

Atentemos para o fato de que o espanhol encontrou na América três impérios em estágio teocrático, em plena vitalidade e de alto padrão cultural, enquanto o português aqui se defrontou com populações na fase fetichista, que mal haviam superado o período da pedra lascada. Compreende-se que, no primeiro caso, a catequese e a consolidação da conquista exigissem a formação de elites com maior discernimento e prestígio cultural, fundado nas universidades, cada uma representando uma espécie de Campus avançado das unidades políticas componentes da Espanha da época. Não é menos significativo o fato de que cada uma dessas Universidades tivesse organizado praticamente um país, ao longo do tempo. Por seu turno, Portugal, que encontrou populações em estágio civilizatório rudimentar, não passaria de um sistema de instrução popular de leitura, escrita e contas.

Esse fato, diz Luiz Antonio Cunha, tem servido como argumento para reforçar o lamento das pessoas que preferiam que o Brasil fosse colonizado pelos espanhóis (pelo menos teríamos cedo uma Universidade) quando não pelos holandeses”.

Este autor não aceita o argumento freqüentemente invocado de que “Portugal bloqueava o desenvolvimento do ensino superior no Brasil, de modo a manter a Colônia incapaz de cultivar e ensinar as Ciências, as Artes e as Letras”.

“Se o intuito metropolitano de monopolizar o ensino superior fosse assim tão forte, não seriam criados tantos cursos de Filosofia e Teologia nos Colégios dos Jesuítas, chegando até mesmo a existir um curso de Matemática; não teriam sido reformados os cursos de Teologia e Filosofia dos Franciscanos, no Rio de Janeiro, e o de Filosofia, no seminário de Olinda, ambos em fins do século XVIII, inseridos, justamente, num movimento de reforço dos laços coloniais”.⁽¹⁾

Para explicar tantas universidades na América espanhola e nenhuma na portuguesa, estou com Júlio Cesar de Faria, que aponta para a posse de recursos docentes por ambos os países colonizadores:

“A Espanha tinha, no Século XVI, oito Universidades famosas em toda a Europa, sendo a Universidade de Salamanca de grande porte para a época, com seis mil alunos e sessenta cátedras. Portugal dispunha apenas de uma, a de Coimbra, mais tarde a de Évora, esta de pequeno porte”⁽²⁾.

Luiz Antonio Cunha, a este propósito levanta uma dúvida que nos parece pertinente: “... não seriam muitas universidades hispano-americanas semelhan-

(1) Cunha, Luiz Antônio — A Universidade Temporã. Civilização brasileira, Rio, 1980, Pág. 11.

(2) Julio Cesar de Faria, em “Da fundação das Universidades ao ensino na Colônia, Rio, Imp. Nacional, citado por Luiz A. Cunha, op. cit., pág. 13.

tes aos Colégios Jesuítas de Olinda, São Paulo, Maranhão, Rio de Janeiro, Bahia, Pará?"

"Equivalentes aos Seminários de Mariana e Olinda, que nunca foram **chamados** de Universidades? Uma pesquisa de currículo, do porte dos destinatários das Universidades da América espanhola, poderia arrefecer boa parte dos lamentos da Universidade tardia no Brasil..."⁽¹⁾

Foi, por isso, o Jesuíta no Brasil, de um realismo cru, escrevemos alhures. Não seria possível, sobre uma população esparsa, vivendo em regime seminômade, sem hábitos de trabalho regular, nem senso de providência, queimar etapas tão longas, para construir um sistema compatível com a situação dos brancos conquistadores, dos quais somos apêndices sociológicos.

Há, por certo, outra circunstância que explica o modesto programa de ensino aqui instalado pelo Jesuíta:

"O Brasil amanheceu para a História em pleno Renascimento, ensina Anísio Teixeira, e em coincidência com o surto humanista, mas sob influência intelectual e espiritual da então jovem Companhia de Jesus, organizada como força de vanguarda da contra-reforma religiosa.

"Por isso mesmo, não seria o Brasil um campo para a formação do individualismo europeu, que se vinha afirmando, decorrente da Reforma e do livre exame por ela deflagrado e que se ampliou, além do que ela pretendeu. Pelo contrário, teve por destino ser um novo mundo, de compensação do que do velho se perdera e em que buscaria reafirmar a doutrina da autoridade externa do indivíduo e o conceito da disciplina social pela obediência à autoridade espiritual e temporal, ambas de origem divina"⁽²⁾.

Apesar desse quadro educacional da Colônia sob influência jesuítica, tentativas houve, e numerosas, para implantação de uma Universidade no Brasil.

A primeira delas teria sido a de Maurício de Nassau, no Recife, em 1637 — um ano após o estabelecimento da Universidade de Harvard, marco inicial do Sistema Universitário dos Estados Unidos da América.

"Durante sua estada no Brasil, Nassau reuniu a seu redor um conjunto cuidadosamente selecionado, quarenta e seis professores, intelectuais, sábios, cientistas, artistas e mestres-de-ofício da Holanda, todos com funções específicas. Piso estudou as moléstias tropicais e seus remédios. Marcgraf fez coleções científicas de fauna, da flora e geografia do Brasil e de Angola, além de observações astronômicas e meteorológicas, enquanto aqui, meia dúzia de pintores (...) encheram seus porta-fólios com desenhos de todos os aspectos da vida e da cultura locais" (1)

Em 1663 foi a vez da Câmara da Bahia, em acordo com os Jesuítas, solicitar ao Reino licença para se adotar no Brasil, como padrão de ensino, o da Uni-

(1) Cunha, Luiz Antonio — Op. cit., pág. 13.

(2) Teixeira, Anísio — Padrões Brasileiros de Educação (Escolar) e Cultura. Mimeografado. Págs. 3, 19 e 20.

(1) Carneiro, David — Educação, Universidade — Imprensa da Universidade Federal do Paraná, Curitiba 1971, Pág. 60, nota de rodapé, citando Charles Boxer.

versidade de Évora. Coimbra não concordou com essa, nem com nova investida dos Jesuítas, no primeiro quartel do século seguinte.

Em 1786/89 os Inconfidentes sonharam com a Universidade tendo por sede Ouro Preto. Foi seu idealizador José Alves Maciel, formado em Química e Metalurgia na Inglaterra, o que faz supor que seu modelo seria inglês. O assunto encerrou-se com a morte do levante.

Cerca de 40 anos depois surge um Projeto mais arrojado, de José Bonifácio de Andrade e Silva. Homem do mundo, conhecera as Universidades européias, fora discípulo, em Paris, de Lavoisier, e freqüentara Upsala e Lund. O local por ele aconselhado, como o mais capaz de atender aos interesses gerais do País, era São Paulo. Seu regime seria semestral e contaria com os cursos de Matemática, Filosofia Racional, Jurisprudência e Medicina, mas não Teologia, Escolástica, Retórica ou Letras. Em 1823 a Constituinte discute seu Projeto, apresentado por Manoel da Câmara Bittencourt e Sá, mas o golpe de Estado de D. Pedro I, fechando a Câmara em 1824, fez com que o assunto abortasse.

Paulino José Soares de Souza volta à mesma causa reapresentando o Projeto do Patriarca, acrescido das Faculdades de Filosofia, Teologia e Letras. Não houve êxito. Nem dez anos depois, quando José Antonio Saraiva, presidente do Conselho, Chefe do Gabinete Liberal e Ministro da Fazenda, dispunha de poder, dinheiro e das boas graças do Imperador. Antes que o projeto fosse votado, chegou a iniciar a construção de um edifício para sede da Universidade. O suntuoso prédio terminou destinado a um hospital de alienados.

Até aqui, quase todas as iniciativas se localizam mais no centro do País. Depois da proclamação da República, em obediência a seu espírito descentralizador, começam a surgir projetos regionais. Um dos primeiros é do historiador Rocha Pombo que requer, em 1892, favores para a instalação de uma entidade educacional de alto nível, concedidos pela Lei nº 62, de 10 de novembro de 1892. A Revolução Federalista de 93, que se aproximou perigosamente do Paraná, frustrou seu intento.

Na Câmara transitaram, posteriormente, três projetos com caráter central e federal, que não lograram êxito: o de Azevedo Sodré, em 1903, que propunha a criação de 4 universidades: Rio de Janeiro, São Paulo, Salvador e Recife; e mais, os de Rodrigues Lima e Erico Coelho, já em 1908.

O insucesso dessas iniciativas talvez se deva à intensa pregação contra o surgimento de uma Universidade Oficial no Brasil, alimentado pelo apóstolo positivista Raymundo Teixeira Mendes, segundo instruções de seu correligionário e Chefe espiritual Miguel Lemos.

“A criação da Universidade, afirmava este, “não correspondia a nenhuma necessidade real do Brasil. Eram suficientes as Escolas profissionais e a Universidade viria apenas dar maior intensidade às deploráveis pretensões pedantocratas de nossa burguesia, cujos filhos abandonam as demais profissões, igualmente honrosas, para só se preocuparem com a obtenção de um diploma qualquer”.

Não podendo prosseguir nesse combate, Lemos confiou a continuidade da tarefa a Teixeira Mendes, que foi ainda mais radical. A Universidade que se viria

a implantar, dizia em artigos de 1882, viria apenas “disfarçar nossos andrajos com europeís de uma falsa grandeza”.

Em troca, advogava uma profunda revisão educacional, com vistas à incorporação do proletariado à Sociedade, o grande problema da política moderna como ensinava Augusto Comte. Em vez da Universidade, defendia Teixeira Mendes um programa de ensino primário que socorresse a grande massa de analfabetos do país e o incremento do ensino profissional, capaz de integrar utilmente o cidadão à comunidade, através de um ofício.

Veremos, breve, a influência dessas idéias no Rio Grande do Sul, então sob a tutela política de Júlio de Castilhos.

Mas, antes, avancemos para as primeiras décadas da República Velha, férteis em debates e marcadas por várias iniciativas de relevo no âmbito educacional.

Partem dessa hora algumas propostas ainda vivas e não satisfatoriamente resolvidas até o presente.

Ao se discutir o Projeto de Lei Orçamentária da República, em 1910, os Deputados gaúchos João Simplicio Alves de Carvalho, Carlos Garcia e Carlos Cavalcanti, apresentaram uma emenda visando à reforma do ensino secundário e superior, mantidos pela União. Pretendiam eles obter para os estabelecimentos federais de ensino superior, “autonomia financeira, pedagógica, disciplinar e administrativa”, exatamente o que ainda se pleiteia em nossos dias. A autonomia deveria estender-se, também, aos estabelecimentos de ensino secundário, que deveriam ter um caráter prático, libertando-se da condição subalterna de cursos preparatórios do ensino superior.

A partir de 1910 surgem, também, as primeiras universidades estaduais do Brasil: a de Manaus, fundada a 15 de março desse ano, com as faculdades de Farmácia, Odontologia, Engenharia, Direito e Ciências e Letras. Contou com 159 alunos e 38 professores. Posteriormente, em 1911, fundou-se a de São Paulo e, em 1912, a do Paraná.

As severas exigências do Decreto n.º 11.530, de 18 de março de 1915 (Lei Maximiliano), em matéria de fiscalização de ensino universitário, fizeram com que as de Manaus e São Paulo cerrassem suas portas, só permanecendo em funcionamento a do Paraná, para onde se transferiu parte dos contingentes humanos das duas primeiras. (1)

Note-se, porém, que esta última instituição, para permanecer, desmembrou-se, pois cada Faculdade teve de sofrer fiscalização em separado, após ajustar-se às exigências curriculares moldadas pelas escolas-padrão do Distrito Federal.

Atente-se, particularmente, para o espírito do Artigo 14 do referido Decreto:

“Artigo 14 — O Inspetor inquirirá, por todos os meios ao seu alcance, inclusive o exame de toda a escrita do Instituto:

a) Se este funciona regularmente há mais de cinco anos;

(1) Carneiro, David — Op. cit. pág. 61

- b) Se há moralidade na distribuição de notas de exames;
- c) Se os professores mantêm cursos particulares freqüentados pelos alunos da Academia;
- d) Se as matérias constantes dos programas são suficientes para os cursos de Engenharia, Medicina, Direito e Farmácia;
- e) Se, pelo menos três quartas partes do programa de cada matéria, são efetivamente explicadas pelo respectivo professor;
- f) Se há exame vestibular e se este é rigoroso;
- g) Se a Academia possui os laboratórios indispensáveis e se estes são utilizados convenientemente;
- h) Se o corpo docente é escolhido por processo de concurso de provas estabelecidas na presente Lei;
- i) Se as rendas da Academia são suficientes para o custeio de um ensino integral das matérias dos cursos, ministrados por professores suficientemente remunerados;
- j) Se a quota de fiscalização é depositada na época legal”.

Na Exposição de Motivos que procede o Decreto, Carlos Maximiliano Pereira dos Santos arrola um sem-número de infrações cometidas pelas unidades de ensino então existentes, em que se enquadram praticamente todos os itens acima enumerados.

Não se pense com isso que a chamada Lei Maximiliano era hostil à organização universitária. Pelo contrário, previa-se que o Governo oportunamente se endereçasse por esse rumo, conforme dispõe seu Artigo 6º:

Artigo 6º — O Governo Federal, quando achar oportuno, reunirá em Universidade as Escolas Politécnica e de Medicina do Rio de Janeiro, incorporando a elas uma das Faculdades Livres de Direito, dispensando-a da taxa de fiscalização e dando-lhe gratuitamente edifício para funcionar”.

Irá mais longe o legislador, prevendo até o provimento da futura Reitoria:

“§ 1º — O Presidente do Conselho Superior do Ensino, será o Reitor da Universidade”.

Há cerca de um século, tínhamos no Brasil apenas 6 estabelecimentos federais de ensino superior: as Faculdades de Direito de São Paulo e Recife (1827), as Faculdades de Medicina do Rio e da Bahia (fundada por D. João VI), a Escola Politécnica do Rio de Janeiro e, finalmente, a Escola de Minas Ouro Preto, de 1875.

Foram estas mesmas Escolas ou Faculdades que, após reunidas pelo Decreto nº 14.343, assinado por Epiácio Pessoa a 7 de setembro de 1929, deram origem à Universidade do Brasil, para que se pudesse conceder o título universitário.

rio de “Doutor Honoris Causa” ao Rei Alberto II da Bélgica que na ocasião nos visitava.

Enquanto isso, o Rio Grande do Sul madrugava de tal modo em suas iniciativas educacionais, que não será descabido atribuir-lhe um certo pioneirismo nessa área.

Observemos, num parêntese, que a fundação de estabelecimento de ensino superior isolados ou os projetos de organismos universitários em nosso país, sempre obedeceram a motivos políticos e acompanham os grandes fasmus da Economia Nacional.

A tentativa de Nassau foi a da Universidade da cana-de-açúcar; a dos Inconfidentes, seria a do ouro; a de José Bonifácio, corresponderia à dos lavoureiros, a do Pará tinha a ampará-la a borracha, a de São Paulo contava com o suporte do café, a do Paraná foi a do pinho, enquanto no Rio Grande, a primeira Escola, a de Agronomia e Veterinária Eliseu Maciel, de 1883, foi a do charque. E, a 10 de agosto de 1896 surgia, com o nome de “Escola de Engenharia” de Porto Alegre uma das mais importantes instituições de ensino técnico da história pedagógica do País. Teve ela um caráter tão peculiar, que não pode passar sem referência especial.

Ao contrário do que se poderia deduzir de seu primeiro título, não foi ela uma Faculdade convencional de Engenharia, para o ensino dos diversos ramos profissionais de seu gênero, mas uma autêntica organização universitária, reconhecida sob o nome de Universidade Técnica do Rio Grande do Sul, pelo Decreto Federal nº 20.272, de 3 de agosto de 1931.

Fruto da iniciativa particular, devemos-la a um grupo de idealistas, ex-professores da Escola Militar de Porto Alegre, muitos deles amigos e discípulos de Benjamin Constant, todos de inspiração positivista: João Simplício Alves de Carvalho, João Vespúcio de Abreu e Silva, Juvenal Octaviano Müller, Lino Carneiro da Fontoura e Gregório de Paiva Meira.

De acordo com sua orientação doutrinária, o Estado não é órgão para prover a educação. Quando muito, poderá incumbir-se de ministrar o ensino primário, leigo e gratuito. Os ensinos secundário e superior, são de responsabilidade comunitária e confessional. Portanto, devem ser mantidos pelas diversas corporações religiosas, em virtude de seu caráter espiritual.

Não podendo o Estado ter nem ciência nem religião oficiais, não poderá possuir orçamento acadêmico ou eclesiástico. Nesse particular cabe apenas ao Governo secundar, prudentemente, a iniciativa privada, uma vez constatada a utilidade social de qualquer empreendimento.

Foi justamente nesse aspecto que a Escola de Engenharia de Porto Alegre, tendo sido amparada com uma taxa, a princípio de 2%, mais tarde de 4% sobre a arrecadação de todos os impostos, pôde adquirir um vultoso patrimônio em glebas físicas, prédios e equipamentos escolares, que constituem o patrimônio básico de sua sucessora, a Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Fugindo do tipo de organização universitária da América Latina, os fundadores da “Escola de Engenharia” adotaram, no depoimento de João Simplício, o modelo inglês ou norte-americano. Neste, sem dúvida, foi colher a inspiração

de uma Universidade pragmática, tipo “Land Grant College System” com estreita associação entre ensino, pesquisa científica e extensão universitária.

Essas universidades nascidas da terra têm origem nos Estados Unidos da América, pelo Ato Governamental de 1872 que concedia grandes extensões rurais a quem se incumbisse de, com seu produto de exploração e até de alienação parcial, criar escolas de agricultura e Artes Mecânicas.

Nelas, o ensino deveria fundar-se nas descobertas da pesquisa ecológica ou sociológica, que seguiriam dois caminhos: através do professor, atingiam as cátedras e por meio de agentes especiais de extensionismo, entregavam-se à comunidade. Desse modo, Escolas e Sociedade falavam a mesma linguagem. Ninguém se encorajaria a dar novo passo, na agricultura e na indústria, sem antes consultá-la, pelo fato de que não eram elas superpostas ao tecido social como adereço, mas tão profundamente nele entrelaçados que, uma vez suprimidas, aquele certamente sangraria...

O surto da “Escola de Engenharia de Porto Alegre” sua estrutura, sua orientação técnica e seu destino nitidamente social, encontram apoio numa série de causas convergentes, entre as quais o predomínio incontrastável do Partido Republicano Rio-Grandense, estimulador das medidas oficiais destinadas à angariação de consideráveis recursos financeiros necessários ao grande empreendimento, tudo fundamentado na simpatia para com a instituição do seu Chefe unipessoal e Presidente do Estado, Borges de Medeiros, que pode ser considerado um verdadeiro Presidente subjetivo da instituição.

A ascensão de Getúlio Vargas ao Governo do Estado em 1928, coincide com uma séria crise financeira da Escola, mantida por subvenções da União, do Estado e dos Municípios, além de rendas próprias.

O presidente Vargas, conhecendo bem a significação daquela instituição para o desenvolvimento da agropecuária estadual, resolveu secundar sua ação, através da Diretoria Estadual da Agricultura e de várias Estações Experimentais. Tal projeto desativou setores importantes do grande organismo didático. Desarticulou-se a integração ensino, pesquisa e extensão, que era sua tônica fundamental, perdendo-se a unidade de comando, essencial para o cumprimento de sua missão.

Um memorial do Professor Irio do Prado Lisboa, Diretor do Instituto Borges de Medeiros (Escola de Agronomia e Veterinária) sobre o entrosamento daquelas três atividades básicas, denunciando a impossibilidade de mantê-las sem prejuízo do ensino, é um importante documento comprobatório desta situação.

Em 1933 a instituição encontrava-se grandemente onerada pelos seus compromissos com o ensino: de seus 1.084 alunos, 731 (73 %) eram gratuitos e, destes, 247 (23 %) recebiam, além do ensino, internato na mesma modalidade.

Foi nessa situação que dela partiu para o Governo do Estado um memorial que seus autores chamaram “um brado de socorro” (sic.). Este viria a ser atendido, em parte, pela criação do novo organismo universitário.

Quando, finalmente, a 28 de novembro de 1934 se criava a Universidade de Porto Alegre, mediante a integração dos cursos superiores da Universidade Técnica, a Faculdade de Medicina e a de Direito, a velha instituição estava praticamente impossibilitada de continuar em seu ritmo anterior.

No momento em que ela se incorporou à Universidade de Porto Alegre, possuía 11 Institutos, de ensino e pesquisa:

- 1 — Instituto de Engenharia, destinado à formação de engenheiros civis, engenheiros de estradas e agrimensores;
- 2 — Instituto “Montaury” com secção de Engenharia Mecânica e Elétrica, incumbida de preparar engenheiros mecânicos e engenheiros eletricitas, bem como profissionais montadores nessas especialidades;
- 3 — Instituto “Borges de Medeiros” para ensino superior de Agronomia e Veterinária;
- 4 — Instituto de Zootecnia, sediado em Viamão, relacionado com o melhoramento de animais domésticos e para o ensino de agricultura e pecuária em grau secundário, através da formação de técnicos rurais;
- 5 — Instituto Experimental de Agricultura, destinado à pesquisa agrícola, pecuária e de indústrias rurais;
- 6 — Instituto “Coussirat Araújo” para ensino de Astronomia, Física e Meteorologia. Mantinha uma rede de estações meteorológicas e os serviços respectivos no Estado;
- 7 — Instituto “Parobé”, destinado ao ensino profissional de mecânica, artes e ofícios, formando mestres e contramestres para a indústria;
- 8 — Instituto de Química, para o ensino de Química Industrial e Química Analítica;
- 9 — Instituto Ginásial “Júlio de Castilhos”, precursor do Colégio Estadual que hoje leva o mesmo nome;
- 10 — Instituto “Pinheiro Machado”, secção de ensino primário de Agricultura e Criação. Titulava operários rurais;
- 11 — Instituto de Educação Doméstica e Rural, que figurava como uma das instituições pioneiras entre nós na educação feminina segundo o modelo de “Home Economics” dos Estados Unidos.

Este elenco demonstra, por um lado, a largueza de espectro do ensino técnico abrangido por aquela Universidade e, por outro, sua nítida orientação social.

Notável, entre outros títulos, foi seu programa de assistência rural ao Estado.

Essa assistência teve como um de seus pontos altos, num Estado essencialmente agropecuário, o Ensino Ambulante de Agricultura que, em sua fase áurea, contando com a orientação de técnicos europeus, dispunha de vagões da Viação Férrea do Rio Grande do Sul, especialmente adaptados, com cinema, livros, mostruários de máquinas e implementos, sementes, adubos, além de reprodutores de várias raças de animais domésticos, para realizar coberturas, anotadas no registro Genealógico dos rebanhos, segundo o critério seguido pelo seu Instituto de Zootecnia. No Instituto Experimental de Agricultura de Viamão iniciou o ma-

peamento agrogeológico do Estado, a análise de nossos solos e o melhoramento genético de nossas plantas cultivadas. Foi pioneira na introdução em nosso território, de plantas como a soja, hoje uma de nossas grandes riquezas, que cultivou pela primeira vez aqui em sua Estação Experimental de Santa Rosa.

Promoveu a interiorização do ensino profissional no Estado, cobrindo praticamente seu território com campo de experimentação e ensino agropecuário ou industrial, sediados em Bento Gonçalves, Santa Rosa, Júlio de Castilhos, Bagé, Alegrete, Santa Maria, Caxias do Sul e Rio Grande. (1)

Manteve uma importante Revista científica para divulgação de suas pesquisas e intercâmbio cultural, a EGATEA, (sigla retirada de seis de seus Institutos).

O que se deve salientar a seu respeito, como lição para nosso tempo, não é tanto a expressão quantitativa desse cometimento, mas sobretudo sua orientação, a unidade de comando indispensável ao sistema que adotou.

Entre seus legados, figura a educação de uma Sociedade para uma vida organizada através de uma escala que se iniciava pelo ensino profissional primário, acessível a ambos os sexos e culminava no ensino superior, em todas as atividades necessárias ao nosso ambiente. É fácil entender que a “Escola de Engenharia” (Universidade Técnica) montou dois pólos didáticos: o industrial, constituído pelo Instituto de Engenharia e seus satélites — Engenharia Civil, de Minas, Mecânica, Eletrotécnica e Química Industrial, destinado ao desenvolvimento de nossas riquezas de subsolo, e o rural, formado pela Escola de Agronomia e Veterinária, com seus institutos auxiliares de ensino e pesquisa — experimental de Agricultura, Zootecnia, Cursos de Engenheiros-Agrônomos, Médicos-Veterinários e Técnicos Rurais, para o desenvolvimento de nossas riquezas renováveis, na agricultura e na pecuária. Seu programa foi, visivelmente, preparar uma equipe de técnicos capacitados a promoverem a correta ocupação de nosso espaço geopolítico.

Seus mentores tiveram clara consciência do papel específico da instituição, tanto que, nos últimos anos de sua existência, proclamaram o seguinte programa de ação do Instituto de Engenharia:

“Rumo ao regime universitário: **“Seguindo a orientação geral da instituição** (grifo nosso), procura-se imprimir ao ensino um caráter universitário, que se concretiza no mútuo aproveitamento das especialidades estudadas em cada Instituto”.

“Assim, o estudo da Química é feito no Instituto de Química Industrial, onde está concentrada a maior parte do material necessário ao conhecimento experimental dessa Ciência”.

“A Astronomia é estudada no Instituto Coussirat Araújo (de Astronomia e Meteorologia) cujo material é utilizado na resolução dos problemas práticos dessa Ciência”.

“O ensino da Eletrotécnica é dado no Instituto Montauray (Instituto

(1) “O Plano de ensino profissional de 1917 — Pêri Pinto Diniz e Mozart Pereira Soares. Comissão de História da UFRGS. Inédito.

Eletrotécnico), permitindo aos alunos a execução técnica dos problemas fundamentais dessa disciplina”.

“Os conhecimentos de Tecnologia são ministrados nas oficinas do Instituto Parobé (Instituto Técnico Profissional), onde mestres e operários acompanham o aluno na execução de trabalhos de oficinas, fazendo-se assim a **aproximação do futuro engenheiro ao operário**”. (grifamos)

“E, vice-versa, no “Laboratório de Resistência dos materiais” (germen do atual Instituto Tecnológico do Estado, esclarecemos), fazem sua aprendizagem os alunos do Curso de Engenheiros Mecânicos e Eletricistas do Instituto Montaury”. (1)

Como se vê, antecipou-se aquela corporação ao espírito da Universidade moderna, especialmente do seu propósito de evitar a duplicação de atividades, consoante às diretrizes da reforma implantada em 1970.

E se levarmos em conta que ela assim se estruturou, quase desde seus passos iniciais, na primeira década deste Século, é fácil compreender que ela precedeu até a Universidade do Brasil de 1920. Basta isso para aceitarmos o pioneirismo universitário do Rio Grande do Sul que, de resto, construiu o primeiro Campus Universitário do Brasil, parte sediada na malha urbana de Porto Alegre e outra localizada no Vale da Agronomia, onde hoje se implanta a nova UFRGS, além da Unidade de Viamão — os Institutos de Zootecnia e Experimental de Agricultura, que seria seu terceiro Campus!

(1) Do Relatório da Universidade Técnica do Rio Grande do Sul (antiga Escola de Engenharia de Porto Alegre), referente ao ano de 1933. Inédito, datilografado. Página intercalar 16/17.

GENEALOGIA E INTEGRAÇÃO

Paulo Xavier

Estudamos a constituição da família brasileira desde o período do povoamento, reunindo dados e observações que documentam migrações entre as áreas da ocupação da América por espanhóis e lusos.

Ao recebermos, há dois anos, honroso convite para participar do V Encontro Nacional e III Regional de História, em Montevideo, escolhemos alguns dos testemunhos recolhidos para formalizar nossa contribuição a um dos temas oficiais intitulado LA GENEALOGIA COMO FACTOR DE INTEGRACIÓN, cuja exposição estaria a cargo do prof. Ricardo Goleracena. O texto preparado não chegou às mãos dos promotores do Encontro.

Retomamos o tema neste artigo para nossa Revista.

A Genealogia é uma ciência que estuda as relações entre integrantes de uma sociedade, identificando parentescos existentes. E mais, evidencia fatos importantes e decisivos do processo migratório e comprovação na Geografia em que viveram.

A fracassada tentativa de Pedro de Mendonça de estabelecer um porto no estuário do Prata levou o início da colonização para Assunção (1537). Expandiu-se a ocupação espanhola até às proximidades de domínios portugueses assegurados pelo tratado de Tordesilhas, na tentativa de uma comunicação com o Atlântico, visando encurtar a navegação para Espanha. Fundaram-se, então, núcleos coloniais como Santiago de Xerez, Ontiveros (1554), ciudad Real de Guairá (1557), Vila Rica del Espíritu Santo (1570)... todos integrados, hoje, em território dos estados brasileiros de Mato Grosso e Paraná.

Surpreendemos em nossas pesquisas genealógicas informações de passagem de famílias hispano-americanas que, após alguns anos de permanência na região centrada por Guairá, fixaram-se em terras do Brasil. Sabe-se os nomes de algumas destas famílias: Contrera, Espinosa, Guzman, Torales, Çuñiga (Zúnhiga ou Zúnega), Riquelme, Ponce de Leon... que se incorporaram às povoadoras de São Paulo, pelos anos de 1630-34. Alguns de seus membros participaram até de um movimento separatista na colônia lusa (1641), pretendendo aclamar "rei de São Paulo" Amador Bueno, um descendente de família espanhola. Aqueles nomes familiares incrustaram-se na onomástica paulista, sobrevivendo até hoje com expressivas contribuições ao desenvolvimento cultural e econômico brasileiro.

Da mesma forma muitos luso-brasileiros passaram para os domínios de Espanha, fixando-se na sociedade nascente de estados americanos (Argentina e Uruguai).

Quando se descobriu, em 1545, prata em Potosi, animaram-se os caminhos pré-colombianos que ligavam os centros emergentes de interesse econômico. Logo Potosi se constituiu no lugar mais populoso de toda a América. Há quatrocentos anos (em 1574) já contava acima de 120.000 habitantes. Atraídos com as notícias da descoberta da prata no altiplano andino, os portugueses do Brasil iniciaram sua aproximação com a área de colonização espanhola. Começou, então, um longo aprendizado da potomologia americana. Os paulistas botaram as canoas no Anhembi (Tietê) e seguiram suas águas até o Rio Grande (ou Paraná). Rolaram os barcos por terra para superarem o Salto Grande de Guairá (hoje inundado pela represa da hidroelétrica de Itaipú); e, de novo, por água, subiram os altos da serra de Maracajú. Por um afluente (Xejuí) do Paraguai, atingiram, navegando este rio, Assunção e, pelo Pilcomáio, até às ambicionadas minas.

Esse itinerário foi documentado por Francisco Vasques Trujillo ao rei espanhol, em carta datada em Buenos Aires, 12 de junho de 1632, guardada no Arquivo General de las Índias e transcrita nos **Anais** do Museu Paulista (1949).

Outra região relacionada com o acesso às minas de prata por via terrestre localizava-se em torno da cidade de Córdoba. Pois aí também temos conhecimento da radicação de muitos portugueses. O açoreano Baltazar Ferreira de Azevedo teria chegado nessa cidade em 1590, entrelaçando-se sua descendência com importantes famílias espanholas, bem como outras de seus patrícios. Citam-se entre estes os nomes de Antonio Soares Mexia, natural de Campo Maior, Rui de Souza, natural de Lisboa, Domingos Lourenço de Mascarenhas, natural do Porto, Diogo Álvares, natural de Viana, Domingos de Valadares, Antonio Ferreira, Francisco Lopes Correa, natural de Lisboa, Manoel Ferreira de Aguiar, natural da Madeira, Antonio Ferreira de Drumond, João Ferreira, Manoel de Sá Ferreira, natural de Lisboa, Antonio Ferreira Fortuna, natural de Lisboa, João Peres Cabral, natural de Lisboa, Estácio Machado de Escobar, natural do Faial, Inácio Ferreira, Luiz Castanho de Morrais, Manoel Ferreira Pereira, Manoel Ferreira da Cruz, José Agostinho de Lima, natural de Lisboa, Antonio José Ferreira, José Caetano Ferreira, etc. (cf. "Itinerário Histórico e Genealógico al redor de los Ferreira de Acevedo — Siglos 16, 17 e 18" — de Carlos A. Luque Colombes).

Entre os muitos nomes de lusos fixados na área de ocupação espanhola, destaca-se o de **João de Mello Coutinho**, nascido na Capitania do Espírito Santo, Brasil (1571) que passou a viver em Assunção, Paraguai. Era filho de Miguel Vasco Coutinho e neto de Vasco Fernandes Coutinho, fidalgo português. Esse avô de João de Mello Coutinho, recebeu em reconhecimento de seus serviços militares em África e Índia a donatária da Capitania do Espírito Santo (1534). Segundo os genealogistas lusos, era ele descendente de D. Afonso III, 5º rei de Portugal (1248-79).

João de Mello Coutinho é um dos ascendentes de JOSÉ GERVÁSIO ARTIGAS, o vitorioso chefe dos Orientais, em Las Piedras, líder do movimento de independência da Banda Oriental, identificado como "protetor dos povos livres".

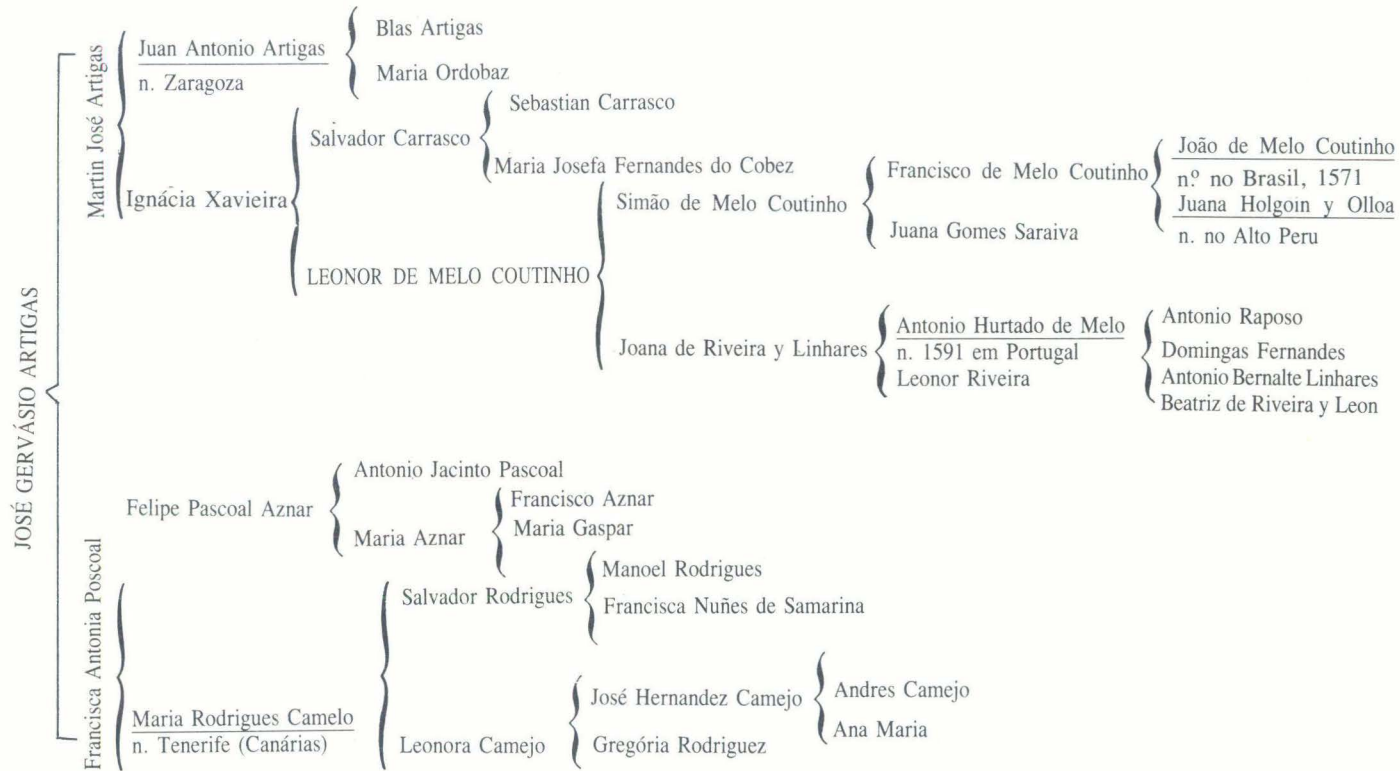
Efetivamente, José Gervásio Artigas teve como uma de suas bisavós a buenai-
rense LEONOR DE MELLO COUTINHO, por sua vez, bisneta do citado João
de Mello Coutinho que se fixara em Assunção, primeiramente, e depois em Bue-
nos Aires, onde faleceu em 1601. ("Gênesis de la Familia Uruguaya" de Juan
Alexandro Apolant. 1966).

João de Mello Coutinho foi casado com Juana Holgoin de Olloa, nascida
no Alto Perú e falecida em Buenos Aires (1626), já casada em segundas núpcias.
Juana Holgoin de Olloa era filha do general Martin de Almendras e de Constan-
ça Holgoin de Orellana; neta materna de Pedro Alvarez de Holgoin, natural de
Cáceres, na Estremadura (Espanha) e de Beatriz Tupac Yupanqui (prima-irmã
de Inca TUPAC AMARÚ). Beatriz era filha do Inca Auqui Hualpa Tupac Yu-
panqui, sendo por esta linha, neta de Huyana Capac, 12º Inca do Perú
(1493-1525). Este soberano inca foi também avô de TUPAC AMARÚ, inca re-
belde, coroadado em Vilcabamba (1571) e executado pelos espanhóis, em Cuzco
(1572).

O nome do Inca — TUPAC AMARÚ — transposto para TUPAMAROS foi
tomado, na recente revolução (1972-75) pelos uruguaios, evocando a rebeldia
e repulsa contra militares de seu país.

O entrelaçamento de famílias hispano-americanas e luso-brasileiras, como
as que referimos, lembram, edificadamente, a lição da Hidrografia sul-americana,
reunindo os grandes rios Paraguai, Paraná (Brasil) e Uruguai, a indicar, simboli-
camente, a união que deve existir entre nossos povos.

QUADRO DE ASCENDÊNCIA
do prócer uruguáio JOSÉ GERVÁSIO ARTIGAS



GENEALOGIA DE JOSÉ GERVÁSIO ARTIGAS

Linha incáica

1. Pachacutec Inca YUPANQUI (Reinou de 1438 a 1471)
2. Inca Yupanqui
3. Tupac Inca Yupanqui (Inca de 1471 a 1493)
4. Huyana Capac (Inca de 1493 a 1525) 12º Inca do Perú
5. Auquín Hualpa Tupac Yupanqui (Inca títere; coroado por Pizarro, em 1533)
6. Beatriz Tupac Yupanqui (prima-irmã do Inca TUPAC AMARU) c.c Pedro Alvarez de Holgoín, n. Cáceres (Espanha m. 1542)
7. Constança Holguín y Orellana c.c. gen. Martín de Almendras, n. Placencia m. 1563
8. Juana Holgoín y Olloa, n. Alto Perú c.c. JOÃO DE MELLO COUTINHO, n. Brasil, 1571
9. Francisco de Melo Coutinho y Holgoín, n. B. Ayres, 1593 c.c. Juana Gomes de Saraiva
10. Simão de Melo Coutinho, n. B. Ayres, 1627 c.c. Juana Ribera de Linhares
11. LEONOR DE MELLO COUTINHO, n. B. Ayres, 1667 c.c Salvador Carrasco, n. Malaga
12. Ignácia Xavier Carrasco, n. 1701 c.c. JUAN ANTONIO ARTIGAS, n. Zaragoza, 1693
13. Martín José Artigas c.c. Francisca Antonia Pascoal Aznar, n. Montevideo
14. JOSÉ GERVÁSIO ARTIGAS, n. Montevideo, 1764 f. Paraguai, 1850

BIBLIOGRAFIA

- 1 — SILVEIRA, Carlos da. **"A propósito de alguns hispano-americanos muito ligados a habitantes da Capitania de São Vicente"** (in Revista Genealógica Latina, vol. 7º 1955).
- 2 — LEME, Luiz Gonzaga Silva. **Genealogia Paulistana** (9 vols.).
- 3 — FRANCO, Francisco de Assis Carvalho. **"Dicionário de Bandeirantes e Sertanistas do Brasil. Séc. XVI, XVII e XVIII"**.
- 4 — COLOMBRES, Carlos A. Luque. **"Itinerário Histórico e Genealógico al redor de los Ferreira de Acevedo. Séc. XVI, XVII e XVIII."**
- 5 — APOLANT, Juan Alexandro. **"Genesis de la Familia Uruguaya"** 1966.
- 6 — MÁRMOL, Mario Barraco. **"Quadro Genealógico Incácico"** in Revista AMÉRICAS, vol. 23 nº 8 p. 23.
- 7 — **Anais do Museu Paulista** (1949).

DOCUMENTAÇÃO

- 1 — Arquivo Genealógico de Jorge Godofredo Felizardo.
- 2 — Arquivo Genealógico do Autor.
- 3 — **Carte du Paraguay** e des pays voisins Sur les Memoires des Espagnols et des Portugais et en particulier ceux des RR PP de la Compagnie de Jesus. par M.B. ing. de Marine 1756 (Coleção de Mapas do Itamarati).

O MOVIMENTO FARROUPILHA NA VISÃO DE UM NORTE-AMERICANO

por Walter F. Piazza*

1. Introdução: a origem da documentação
2. O Consulado norte-americano no Desterro, SC (1831-1874).
3. A correspondência do Consulado com a Secretaria de Estado, Washington, D.C., USA.
4. Considerações Finais

* Do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina e do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul.

1. Introdução: a origem da documentação

Em 1973, em Washington, D.C., USA, tivemos a oportunidade de visitar o “National Archives” e, ali, obter, em cópia microfilmada, toda a documentação existente, respeitante ao Consulado norte-americano que existiu na pacata cidade do Desterro, Capital da Província de Santa Catarina¹.

São dois rolos de microfilmes, que se encontram, hoje, à disposição do pesquisador no Arquivo próprio da Biblioteca Central da Universidade Federal de Santa Catarina.

2. O Consulado norte-americano no Desterro, SC. (1831-1874)

O Consulado dos Estados Unidos da América, na cidade do Desterro, capital da Província de Santa Catarina, de acordo com os dados disponíveis, foi criado em março de 1831².

Foi primeiro cônsul **LEMUEL WELLS**, nomeado a 2 de março de 1831, pelo Presidente dos Estados Unidos, aportando ao Rio de Janeiro, no brigue “Susan”, a 1º de setembro, recebendo o “exequatur” do Governo Imperial Brasileiro, a 23 daquele setembro. Embarcou no paquete “Januária”, no Rio de Janeiro, a 1º de outubro do mesmo ano de 1831 e chegou ao porto do Desterro, a 12 de outubro, ainda de 1831. ~

Trata-se de figura de acentuado dinamismo.

Este dinamismo está representado por três tipos de ações inovadoras.

Formou, primeiramente, uma firma, por volta de 1837 ou 1838, com John C. Pedrick e José Gonçalves dos Santos Silva — Wells, Pedrick & Gonçalves — para explorar uma serraria, com doze serras verticais, que desdobravam de 50 a 60 dúzias diárias de tábuas, com a utilização da energia hidráulica do ribeirão do Alferes, afluente do rio do Braço, denominando a localidade, originalmente, de “Serras” — hoje cidade de Nova Trento³.

Ali se fixaram alguns norte-americanos, que, entretanto, não deixaram descendência ou traços culturais na região.

Depois, por volta de 1847, requereu ao Governo Imperial Brasileiro, por cinquenta anos, a exploração de “minas ou vieiros de ferro de qualquer formação entre os rios Tijucas Grandes, e Ariringuá (sic), com toda a extensão da costa do mar entre os dois rios até dez léguas para o interior compreendendo todas as Ilhas na costa dentro deste districto”. Como se vê pretendia a exploração ferrifera em boa parte do território catarinense, entretanto apreciado pelos burocratas, foi levado ao Imperador e “escusado” — indeferido —, a 20 de novembro de 1847⁴.

E, a terceira incursão inovadora foi a obtenção da “carta de privilégio”, por vinte anos, “para o fabrico e venda de machinas de sua invenção”, na forma do Decreto n.º 1205, de 13 de julho de 1853, que lhe foi dada pelo Imperador D. Pedro II, a 18 de julho de 1853, mediante o pagamento de 200\$000 rs. de direitos à Fazenda Pública⁵.

A ação consular de WELLS pode ser avaliada, quer no seu relacionamento com a Secretária de Estado, em Washington, D.C., USA, quer com a Presidência da Província de Santa Catarina⁶.

No seu primeiro impedimento à testa do Consulado, WELLS tem como "Acting Consul", JOHN C. PEDRICK, de 14 de maio de 1835 a 6 de novembro daquele ano de 1835, quando retornou ao porto do Desterro, a bordo da escuna "Eagle".

Em outra oportunidade WELLS é substituído por **WILLIAM** (Guilherme) **RICKEN**, de 17 de março de 1840 a 22 de dezembro de 1840, que neste meio tempo, a 13 de outubro daquele ano de 1840, por ter que ir à Vila de Lages, Ricken deixa o Consulado a cargo de José Gonçalves dos Santos Silva, sócio de Wells, como se viu, e, então, Encarregado Consular de Portugal, na referida cidade do Desterro.

A 6 de março de 1841 o Consulado norte-americano vai mudar de endereço. Até aquela data situara-se na esquina das ruas do Livramento (hoje Rua Trajano) e do Príncipe (hoje Conselheiro Mafra), mudando-se, então, para a esquina das ruas do Príncipe com a do Ouvidor (hoje Deodoro).

A 28 de junho de 1841 Wells embarca para o Rio de Janeiro e deixa, na qualidade de encarregado do Consulado, **HENRIQUE P. OTTM**.

Retorna a Santa Catarina a 29 de julho daquele mesmo ano 1841.

Tem-se nova partida de Wells para o Rio de Janeiro, a bordo da corveta da Marinha norte-americana "Boston", a 10 de maio de 1844, deixando como encarregado do Consulado **WILLIAM** (Guilherme) **SMILEY**, até seu próximo retorno, o que se dá a 18 de junho.

Ainda, no mesmo ano de 1844, parte, a 7 de julho, no vapor "Todos os Santos", para o Rio Grande do Sul, de onde retorna a 16 daquele mês de julho.

Outro afastamento dá-se, para o Rio de Janeiro, em julho de 1846, ficando, novamente, **SMILEY** responsável pelo Consulado. O regresso tem lugar a 29 de setembro de 1846.

Uma outra saída do Desterro — da qual não se tem a data precisa —, ocorreu em 1847. Sabe-se, tão-somente, que retornou a 27 de dezembro de 1847.

Wells sofre, na noite de 31 de agosto de 1848, na cidade do Desterro, um atentado contra a sua pessoa, com "huma ferida terrível na cabeça, o que me causava grande dor e o sangue corria em jorros do talho". E das diligências policiais, acerca deste acontecimento, um ano depois, não se tinha nenhum resultado.

Novamente parte para o Rio de Janeiro, pelo vapor "Todos os Santos", a 11 de novembro de 1848, com uma demora prevista de dois meses. Fica responsável pelo Consulado o médico Dr. Henrique A. Schutel, então Cônsul de Sua Majestade o Rei da Sardenha. Wells retorna à cidade do Desterro, a 4 de abril de 1849.

Depois de dezoito anos de ação consular Wells vai deixar a cidade do Desterro.

Assim, a 4 de junho de 1849 assume o Consulado norte-americano na cidade do Desterro **THOMAS C. Mc DOWELL**, onde chegara a 2 de junho (na comunicação ao Presidente da Província aparece a sua posse a 6 de junho).

Mas, teve uma permanência muito curta, pois, a 25 de julho daquele ano, passa o Consulado a **ROBERT S. CATHCART**, que obtém o “exequatur” do Governo Imperial Brasileiro, a 27 de agosto de 1849.

Robert Suens Cathcart deve ter aportado ao litoral catarinense no princípio do século XIX, ou melhor definindo no primeiro quartel daquele século⁸, porquanto em correspondência consular para Washington, DC., USA., em 1832, já é citado como morador em S. Miguel.

Integra-se na sociedade catarinense, porquanto possui propriedades no então vastíssimo município de S. Miguel, quer a fazenda de “Palmas”, ou, ainda, nos “Ganchos”. Fora, inicialmente, casado com C. Genoveva Rosa Mey, de quem não houve filhos, e depois o foi com D. Maria da Gama Cathcart, de quem houve descendência⁹.

A Robert S. Cathcart substitui **ALEXANDER M. ROPZ**, que assumiu o Consulado a 30 de janeiro de 1851, partindo, entretanto, para o Rio de Janeiro, em abril de 1851, e passando-o a R. Cathcart, tão-somente, em caráter definitivo, a 23 de março de 1859.

ROBERT S. CATHCART permanece à frente do Consulado até 10 de março de 1861, quando assume **BENJAMIN LINDSAY**.

Em substituição a Lindsay dirige o Consulado **WILLIAM H. WILLINGTON**, até 2 de fevereiro de 1874, quando se dá a resignação de Lindsay do Consulado e a 19 de junho daquele 1874 é abolido o Consulado dos Estados Unidos da América na cidade do Desterro, capital da Província de Santa Catarina.

3. A correspondência do Consulado com a Secretaria de Estado, Washington, D.C., USA (1835-1845).

Os papéis que constituem a correspondência do Consulado com a Secretaria de Estado em Washington, D.C., USA, são da mais variada gama.

De um lado predominam os “Consular return statement”, tipo de documento onde se tem, mês por mês, o número de embarcações entradas e saídas do porto do Desterro, a tonelagem dessas embarcações, a composição de sua tripulação, e, alguns casos, a carga transportada.

O Consulado norte-americano na cidade do Desterro, SC, tinha como todos o têm, uma função, primordialmente, comercial sendo, pois, os cônsules, na sua maioria, comerciantes.

Dessa correspondência vamos, somente, mostrar aqueles trechos ou tópicos que dizem respeito à Revolução “Farroupilha”, quer no seu desenvolvimento no Rio Grande do Sul, quer a sua ação em terras catarinenses.

Há uma primeira referência na carta datada de 7 de novembro de 1835¹⁰:

“Ultimamente fui informado de Porto Alegre que as dificuldades têm sido muitas e o novo Presidente foi formalmente recebido”

A referência que nos parecer referir-se à posse do Dr. Marciano Pereira Ribeiro na Presidência do Rio Grande do Sul, o que se deu a 21 de setembro de 1835¹¹.

Entretanto, a “Revolução Farroupilha”, já se sentia em Santa Catarina desde os seus primeiros dias, quer no sul quer no planalto¹².

A segunda referência tem a data de 30 de junho de 1836¹³:

“Em assuntos políticos nesta Província (Santa Catarina) tudo calmo e nenhum distúrbio temido.

“A Guerra Civil no Rio Grande continua com igual sucesso para ambos os lados. As tropas do Governo tomaram posse ultimamente de Porto Alegre, os revolucionários se mantêm firmes em todo o interior da província e são considerados fortes”.

Apesar da tomada de Porto Alegre, sabe-se que o governo rio-grandense esteve na cidade do Rio Grande, então sob a chefia do Dr. José de Araújo Ribeiro¹⁴.

Uma terceira referência é a expressa a 18 de janeiro de 1837¹⁵:

“Em assuntos políticos nada de importante a notificar, o novo Presidente apontado para esta Província (Santa Catarina) chegou desde uns dias do Rio Grande, ele ainda não prestou o juramento de praxe por ter esquecido seu Diploma.

“As dificuldades políticas no Rio Grande não estão ainda liquidadas, a parte revolucionária é considerável em força no interior e será preciso tempo para vencê-la”.

O Presidente da Província de Santa Catarina referido no texto do Cônsul Wells é o então Coronel (futuro Brigadeiro) José Joaquim Machado de Oliveira, que se empossou a 24 de janeiro daquele ano de 1837 e esteve à testa do governo catarinense até 14 de outubro daquele mesmo ano¹⁶.

Outra referência é datada de 1º de outubro de 1837¹⁷.

“Nos assuntos políticos, atualmente nesta Província (Santa Catarina) nada tenho de importante a comunicar.

“A Guerra Civil no Rio Grande continua com igual sucesso para ambos os lados e é dito que a maior parte da opinião pública nesta Província (Rio Grande) é mais favorável à revolução”.

No momento desta carta está à testa da Presidência da Província do Rio Grande do Sul o catarinense Feliciano Nunes Pires, que a governou de 6 de junho a 3 de novembro de 1837¹⁸.

Em seqüência tem-se informação de 10 de janeiro de 1838¹⁹.

“O Governo não sendo capaz de conseguir voluntários para o Exército nessa Província (Santa Catarina), começou a pressionar os homens para este propósito, fato que está causando grande insatisfação entre os cidadãos”.

Santa Cararina está, então, sendo governada pelo Presidente (Brigadeiro) João Carlos Pardal, que a administrou de 14 de outubro de 1837 a 18 de agosto de 1839²⁰.

Uma outra apreciação sobre o desenrolar da “Revolução Farroupilha” é datada de 2 de abril de 1839²¹:

“No dia 15 do último mês (março) os habitantes do distrito dessa província (chamado Lages) se revoltaram contra o Governo Imperial, e se juntaram à parte revolucionária do Rio Grande. Esse distrito de Lages, junta-se à Província do Rio Grande e os habitantes são principalmente homens rudes.

“O Ministro da Guerra brasileiro chegou aqui a alguns dias, no seu caminho para o Rio Grande por mar, com cerca de 500 homens.

“Estou informado que as forças do Governo são, aproximadamente, de 5.000 homens e o exército revolucionário é do mesmo número bem armado e 9.000 soldados.

“Geralmente acredita-se que o Governo Imperial será obrigado a abandonar a Província aos revolucionários que permanecem unidos”.

Está como Presidente da Província de Santa Catarina, como se viu, anteriormente, o Brigadeiro João Carlos Pardal.

Uma outra carta informativa é de 1.º de janeiro de 1840²²:

“Desde minha última carta (n.º 25) as tropas imperiais (cerca de 2.000 em número) têm sido bem sucedidas em retomar a cidade de Laguna nessa Província, e uma contra-revolução tomou lugar no distrito oeste dessa Província (Lages) em favor do Governo Imperial.

“Em 12 de dezembro último o General Imperial Cunha com 1.200 a 1.500 homens entrou em Lages vindo da Província de São Paulo e marchou para as fronteiras do Rio Grande; no dia 15 do mesmo mês ele foi derrotado pelas tropas revolucionárias comandadas pelo General David Canabarro; General Cunha foi morto em ação e todo seu exército ou foi morto ou foi feito prisioneiro.

“O Distrito de Lages está ocupado novamente pelos revolucionários e parte de suas tropas já apareceram nas vizinhanças de Laguna”.

O governo catarinense está, então, nas mãos do Presidente Marechal Francisco José de Souza Soares de Andréa, cuja administração se estendeu de 18 de agosto de 1839 a 26 de junho de 1840²³.

A propósito do evento do combate em que perdeu a vida do Brigadeiro Cunha no “campo da Forquilha”, à margem do rio Marombas, está no testemunho de Antônio de Melo e Albuquerque, em ofício dirigido ao Ministro de Estado da Guerra²⁴.

Ainda, dentro do ciclo “farroupilha”, uma nova informação, com data de 5 de julho de 1844²⁵:

“Os assuntos políticos da Província do Rio Grande estão na mesma situação como antes; os revolucionários são ainda força considerável no interior”.

Está o Rio Grande do Sul sob a administração de Luís Alves de Lima e Silva, Barão e futuro Duque de Caxias, cuja Presidência se estendeu de 9 de novembro de 1842 a 11 de março de 1846²⁶.

Uma última carta, datada de 12 de novembro de 1845, onde descreve a visita dos Imperadores — D. Pedro II e D. Teresa Cristina — à Província de Santa Catarina, acompanhados de enorme comitiva, na qual se incluíam navios de outras nacionalidades, como a fragata norte-americana “Raritan”, e estendeu a aludida visita à Província do Rio Grande do Sul, onde foi para selar a paz assinada por Caxias, com os “farroupilhas”²⁷.

4. Considerações finais

Esta comunicação pretende, em primeiro lugar, alertar para a grande massa de informações que deve haver disponível, em arquivos de outras nações, acerca do decênio “farroupilha”, e que, ao que sabemos, tem sido pouco utilizada para averiguar as tendências manifestadas pelos agentes consulares, cônsules e representantes diplomáticos ou não, em suas correspondências, com seus governos.

Por outro lado, poder-se-ia dizer que os elementos constantes de arquivos públicos, principalmente municipais (Câmaras Municipais) poderiam e podem esclarecer muitos dados sobre a “Revolução Farroupilha”, em suas documentações.

Esta a nossa modesta contribuição.

Florianópolis, junho de 1985.

NOTAS DE RODAPÉ

1. PIAZZA, Walter F. **O Porto do Desterro nas relações Brasil-Estados Unidos (1831-1874)**. Porto Alegre, *Revista Estudos Ibero-Americanos*, 2 (2): 343-351, dez. 1976.
2. ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA, Florianópolis. **Correspondência dos Cônsules com a Presidência da província de Sta. Catarina. 1840-1843**. Offício de Lemuel Wells, datado de 28.06.1841.
3. PIAZZA, Walter F. **Nova Trento**. Florianópolis, Imprensa Oficial do Estado, 1950, p. 19-20.
4. BIBLIOTECA NACIONAL, Rio de Janeiro, Seção de Manuscritos. **Documentos biográficos**. C. 751.21
5. BIBLIOTECA NACIONAL, cit. Idem, idem. C 1031.38.
6. ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA. **Correspondência dos Cônsules com o presidente da província, 1831-1839, 1840-1843 e 1844-1854**.
7. ARQUIVO NACIONAL, Rio de Janeiro. **Registro de Estrangeiros (1840-1842)**. P. 53.
8. PIAZZA, Walter F. **Robert S. Cathcart — um norte-americano em terras de São Miguel**. Biguaçu, *Notícia Histórica de Biguaçu*, fasc. 6:155-159, fev. 1984.
9. PIAZZA, cit. Trata da sua descendência face aos livros eclesiásticos das paróquias de N. Sra. do Desterro (hoje Florianópolis) e de S. Miguel “da terra firme”, SC.
10. NATIONAL ARCHIVES, Washington, DC., USA Consulate. Desterro. Carta nº 8, do Cônsul Lemuel Wells a John Forsyth, Secretário de Estado, Washington, DC., de 7.11.1835.
11. ROSA, Otelo. **Vultos da epopéia farroupilha**. Porto Alegre, Livraria Globo, 1935. p. 221.
12. BOITEUX, Henrique. **A República Catarinense (notas para a sua história)**. Rio de Janeiro, Imprensa Naval, 1927,
13. NATIONAL ARCHIVES, cit. Carta nº 11 do Cônsul Lemuel Wells a John Forsyth, Secretário de Estado, de 30.6.1836.
14. COSTA E SILVA, Riograndino da. **Notas à margem da História do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, Editora Globo, 1968. p. 220.

15. NATIONAL ARCHIVES, cit. Carta nº 13, do Cônsul Lemuel Wells a John Forsyth, Secretário de Estado, de 18.1.1837.
16. CORRÊA, Carlos Humberto. **Os Governantes de Santa Catarina de 1739 a 1982**. Florianópolis, Edit. da UFSC, 1983.
17. NATIONAL ARCHIVES, cit. Carta nº 16, do Cônsul Lemuel Wells a John Forsyth, Secretário de Estado, de 1.10.1837.
18. COSTA E SILVA, cit. p. 221.
19. NATIONAL ARCHIVES, cit. Carta nº 17, do Cônsul Lemuel Wells a John Forsyth, Secretário de Estado, de 10.1.1838.
20. CORRÊA, cit. p. 26-27.
21. NATIONAL ARCHIVES, cit. Carta nº 23, do Cônsul Lemuel Wells a John Forsyth, Secretário de Estado, de 2.4.1839.
22. NATIONAL ARCHIVES, cit. Carta nº 26, do Cônsul Lemuel Wells a John Forsyth, Secretário de Estado, de 1.1.1840.
23. CORRÊA, cit. p. 26.
24. BOITEUX. **A República Catarinense**. cit. p. 262-264.
25. NATIONAL ARCHIVES, cit. Carta nº 44 do Cônsul Lemuel Wells a John C. Calhoun, Secretário de Estado, de 5.7.1844.
26. COSTA E SILVA, cit. p. 221.
27. NACIONAL ARCHIVES, cit. Carta do Cônsul Lemuel Wells a James Buchanan, Secretário de Estado, Washington, DC., USA, datada de 12.11.1845; transcrita, na íntegra, em PIAZZA, Walter F. **A primeira viagem do Segundo Imperador (1845)**: Salvador, Bahia, Universitas, 21:95-109. ago.-set. 1978.

SEGUNDA PARTE

RELATÓRIO

da gestão 05.08.88/05.08.90

Temos a honra de apresentar ao ilustre quadro de sócios efetivos do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul um relato das principais atividades desta Instituição, no biênio 05 de agosto de 1988 a igual data de 1990.

***DIRETORIA**

Em reunião de Assembléia Geral, de 13 de julho de 1988, foi eleita a Diretoria abaixo indicada, empossada em sessão de 05.08.1988.

Presidente: Luis Alberto Cibils

1º Vice-Presidente: Earle Diniz Macarthy Moreira

2º Vice-Presidente: Carlos Reverbel

Tesoureiro-Geral: Ruben Neis

Tesoureiro: Lothar Francisco Hessel

Secretário-Geral: Helio Moro Mariante

Secretário: Moacyr Flores

Responsável pela Biblioteca: Moacyr Domingues

Orador: Sérgio da Costa Franco

Obs.: Durante o exercício solicitou exoneração do cargo de Orador, o consócio Sérgio da Costa Franco.

***COMISSÕES**

Em sessão de Assembléia Geral de 05.10.88, foram constituídas as seguintes Comissões:

de **História e Geografia**: Arthur Ferreira Filho, Dante de Laytano e Lourenço Mário Prunes;

de **Estudos Étnicos e Lingüísticos**: Heinrich Adam Wilhelm Bunse, Ruben Neis e Arthur Rabuske;

de **Estudos Regionais**: Paulo Xavier, Francisco Riopardense de Macedo e Luiz Carlos Barbosa Lessa;

de **Sindicância para Admissão e Demissão**: Laudelino Medeiros, Earle Diniz Macarthy Moreira e Ruben Neis;

de **Redação da Revista**: Sérgio da Costa Franco, Carlos Reverbel e Moacyr Flores.

Eventuais — Comissão de História Comum da Região do Prata: Earle Diniz Macarthy Moreira, Paulo Xavier e Francisco Riopardense de Macedo.

(a) Luis Alberto Cibils
Presidente

(a) Helio Moro Mariante
Secretário-Geral

***REPRESENTAÇÕES**

Designado representante desta entidade, junto ao COMPHAC (Conselho Municipal do Patrimônio Histórico-Cultural), o consócio Raphael Copstein solicitou demissão no dia 06 de março de 1990, que lhe foi concedida.

Representação junto ao Instituto Gaúcho de Tradição e Folclore (IGTF). O Consócio Luiz Carlos Barbosa Lessa, representante da entidade, junto ao IGTF, solicitou dispensa dessa comissão, em virtude de encontrar-se residindo em município distante da Capital. Seu pedido foi concedido em reunião de 04 de abril de 1990.

***REPRESENTAÇÃO ESPECIAL**

Nosso associado Earle Diniz Macarthy Moreira foi designado representante da entidade junto ao V Encuentro Nacional e III Regional de Historia, efetivados em Montevideu-Uruguai.

***FALECIMENTO DE ASSOCIADOS**

Durante a gestão em apreço, faleceram os associados: Ruben Machado da Rosa, em 08.12.1988; Heinrich Adam Wilhelm Bunse, em 26.01.1990; Carlos Rheingantz, sócio correspondente, em 15.08.1988 no Rio de Janeiro e o sócio benemérito Mem de Sá, no Rio de Janeiro em 14.03.1989.

***NOVOS SÓCIOS**

Em reunião de Assembléia Geral, de 03 de maio de 1990, foram admitidos como sócios efetivos os historiadores Arno Alvarez Kern e Francisco O.M. O'Donnell e como correspondente Jali Meirinho, este residente em Florianópolis-SC.

***SÓCIO BENEMÉRITO**

Em sessão solene pública efetivada no dia 08 de novembro de 1989, foi conferido ao sócio efetivo Guilhermino Cesar o título de sócio benemérito, por seus relevantes serviços prestados à Instituição.

***SOCIEDADE SUL-RIO-GRANDENSE (RJ)**

O Instituto Histórico e Geográfico do RGS foi distinguido com a outorga de sócio correspondente, da Sociedade Sul-Rio-Grandense, do Rio de Janeiro, conforme diploma datado de 21 de dezembro de 1988.

***REVISTA**

Foram editados os números 125(1989) — comemorativo ao 1º Centenário

da Abolição da Escravatura; nº 126(1990) — comemorativo ao 1º Centenário da Proclamação da República Brasileira. Exemplares estes que reúnem as comunicações apresentadas durante as sessões solenes públicas, levadas a efeito no transcurso das efemérides.

***HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO — Novo**

Adotando o horário de verão, o Instituto, a partir de 15 de outubro de 1989, passou a funcionar no horário das 13 às 19 horas, de segunda à sexta.

***ESTATUTOS — Reforma em andamento.**

***CORRESPONDÊNCIA**

1988—	Ativa: 159	Passiva: 194
1989—	Ativa: 201	Passiva: 272
1990—	Ativa: 95	Passiva: 118

***LEITORA DE MICROFILMES**

Em data de 21 de setembro de 1988 foi firmado convênio com a Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) que cede, por empréstimo de tempo indeterminado, um aparelho de “leitora de microfilmes/microfichas”; sendo que o IHGRGS, em contrapartida, coloca à disposição dos docentes e discentes do Curso de Pós-Graduação em História sua Biblioteca e fundos documentais. Visa, também, o aludido convênio que ambos buscarão conseguir meios para o financiamento da microfilmagem do acervo documental do IHGRGS, em duplicata, a fim de que as duas instituições possam ser beneficiadas.

Há parecer emitido, atendendo à solicitação da presidência, no que tange a este assunto, sendo o relator o Dr. Sérgio da Costa Franco. (17/09/1988).

***DOAÇÕES**

Durante a gestão a entidade enriqueceu seu patrimônio cultural com as seguintes doações:

- 1 — Fichário de Raul de Bittencourt;
- 2 — Arquivo de Microfilmes de Abeillard Barreto;
- 3 — Arquivo parcial de Enio de Freitas e Castro.

***BIBLIOTECA**

Ano	Registros	Volumes	Periódicos	Diversos	Folhetos	Consulentes
1988	191	160	373	146	83	555
1989	149	148	259	384	67	1.090
1990	082	050	172	024	**	447

Número de títulos Periódicos/Jornais:

Periódicos 3.194 títulos

Jornais Encadernados: 389 títulos

Jornais Não Encadernados: 581 títulos

***SESSÕES SOLENES E DE ASSEMBLÉIA GERAL**

No período relatado, de 1988, foram efetivadas as seguintes sessões solenes de caráter público:

27.07.88 — Centenário da Abolição da Escravatura

Orador: Pe. Arthur Rabuske, S.J.

Tema : Alonso de Sandoval, S.J. e sua obra

- 26.08.88 — Assembléia Geral
Orador: Dante de Laytano
Tema : Relato de sua viagem à Europa e aos Açores
- 31.08.88 — Centenário da Abolição da Escravatura
Orador: Mons. Ruben Neis
Tema : Dois Centenários: a campanha abolicionista de 1887/88 e o falecimento de D. Sebastião Dias Laranjeira
- 22.09.88 — Sessão comemorativa do Bicentenário de nascimento de Bento Gonçalves da Silva
Orador: Dante de Laytano
- 28.09.88 — Centenário da Abolição da Escravatura
Orador: Francisco Riopardense de Macedo
Tema: Emancipação gradual no processo da abolição
- 14.10.88 — Sessão conjunta com a Academia Rio-Grandense de Letras
Orador: Alcides de Mendonça Lima
Tema: Centenário do nascimento do Dr. Maurício Cardoso
- 19.10.88 — Centenário da Abolição da Escravatura
Orador: Moacyr Flores
Tema: O Sincretismo religioso do negro
- 09.11.88 — Assembléia Geral
- 09.11.88 — Centenário da Abolição da Escravatura
Orador: Dante de Laytano
Tema: A Abolição da escravidão no Rio Grande do Sul

— Período de 1989

- 12.04.89 Sessão Solene comemorativa do Bicentenário da Revolução Francesa
Orador: Jean Roche
Tema: Revolução Francesa. Retrospecto histórico e principais eventos. Comemorações em território francês
- 26.04.89 — Assembléia Geral Ordinária
Orador: Helio Mariante
Tema: Perfil civil de Tiradentes
- 03.05.89 — Assembléia Geral
Orador: Moacyr Sempé
Tema: Discrepâncias verificadas entre documentos dos arquivos

de Sevilha e a história oficial, a respeito das Missões Orientais do Uruguai.

- 17.05.89 — Sessão Solene — Centenário da Proclamação da República
Orador: Morivalde Calvet Fagundes
Tema: 100 Anos de República — Ata nº 20
- 07.06.89 — Centenário da Proclamação da República
Orador: Cláudio Moreira Bento
Tema: O Clube Militar e a República — Ata nº 21
- 07.07.89 — Assembléia Geral
Tradução, para o vernáculo, do lema do Instituto — Ata nº 24
Arthur Rabuske: Universidade Federal SC — tema: Gênese e Nacionalização na Província do RGS — Ata nº 23
Helio Mariante: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro
Tema: A Revolução de 93 na consolidação da República.
- 26.07.89 — Centenário da Proclamação da República
Orador: Mário Maestri Filho
Tema: Abolição: razão última da República (Da abolição à República — agonia do estado escravista) — Ata nº 25
- 30.08.89 — Centenário da Proclamação da República
Orador: Sérgio da Costa Franco
Tema: O Partido Republicano: sua ação em Jaguarão durante a monarquia — Ata nº 27
- 13.09.89 — Sessão Solene
Orador: Walter Fernando Piazza — Ata nº 29
Tema: O Brigadeiro Silva Paes e o Regimento de Infantaria de Linha na preservação do Rio Grande do Sul
Após o evento, houve o lançamento do livro: “O Brigadeiro José da Silva Paes — Estruturador do Brasil Meridional”, de autoria do conferencista, Membro Correspondente, em Santa Catarina, deste Instituto.
- 18.09.89 — Sessão Solene — Ata nº 30
Orador: Cláudio Moreira Bento
Tema: Generalíssimo Manoel Deodoro da Fonseca, o Proclamador da República
Após o evento, houve o lançamento do livro: “Porto Alegre-Memória dos Sítios Farrapos e da Administração de Caxias”, de autoria do conferencista, Membro Correspondente, no Rio de Janeiro, deste Instituto.

- 20.09.89 — Sessão Solene — Ata nº 31
Orador: Francisco Riopardense de Macedo
Tema: Bento Gonçalves através das proclamações Comemorativas do Bicentenário de nascimento do herói.
- 25.10.89 — Centenário da Proclamação da República — Ata nº 34
Orador: Luis Alberto Cibils
Tema: A República na região do Camaquã: Propaganda e Consolidação.
- 08.11.89 — Sessão Solene — Ata nº 35
Outorga do título de Sócio Benemérito a Guilhermino Cesar
Orador: Laudelino Medeiros
- 29.11.89 — Sessão Solene — Ata nº 36 — Centenário da Proclamação da República
Orador: Arthur Rabuske
Tema: A Igreja e o Estado no início da República (1889-1891)

NOTICIÁRIO

70º Aniversário do Instituto

A 6 de agosto de 1990, em sessão solene, à qual compareceram numerosas pessoas gradas e representantes de entidades culturais congêneres, o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul homenageou o septuagésimo aniversário de sua fundação, ocorrida à 5 de agosto de 1920.

A assembléia foi presidida pelo Dr. Luis Alberto Cibils, presidente da entidade, sendo orador designado para a ocasião o membro efetivo Sérgio da Costa Franco.

Na oportunidade, o orador pronunciou o discurso que a seguir transcrevemos:

Senhor Presidente
Dignos integrantes da mesa
Prezados consócios
Senhores e senhoras

Não é data que possa ficar sem registro solene este 5 de agosto de 1990, transcorrido ontem, quando se completaram setenta anos de existência ininterrupta do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. Não sendo eu o orador oficial da entidade, não me tocaria o encargo de falar sobre a data. O auditório relevará minhas falhas e suportará, com a tolerância costumeira, o ônus de me ouvir, atendendo à circunstância de que eu recebera designação específica há dois meses, bem antes da eleição do Dr. Tarcísio Taborda para o cargo de Orador, o que só aconteceu a 4 de julho último.

Setenta anos de funcionamento eficaz e constante de uma associação cultural privada é coisa que não sucede com frequência. Poucas instituições do gênero, em nosso Estado, conseguiram alcançar essa longevidade, em situação de solidez, de segurança e de idoneidade. Dado que nem sempre as inquietações intelectuais se casam com o senso prático e com a boa orientação administrativa, é freqüente suceder que as associações dedicadas à cultura sucumbam à imprevisão econômica, à desorganização e aos dissídios internos. Tal não aconteceu ao nosso Instituto Histórico e Geográfico. E isso constitui motivo de orgulho para todos quantos o integram, justificando que se faça a análise e o exame objetivo destes setenta anos de bom combate.

É certo que, nos primeiros anos de vida, esta entidade contou com o decidido apoio do governo do Estado e do governo municipal de Porto Alegre, sendo regularmente assistida por subvenções, que, aliás, permitiram a edição regular de nossa Revista, desde 1921 até 1946. Depois disso, as subvenções e os auxílios escassearam, tornando irregular e incerta a aparição do periódico. Ainda em 1948, entretanto, num expresse reconhecimento dos serviços prestados à cultura rio-grandense, a colenda Assembléia Legislativa aprovou e o governador Walter Jobim sancionou a Lei nº 348, de 15 de outubro, pela qual foi autorizada a doação ao Instituto Histórico e Geográfico, de velho pardieiro do patrimônio estadual, sito na Rua Riachuelo, 1305/1307, onde já vinha funcionando a entidade desde os tempos da interventoria Cordeiro de Farias. Alguns anos mais tarde, já em 1964, outra lei estabeleceu as condições necessárias para efetivar-se, no local do velho pardieiro, a incorporação de um edifício em condomínio, este magnífico Edifício IHG, onde agora funcionam dignamente os nossos serviços. Graças, portanto, à colaboração desinteressada de eminentes homens públicos, entre os quais caberia destacar Walter Jobim, Edgar Luiz Schneider, Ildo Meneghetti, Mem de Sá e Peracchi Barcelos, o Instituto pode alcançar mais uma situação de razoável estabilidade e a estrutura mínima para a conservação de sua numerosa biblioteca e de seus copiosos arquivos.

Desassistidos hoje de qualquer subvenção regular, tornamo-nos, entretanto, prestadores de serviço público, estando nossas portas abertas a estudantes e pesquisadores, de quem não cobramos qualquer contribuição ou tarifa remuneratória. Ainda agora, quando fechados para reforma o Museu Hipólito José da Costa e a Biblioteca Pública, têm sido alta a freqüência de consulentes diários que se socorrem de nossa biblioteca, porque em hibernação aquelas instituições culturais do Estado.

Mas incursionemos um pouco à história desta Casa.

O ano de 1920, em que foi fundado o Instituto, demarca uma época de crescimento econômico e de certa inquietação social e política na vida rio-grandense. Depois dos grandes abalos desencadeados pela 1.^a guerra mundial, a vida industrial do Rio Grande do Sul passava por um momento de transformações, com a charqueada cedendo passo aos frigoríficos e com a indústria fabril em expansão vertical e horizontal, favorecida pelo protecionismo que estimulava a substituição de importações. A “barra diabólica” fora afinal domada, os portos de Rio Grande e de Porto Alegre alcançavam uma nova dimensão técnica e econô-

mica, dois decênios de funcionamento regular de escolas superiores haviam elevado o nível intelectual das camadas de elite. Iniciativas governamentais marcantes na área da cultura, como foram a edificação do Arquivo Público e da Biblioteca Pública, mostravam a presença de um governo sensível às necessidades da promoção intelectual e da memória coletiva. Institucionalmente, o Estado se mantinha enquadrado nos parâmetros autoritários do castilhismo, com o Presidente Borges de Medeiros cumprindo seu quarto quinquênio de governo, porém a Constituição de 14 de julho continuava a sofrer vivas e repetidas contestações. Cabe lembrar que, naquele mesmo ano de 1920, em que nasceu o Instituto Histórico, retornaram ao Rio Grande do Sul as cinzas de Gaspar Silveira Martins, recebendo em Porto Alegre uma estrondosa manifestação popular comandada pela oposição federalista. O clima provavelmente favorecesse e estimulasse a consciência histórica e o estudo dos conflitos da sociedade rio-grandense.

A idéia de se fundar uma associação cultural nos moldes do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, nascido no Rio em 1838, era bastante remota. A primeira tentativa ocorrera em 1854, sob o estímulo do Dr. João Lins Vieira Canção de Sinimbu, ao tempo em que governava a província. Frustrada essa primeira entidade em razão da saída de Sinimbu em 1855, uma segunda se constituiu em 1860, sob a liderança marcante do Tenente-General Manoel Marques de Souza, Barão de Porto Alegre. Esse “Instituto Histórico e Geográfico da Província de São Pedro” chegou a publicar uma Revista Trimensal, da qual saíram seis fascículos e funcionou efetivamente durante uns três anos, tendo sempre como presidente o Barão, depois Conde de Porto Alegre. A condição do Barão como líder partidário e as fortes contendas políticas do princípio da década de sessenta possivelmente ferissem de morte a organização cultural, que prometia muito, a julgar-se pelo qualificado conteúdo de sua Revista.

Depois disso, tem-se notícia de outros projetos malogrados da fundação de institutos históricos, sendo o último de 1917, sob a inspiração de Álvaro e Amaro Batista, Demétrio Ribeiro, Cândido Jacques, Manoel Teófilo Barreto Viana, Antão de Faria, José Paulo Ribeiro e Arthur Candal.

Finalmente, em 1920, sob o impulso decisivo do dedicado pesquisador Octavio Augusto de Faria, autor do sempre consultado “Dicionário Geográfico, Histórico e Estatístico do Rio Grande do Sul”, de Manoel Joaquim de Faria Corrêa, do então Tenente Emílio Fernandes de Souza Docca, de Aurélio Porto, do Padre João Batista Hafkemeyer e do Desembargador Florêncio Carlos de Abreu e Silva, à época diretor do Arquivo Público do Estado, a velha idéia se transformaria em ato. Através de sucessivas reuniões preparatórias, que tiveram por sede o amplo edifício do Arquivo Público, de 5 de agosto a 9 de novembro de 1920, nasceu, estruturou-se e constituiu-se o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, cujo primeiro presidente foi o emérito jurista e historiador Florêncio Carlos de Abreu e Silva.

Certo simplismo, que se tornou moda nos dias de hoje, tanto determinado pela desinformação como pelo pedantismo, reduz tudo quanto se fazia no Rio Grande do Sul do princípio do século a uma absoluta influência ideológica do Positivismo comteano. Quem estuda com afincio e preocupação detalhista o ciclo

do castilhismo gaúcho desde logo percebe que o Comtismo não era absoluto, tendo sempre sofrido a contestação dos católicos, dos spencerianos, de materialistas da escola alemã, de liberais de variada extração. Esse pluralismo filosófico se fez presente, de modo muito claro, na estruturação deste Instituto Histórico e Geográfico, onde desde o início colaboraram estudiosos e pesquisadores de diferentes inclinações. E para os que imaginam um predomínio dos positivistas na formação do Instituto, caberia lembrar um pequeno episódio, registrado nas atas das sessões preparatórias. Tendo sido aprovado o sistema do escrutínio secreto para a eleição da diretoria e do conselho fiscal, — o que contrariava o princípio positivista do “viver às claras”, — o sócio Lindolfo Collor, comtista, fez consignar em ata o seu protesto. Aliás, da primeira Comissão da Revista do Instituto, fez parte, entre outros, o ilustrado historiador jesuíta, Pe. João Batista Hafkemeyer. Integrou a primeira diretoria o Professor Armando Dias de Azevedo, sabidamente católico e de inclinações políticas monarquistas, prova de que a instituição nasceu indiferente a preconceitos e a radicalismos.

Ainda que a organização tenha sido, no seu início, claramente prestigiada pelo então Presidente do Estado, o sócio honorário Antônio Augusto Borges de Medeiros, dela fizeram parte diversos adversários notórios do castilhismo e do borgismo. Basta lembrar que Alcides Lima e Assis Brasil foram sócios correspondentes, Aquiles Porto Alegre, Antão de Faria e Alfredo Clemente Pinto, sócios efetivos.

O Instituto, ao longo do tempo, soube manter-se liberal e pluralista, tendo abrigado em seu seio as mais variadas tendências filosóficas. Sem termos tido a preocupação de adotar e de oficializar interpretações pretensiosas e monolíticas, desfraldamos aqui a bandeira do respeito pelas idéias alheias, da humildade diante dos fatos, da paciente coleta e acumulação de dados históricos antes da ousadia das exegeses envolventes e dogmáticas.

Num artigo de Lindolfo Collor, que foi sócio fundador, sob o título “A história e o Instituto Histórico”, no 1.º trimestre de 1921, pode-se ler: “Esta casa de estudos e trabalhos coletivos (...) não surge com o intuito de codificar, em definitiva, os nossos elementos de história e geografia, ou mais exatamente, de elaborar a história e a geografia oficiais do nosso Estado. Os seus fins são mais modestos, e por isto serão também, naturalmente, muito mais profícuos. Vivendo principalmente pela sua Revista, o Instituto Histórico valerá por um permanente estímulo intelectual para a elaboração de trabalhos sobre a história e a geografia do Rio Grande. Esta publicação que ora aparece será não só um repositório de trabalhos originais no gênero, mais ainda, e talvez sobretudo, um esforço continuado e metódico na divulgação de elementos históricos que jazem desconhecidos nos arquivos públicos e particulares”.

Os propósitos enunciados no primeiro número da Revista pelo ilustre Lindolfo Collor foram razoavelmente cumpridos nos 126 números de nossa publicação periódica. Nela se divulgaram ou reeditaram documentos tão importantes como as esgotadas Memórias Econômico-Políticas de Gonçalves Chaves, as Antigualhas, de Pereira Coruja, o Compêndio Noticioso do Continente do Rio Grande de São Pedro, de Francisco Rócio, parte da Revista do Partenon Literário, as memórias

de Francisco Pedro de Abreu, o Moringue, do Dr. Francisco de Sá Brito e do Visconde de São Leopoldo, a correspondência esparsa de numerosas personagens históricas, inclusive, nas últimas edições, a do ex-presidente Borges de Medeiros, cujo arquivo passivo se encontra aos cuidados desta Casa.

Não nos cabe o estigma de “intelectuais orgânicos do republicanismo”, com que nos brindou um petulante artigo, divulgado há pouco tempo em São Paulo. Dentre os membros do Instituto prosperaram as mais diversas tendências filosófico-históricas, algum etnocentrismo consciente ou inconsciente, posturas bairristas, tradicionalistas e nacionalistas, mas nunca medraram essas terríveis preocupações totalitárias, que tendem a converter a historiografia num exercício de paixão política, atropelando fatos, situações e personalidades, a benefício de um partido, de uma burocracia ou de uma práxis supostamente classista. Será preferível, decerto, fazer mera crônica factual ou biográfica a fantasiar diagnósticos e prognósticos que ao final se revelam estrondosamente equivocados. Difícil será a tarefa dos historiógrafos russos, poloneses, romenos, húngaros ou tchecos, quando tiverem que reescrever a história pseudo-científica que orquestraram nos últimos quarenta anos, em suas universidades e instituições culturais. E todos eles, note-se, se acreditavam portadores de verdades imbatíveis...

Cremos que o Instituto esteja no caminho certo quando se preocupa, prevalentemente, em conservar e resguardar fontes de pesquisa, em enriquecer seus arquivos, seu pequeno museu e sua biblioteca, criando condições para o trabalho livre dos pesquisadores, historiógrafos, arqueólogos, etnólogos e geógrafos que desejem aprofundar-se nas realidades do Rio Grande do Sul. Não nos cabe elaborar nenhuma “ciência oficial”, mesmo porque têm-se revelado frustrados e baldados os esforços de padronizar o pensamento e o conhecer científicos. E dentro da extrema limitação de meios com que contamos, cremos estar dando contribuição eficaz à cultura do Rio Grande. Mesmo os que eventualmente nos criticam e hostilizam, mandam seus alunos aos nossos arquivos e aqui coligem informações para suas teses. É um ônus das instituições consagradas e vitoriosas, despertar em sua volta os demônios da inveja. Mas, quem alcançou setenta anos de dignidade e respeito público, com 126 volumes de revistas publicadas, uma notável biblioteca especializada e um precioso arquivo, não precisa temer os arreganhos dos invejosos.

Entrementes, cabe uma palavra de saudade para aqueles companheiros que desapareceram durante os dois últimos anos, privando-nos de sua valiosa companhia e privando o Rio Grande do Sul de sua contribuição intelectual.

Ruben Machado da Rosa, prestimoso colaborador das pesquisas de seus colegas, jurista, profundo conhecedor da história administrativa do Brasil, ponte de ligação entre esta Casa e o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, cerrou os olhos para a vida em 8 de dezembro de 1988. Levamos seu corpo ao Cemitério da Santa Casa de Misericórdia, com a plena convicção de haveremos perdido a colaboração de um homem sincero e justo, que sobretudo se empenhava em fazer o bem e em ser temente ao seu Deus.

A 26 de janeiro do corrente ano, faleceu nesta capital nosso estimado mestre de filologia e lingüística, Heinrich Adam Wilhelm Bunse. Depois de suas va-

liasas pesquisas de campo sobre a linguagem popular de várias regiões e grupos profissionais do Rio Grande do Sul, e já se encontrando gravemente enfermo, o ilustre professor ainda deixou completa a tradução do diário de viagem de Aimé Bonpland “de São Borja à Serra e a Porto Alegre”, até hoje publicado apenas em Francês. Foi magnífico exemplo de devoção ao trabalho intelectual, que nos deve inspirar e estimular.

Lembramos ainda o falecimento de nosso sócio correspondente Carlos Rheingantz de grandes serviços prestados na área genealógica, a 15 de agosto de 1988, no Rio de Janeiro, e, a 14 de março de 1989, também no Rio, de nosso sócio benemérito, o Senador Mem de Sá.

Mesmo na ocasião desta efeméride festiva, é ato de justiça lembrar os amigos fiéis desta entidade e os confrades que deixaram de acompanhar a marcha da caravana. Afinal, este Instituto se confunde com a vida, os projetos e as inquietações de seus membros. Os que prosseguem, levam adiante a chama acesa pelos fundadores em 5 de agosto de 1920. Os que perecem ao longo do caminho deixam conosco a indelével memória de sua contribuição para a obra comum. Honra lhes seja, e paz.

Precisamente em tributo aos bons exemplos de nossos companheiros mortos e em respeito ao digno passado de 70 anos, que hoje relembremos, impõem-se medidas que reativem o Instituto, estimulando-o a produzir mais e melhor. Cremos sinceramente na conveniência da reforma estatutária já em tramitação, e que visará a manter um número constante de membros efetivos em atividade, além de garantir a inclusão de um corpo de sócios colaboradores, que poderão trazer sangue novo e estímulos jovens a esta casa de cultura. Confiamos na capacidade de renovação deste Instituto. E cremos que, mesmo sendo, por força de contingências vitais, uma associação de idosos, ele não estará desatento à necessidade de conservar o terreno conquistado, de renovar suas vanguardas e de fixar novas metas de conquista.

INAUGURAÇÃO DO POSTER COMEMORATIVO DA REVOLUÇÃO DE 1930

Em assembléia geral realizada a 7 de novembro de 1990, o Instituto Histórico promoveu, em sua sala de sessões, a inauguração de um “poster” comemorativo da Revolução de 1930, com o intuito de perenizar a memória dos líderes daquele movimento, nascido e gerado no Rio Grande do Sul há sessenta anos. O presidente Luís Alberto Cibils incumbiu-se pessoalmente da coleta das nove fotografias que ali se acham expostas, o sócio Sérgio da Costa Franco selecionou pequenos textos de Raimundo Faoro, Antônio Cândido e Barbosa Lima Sobrinho, que buscaram caracterizar aquele evento histórico, e o confrade Francisco Riopardense de Macedo confeccionou o “poster”, desde então introduzido na sala de sessões, como homenagem ao 60º aniversário do movimento de outubro de 1930.

O IHGRGS NO CENTENÁRIO DE LINDOLFO COLLOR

Dia 27 de novembro de 1990 instalou-se em Brasília o Seminário comemorativo aos 60 anos da Criação do Ministério do Trabalho e Centenário de nascimento de Lindolfo Collor, seu 1.º Titular.

A instalação desse Seminário foi feita sob a presidência de nosso confrade Luís Alberto Cibils, Presidente do IHGRGS, que pronunciou as seguintes palavras:

“Reunimo-nos aqui para homenagear a memória de um brasileiro ilustre, Lindolfo Collor, nascido há um século no Rio Grande do Sul.

Pena brilhante, esteve permanentemente a serviço de seu grande caráter e inteligência, fiel a seus princípios de dignidade.

Culturalmente, sempre se impôs, sendo um dos fundadores do IHGRGS, em 1920, tendo, ainda, seu nome escolhido como patrono da Cadeira nº 36, da Academia de Letras no mesmo Estado.

Em 1922, no “Rio Grande do Sul”, de Alfredo Rodrigues da Costa, publicou nesse órgão comemorativo do Centenário da Independência excelente trabalho sobre “Política e Finanças do Estado”.

Como parlamentar estadual e, depois federal, deixou bem definidas idéias quanto à liberdade e preocupações sociais.

Dirigindo o órgão oficial do Partido Republicano em seu estado, “A Federação”, demonstrou seu valor de grande jornalista.

Integrado na Campanha Presidencial, no Manifesto de Setembro da Aliança Liberal, já em 1929, antecipa suas preocupações com o que mais tarde constituiria a Legislação do Trabalho.

Possuidor de imensa sensibilidade social e política, foi um dos líderes da Revolução de 30 e, após sua implantação inaugurando um período de modernização no país — foi o primeiro Ministro do Trabalho, quando se editaram as primeiras normas nesse setor, até então esquecidas de nossos governos.

Divergindo politicamente do Governo e participante da Revolução de 32, experimentou o exílio donde, anistiado, voltou com seu temperamento e caráter retemperados principalmente dedicando-se às letras e ao Jornalismo.

Publicou vários trabalhos, entre tantos, lembramos “Garibaldi e a Guerra dos Farrapos” e “Europa 1939”.

Assinalando a passagem dos 60 anos da Revolução de 30, o IHGRGS acaba de inaugurar, na sala das sessões, poster com fotografias de nove dos principais líderes dessa Revolução no RS. Entre eles, figura Lindolfo Collor.

No momento em que aqui se instala o Seminário Comemorativo dos 60 anos do Ministério do Trabalho e do Centenário do nascimento de Lindolfo Collor, seu 1.º Titular — comprovantes do trabalho fecundo de nosso homenageado — cumprimos Dona Leda e, por seu intermédio, todos seus familiares — descendentes de um antepassado tão ilustre e empreendedor.

PARECER

(Sobre a data da reconquista de Rio Grande)

A Câmara Municipal do Rio Grande através de seu Presidente Ver. Júlio Rodrigues, por iniciativa do Ver. Edes Cunha, solicita esclarecimento com relação à data da Reconquista daquela cidade.

O assunto é da maior atualidade tanto que o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Instituto de Geografia e História Militar do Brasil, juntos, realizaram um Simpósio Comemorativo do Bicentenário da Restauração do Rio Grande, resultando desse evento a publicação em 1979 dos Anais desse Simpósio, em 4 volumes.

Embora reconheçamos que a luta, as operações militares se iniciaram antes, destacadamente até em 1.º de abril, entendemos que a restauração efetivamente ocorreu a 2 de abril de 1776.

Para não sermos prolixos decidimos invocar apenas dois trabalhos recentes: duas conferências pronunciadas naquele Simpósio, a de Cláudio Moreira Bento e a de Abeillard Barreto. O primeiro, à época, Ten-Cel., do Instituto Militar, referindo-se ao ataque à Vila de Rio Grande e, mais precisamente, à sua Capitulção e Evacuação, assim se manifesta: “3.ª Fase do Ataque: Das 9 às 15 horas de 1.º de abril registrou-se: Rendição dos fortes Novo (18 horas) e Barra (21 horas). Ultimatum à vila de Rio Grande, às 18 horas e resposta de capitulação às 21 horas. Partida da esquadilha inimiga para o sul, com 3 unidades das 7 que possuía. Evacuação espanhola da vila na madrugada de 2. Ocupação portuguesa da mesma no início da tarde. E, assim, terminou, após 30 horas, a operação de reconquista da Vila de Rio Grande”.

O segundo conferencista, Abeillard Barreto, que prestou assinalados serviços a Rio Grande, sua cidade natal, ou dirigindo sua grande biblioteca, ou atuando no Centro de Pesquisas e Estudos Históricos de Rio Grande, com grande amor à sua terra, na conferência antes referida, assim se expressa: “A notícia dessa rendição foi recebida por Böehm exatamente no mesmo dia em que o ajudante José Tomás levantava no forte da vila do Rio Grande a bandeira portuguesa anunciando o abandono do porto, isto é, a 2 de abril de 1776”.

Dessa forma mantemos o entendimento, como referimos em nosso trabalho publicado em 1982, que a data da reconquista da cidade do Rio Grande é de 2 de abril de 1776.

Comissão de História e Geografia

Porto Alegre, 24 de novembro de 1983

(a) Arthur Ferreira Filho — Presidente

(a) Luís Alberto Cibils — Relator

(a) Dante de Laytano

SOBRE O BRASÃO DO MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE

Porto Alegre, 17 de agosto de 1985.

Ilmo. Sr. Verador André Forster
DD. Presidente da Câmara Municipal
Nesta Capital

Em 28 de janeiro do ano em curso, o ilustre Vereador Artur Zanella, integrante dessa Colenda Câmara Municipal, submeteu a esta entidade cultural o teor de um projeto de lei que apresentara, com vistas a alterar o brasão do Município de Porto Alegre, dele eliminando o listel em que consta a expressão “Leal e Valerosa Cidade de Porto Alegre”.

Dado que o mencionado vereador solicitou a este Instituto uma “avaliação” de sua iniciativa, resolvemos submeter o assunto ao exame da Comissão de História, que emitiu Parecer, e, posteriormente, ao debate e apreciação da matéria pela assembléia de membros da entidade.

Através deste, estamos rogando a Vossa Senhoria a fineza de fazer chegar ao mencionado Vereador Artur Zanella, bem como aos demais vereadores interessados no assunto, as conclusões a que chegou esta Casa.

A questão figurou na ordem do dia das assembléias gerais de 3 de julho e de 7 de agosto do corrente ano, havendo sido apreciada, afinal, nesta última data, estando presentes os sócios efetivos Arthur Ferreira Filho, Ruben Neis, José de Araújo Fabrício, Carlos de Souza Moraes, Sérgio da Costa Franco, Moacir Flores, Artur Rabuske, Luiz Alberto Cibils (relator da consulta na Comissão de História), Laudelino Teixeira de Medeiros, Francisco Riopardense de Macedo, Riograndino da Costa e Silva e Earle Macarthy Moreira.

Quanto à proposta de supressão do listel, o pronunciamento deste Instituto foi a ela desfavorável, por dez (10) votos a um (1), vencido apenas o consócio Francisco Riopardense de Macedo. Foi, na ocasião, aprovado o Parecer da Comissão de História, relatado pelo Prof. Luiz Alberto Cibils, que nesse passo é do teor seguinte:

“Recebemos para Parecer o expediente enviado por membro da Câmara Municipal de Porto Alegre, onde se discute a legenda contida no brasão de Porto Alegre, aprovado pela Lei Municipal nº 1030, de 22-01-1953, em virtude de estarmos no ano do Sesquicentenário da Revolução Farroupilha.

“Esta não foi separatista, procurou reparar os ultrajes sofridos por nosso povo. Ela é o símbolo da dignidade e da altivez dos gaúchos. Depois de dez anos

de luta se encerrou com um tratado de paz, onde não aparecem vencidos nem vencedores. A sua existência ficou como reparação das humilhações sofridas.

“Nela lutaram nossos antepassados em campos opostos, na certeza de que cada um defendia seus ideais, cumprindo com seu dever ou reivindicando seus interesses. Tivemos heróis dos dois lados. Embora estejamos festejando o Sesquicentenário da Revolução Farroupilha, não podemos ignorar os feitos dos imperiais. O Monarca do Império do Brasil, legalmente constituído e soberano, concede um título à nossa cidade. Este título deve ser definitivo.

“Em plena República continuamos com títulos herdados do Império: nossa Diplomacia tem como paradigma o Barão do Rio Branco; nosso Exército tem como patrono o Duque de Caxias”.

No tocante à parte da consulta do Vereador Artur Zanella em que questiona a correção e acerto histórico do dístico “Leal e Valerosa Cidade de Porto Alegre, o plenário acompanhou por nove (9) votos a dois (2), os termos da declaração de voto oferecida pelo consócio Sérgio da Costa Franco, no sentido de recomendar a emenda da expressão contida no listel, para LEAL E VALOROSA CIDADE DE PORTO ALEGRE”, que foi, indiscutível e comprovadamente, a empregada pelo Decreto Imperial nº 103, de 19 de outubro de 1841, conforme publicado, à época, na Coleção das Leis do Império do Brasil, conforme comunicado à Presidência da Província pelo Ministro do Império e pelo Presidente da Província à Câmara Municipal, além de comprovado por cópia manuscrita oriunda do Arquivo Nacional. Diante de tais pressupostos da documentação oficial, concluiu a declaração de voto acompanhada pela maioria dos membros da Casa:

“Por mais respeitáveis que sejam as razões estéticas e etimológicas que orientaram a comissão de historiadores responsável pelo brasão municipal aprovado em 1953, elas não chegam a convencer. Manda a conservação da memória histórica que o título concedido a qualquer cidade ou Estado seja reproduzido com fidedignidade. Até mesmo para não dar falsa informação aos pósteros, levando-os, como no caso presente, a imaginar que em 1841 ainda se usasse no Brasil uma linguagem camoniana e quinhentista. Em verdade, já sob o influxo do romantismo literário, da Independência e do nacionalismo, o idioma sofrera consideráveis modificações deste lado do Atlântico”.

Em síntese, Senhor Presidente, atendendo à solicitação de Sua Senhoria o Vereador Artur Zanella, este Instituto exarou Parecer contrário ao conteúdo do projeto de lei por ele apresentado a essa Colenda Câmara, mas se prevalece da oportunidade para externar a conveniência de que haja a correção histórica do brasão da cidade, mediante a inserção precisa do título outorgado pelo Decreto Imperial nº 103, de 19-10-1841: “Leal e Valerosa Cidade de Porto Alegre”.

Sem outro motivo, valemo-nos do ensejo para externar a Vossa Senhoria e seus dignos pares as expressões de nosso alto apreço e consideração.

(a) Arthur Ferreira Filho,

2.º Vice-Presidente, em exercício.

(a) Mons. Ruben Neis, Secretário-Geral.

PARECER

(Sobre a caracterização do Rio Forqueta)

I — Recebemos o Of. 35/86th, de 19.05.86, da Procuradora do Estado Teresinha Azevedo Hens, da 4.^a Procuradoria Regional, com sede em Passo Fundo, consultando este Instituto, com fundamento no Decreto 20.577, de 1.^o.10.70, “por sugestão do Departamento Estadual de Portos, Rios e Canais, se o denominado Rio Forqueta, que corre na localidade de Putinga/RS — Distrito de São Jorge, trata-se, efetivamente, de rio, ou não”. “O pedido visa proteger os terrenos reservados do Estado, em ação de Usucapião”.

Este Instituto, Sociedade Civil de Direito Privado, reconhecido de utilidade pública federal e estadual, esta, através do Dec. 2.464/62, tem o agrado de atender a solicitação.

II — No Mapa da DSG, de 1974 (fls. SH22-V-D-1-2, Nova Bréscia, escala 1:50.000), aparece “Linha São Jorge”, que estaria situada ao sul do hoje Município de Putinga.

. Não conseguimos localizar o distrito de S. Jorge, pois até o início de 1984 não consta como Distrito.

O Dicionário Geográfico Brasileiro informa: “Forqueta-RS. Arroio, afluente da margem direita do Taquarí” (2.^a ed., P. Alegre, Globo, 1972, fls. 205).

O Mapa Geográfico do RS, de 1985, registra o rio Forqueta como limite entre os Municípios de Putinga e Fontoura Xavier (Div. de Geografia e Cartografia, da Sec. da Agricultura).

Não encontramos elementos suficientes para sustentar se é rio, ou arroio.

III — Raphael Copstein nos informa que “os termos Rio e Arroio designam correntes de águas, cuja diferenciação se estriba na extensão do curso. O dos rios são mais longos do que o dos arroios. Não há, porém, predeterminação a respeito da medida que qualifica em curso de água como arroio ou como rio. O termo Arroio, conhecido em todo o país, graças ao Chuí, só é empregado na hidrografia do Sul do Brasil”.

Corroborando com essa posição cita o geógrafo Antonio Teixeira Guerra (Dicionário Geológico-Geomorfológico FIBGE, 1975), Ceurio de Oliveira (Dicionário Cartográfico, Rio, FIBGE, 1980), Antonio Christofolleti, geógrafo (Geomorfologia, FIBGE). O Dicionário da Língua Portuguesa de Laudelino Freire, diz que Arroio é “Pequena corrente de água, não é permanente”. Jaime Seguíer no verbete de seu Dicionário prático diz que “Arroio é ribeiro, regato sem permanência”. Aurélio Buarque de Holanda, Francisco Ferreira Bueno, em seus Dicionários, sustentam posições semelhantes. Afonso Guerreiro Lima (Geogra-

fia, 1931, Globo) define Rio como “uma corrente de água mais ou menos extensa que se vai lançar no mar, em um lago ou em outro rio” e Arroio “rio pequeno e estreito”.

Copstein ainda informa — “O mais parecido com fio de água que encontrei em bibliografia especializada foi “Filete de Escoamento”, pois filete, como sabemos, quer dizer pequeno fio. Filete de escoamento, segundo o Dicionário Geológico-Geomorfológico de Teixeira Guerra, é a “denominação adotada por alguns estudiosos para o fluxo laminar que corresponde ao “run-off” dos ingleses e ao “ruissellement” dos franceses. Fluxo laminar “termo usado de modo incorreto para o escoamento superficial das águas de chuva. Assim, “fio de água” não designa espécie alguma de acidente hidrográfico”.

IV — “Forqueta” na Bibliografia e na Cartografia assume posições diferentes. Domingos de Araújo de Faria (Dicionário Geo. Hist. do RGS, P.A., Globo, 1914), considera rio, o mesmo diz Afonso Guerreiro Lima (Peq. Dic. Toponímico do RGS).

O Índice Remissivo e Descritivo dos Topônimos (L. M. Prunes, P. A., Globo, s/d), diz que é Arroio. H. Martins na Geo. do Est. RGS (P. Alegre, Liv. Franco Irmãos, 1899), nomeia Forqueta como Rio.

Ainda consideram Rio: Atlas do Império do Brasil (Candido Mendes de Almeida, Rio, Lit. do Instituto Philamático, 1868), Mapa Geográfico do RGS, Globo, 1939 e 1938, Carta do Brasil (Rio, IBGE, s3d), Mapa do RS (Sec. Agric., 1966) e outros.

Consideram Arroio: o Mapa do RGS (Sec. Obras Púb., 1907-11), a Carta Geral do Estado RGS (Sec. Agric., Globo, 1941) e “Datas e Itinerários dos Viajantes Botânicos do RGS (P.A. 1956)”.

Em face do argumentado, conclui Copstein: “1) Não existe, cientificamente, diferenças morfológicas ou genéticas entre rio e arroio; 2) O conceito de que arroio seria um curso intermitente encontra guarida na hidrografia brasileira; 3) A Cartografia registra arroios tendo rios como afluentes; 4) A diferença comumente feita entre rio e arroio é subjetiva, regional e, não considerando extremos, é difícil determinar quando o curso de água é rio ou arroio. Na prática a diferença choca-se com o topônimo de curso de água no sul do Estado: Arroio Grande; 5) O termo arroio não é comum a todo o país”.

V — Por outro lado, sabemos que é competência da União legislar sobre águas, como decorrência do preceito constitucional. No que diz respeito à administração das águas estaduais cabe competência legislativa complementar ao Estado para administração das águas estaduais, assim consideradas aquelas dos lagos em terreno de seu domínio, e os dos rios que tiverem suas nascentes e foz no território estadual.

Em caso de dúvida, diante da alegação dos autores de que “não passa de um fio de água” seria de se recomendar vistoria e perícia no local da contenda,

para ficar esclarecido se o curso de água é perene, navegável ou fluviável, como prevê o Cod. de águas (Dec. nº 24.643, de 10.07.34).

Salvo melhor juízo, é o nosso parecer.

Porto Alegre, 16 de junho de 1986.

(a) Luis Alberto Cibils

Relator designado.

(a) Dante de Laytano.

PARECER

Arquivos do Tribunal Regional Eleitoral e das Zonas Eleitorais — Dada a necessidade material de sua eliminação, fixação de critérios para o resguardo de peças de interesse histórico.

1. O Presidente do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul designou a comissão especial infra-assinada, para oferecer parecer relativamente à solicitação que à entidade endereçou o ilustre Desembargador Marco Aurélio Costa Moreira de Oliveira, D.D. Corregedor da Justiça Eleitoral, a respeito da indicação de critérios para a preservação de documentos de interesse histórico, eventualmente existentes nos arquivos do Tribunal Regional Eleitoral e das Zonas Eleitorais de todo o Estado.

2. O acervo principal do arquivo das Zonas Eleitorais, agora votado à eliminação, em vista da introdução do alistamento computadorizado, é constituído das segundas vias dos antigos títulos eleitorais e das respectivas folhas de votação. Afora isso, em volume consideravelmente menor, contam-se processos de inscrição de diretórios partidários, de impugnação de candidatos, livros de inscrição partidária e documentação administrativa de rotina.

3. Os elementos constantes do fichário individual dos eleitores, que poderiam, em tese, servir a pesquisas biográficas de personalidades diversas ou a levantamentos sobre a composição etária e ocupacional do eleitorado, dentro de um certo arco de tempo, não justificam, a nosso ver, o insuportável custo material da conservação ou reprodução microfílmica. A relação custo social — benefício cultural é desproporcionada às reais possibilidades do poder público ou de quaisquer instituições interessadas. Dados biográficos são pesquisáveis por via de outras fontes menos onerosas. E estudos sobre composição etária e ocupacional da população regularmente são realizados pela Fundação IBGE, através de recenseamentos e operações de amostragem. De resto, o contingente de eleitores não seria o universo estatístico mais adequado a investigações demográficas.

Não recomendaríamos, portanto, quaisquer providências para a preservação de documentação individualizada dos eleitores, salvo a título de amostra dos diversos sistemas legais de alistamento, para a formação de um futuro Museu da Justiça Eleitoral.

4. Já o mesmo não sucede com a documentação relacionada à vida política, hoje integrando o arquivo do T.R.E. e das Zonas Eleitorais. Todos os elementos relativos à apuração de eleições, inscrição de diretórios partidários, processos

de impugnação de inscrições ou de contagem de votos, mapas finais de apuração, bem como atas de proclamação de eleitos, constituem marcos significativos da vida política, fontes primárias de valor, merecedoras de conservação permanente.

Não é despendiendi a circunstância de que as repetidas rupturas da vida democrática em nosso País tiveram como consequência uma grande pobreza da documentação eleitoral, o que, aliás, se reflete negativamente na historiografia. Por isso mesmo, será providência importante a sistematização da guarda e conservação definitiva da documentação referente a partidos e a pleitos eleitorais, a fim de preservar-se a memória política da Nação.

É o nosso parecer, "sub censura".

Porto Alegre, 20 de maio de 1987.

(a) Sérgio da Costa Franco, Relator.

(a) Moacyr Domingues.

(a) Paulo Xavier.

Senhor Dr. Luis Alberto Cibils

D.D. Presidente do Instituto Histórico e Geográfico do RGS

E/M

PARECER
(Sobre a elaboração de símbolos municipais)

Porto Alegre, 21 de junho de 1989.

Senhor Presidente:

A elaboração de símbolos municipais tem sido uma preocupação permanente, não só de estudiosos de História como também dos administradores governamentais. E o COMOCI-RS tem recebido inúmeros pedidos das Prefeituras para auxiliá-las na sua elaboração.

É este o motivo, expressamente referido no ofício endereçado a nosso Instituto pela Professora Sara Beatriz de Paiva Venegas, sua dinâmica presidente (Of. Gab. COMOCI-RS 42/89).

Se, é verdade que o acervo do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul guarda preciosos documentos ilustrativos de Heráldica como ciência, não podemos apontar um que sirva para orientar todas as possíveis questões surgidas na confecção de um símbolo representativo de algum ou de determinados municípios.

O mais correto, em nosso entender, é criar e desenvolver uma ampla campanha de mobilização dos prefeitos municipais, como dos escritórios especializados em atendimento dos mesmos, de artistas e de historiadores aptos a desenvolver sua capacidade criadora na arte de representação simbólica ou como se convencionou chamar, na feitura de um Logotipo. Isto é, um símbolo, uma marca identificadora de um tal município.

Aliás, a legislação específica está na Constituição Federal, em vigor, que em seu art. 13, § 2º diz, expressamente: “Os Estados e Distrito Federal e os **Municípios poderão ter símbolos próprios**” (grifamos). Isto mesmo já constava em Constituições anteriores, como na de 1946 (art. 195, § único).

Como se vê o permitido é que tenha símbolo. Não obriga, nem impõe, que seja um Brasão.

Na verdade há uma sobrevivência mágica que perdura, também, em muitas manifestações culturais com grande aceitação geral. Tratam-se de festas populares, de inspiração folclórica ou não, em que se exaltam figuras representativas de reis e rainhas... (rei do Congo, rei Momo, rainha do Carnaval, de beleza, das piscinas... etc.).

A tradição de uso de símbolos se confunde com a própria origem do homem. Notícias, dos mais antigos povos, chegam até nós por signos, como desenhos ou escrita ideográfica, essencialmente, símbolos. Foi a Heráldica que aperfeiçoou esta linha de expressão, conseguindo, com arte e beleza, estilizações impressionantes. Enriquecida ao longo do tempo, com a escolha e seleção de elementos representativos, tornou-se autônoma, com grande força plástica pela sua estilização, alto nível e poder evocador, guardando insofismável valor de testemunho histórico.

Sua evolução chegou até nós — como a própria arte, na atualidade alcançando uma forma **abstrata**. Na Heráldica, também como na Arte, não é fácil sua compreensão. Por isso, muitos criadores de brasão insistem na representação figurativa: de paisagens, de objetos, de animais, às vezes muito estranhos, que se vêem em brasões feitos na atualidade.

A Heráldica, por seu antigüíssimo convívio com os donos do poder se tornou, ela mesmo, o símbolo da Monarquia, difundido em ampla geografia mundial. Seu desenvolvimento formal, de elementos plásticos, adquiriu grande poder expressional que envolve e agrada as populações.

Nossa própria História regional, testemunha estes estágios. O Brasil optou pela República depois de sessenta e sete anos de Império.

O movimento republicano, que se tornou vitorioso em todo o continente americano, teve expressão no Rio Grande do Sul com a Revolução Farroupilha (1835-45). Implantada, afinal, no Brasil (1889), nosso Estado adotou como seus, os símbolos republicanos criados pelos revolucionários de 35 (armas, hino e bandeira).

Não é crível que se continue a insistir na representação brasonada para tão modestos municípios, como já tem acontecido em nosso Estado.

Se tivéssemos mais consciência histórica, estes fatos bastariam para orientar a factura dos símbolos municipais mais de acordo com nossa época e, ainda, abrindo novas áreas de trabalho de criação e expressão artística.

Este é o nosso parecer.

Porto Alegre, 21 de junho de 1989.

(a) Dr. Paulo Xavier, relator.

(Sobre a Travessa Araújo Ribeiro).

Of. N.º 141/90

Porto Alegre, 15 de outubro de 1990.

Ilustríssimo Senhor Prefeito:

Atendendo à resolução unânime da assembléia geral deste Instituto Histórico, adotada em 10 do corrente, vimos, por este meio, com a devida vênia, protestar perante essa Prefeitura contra a promulgação de recente lei que mudou em parte a denominação da antiga **Travessa Araújo Ribeiro**, no Centro da cidade, para “Travessa Rua dos Cataventos”, eis que se trata de um atentado à memória histórica da cidade, como adiante se demonstra:

1)

a — A face leste do prédio do antigo Majestic Hotel, hoje convertido em Casa de Cultura Mário Quintana, demarcava nos idos de 1824 o extremo das construções do lado Norte da então Rua da Praia, como, aliás, pode ser visto no exame da carta urbana de 1839, da autoria de L. P. Dias. Dalí em diante se estendia a conhecida Praia do Arsenal, que veio a ser objeto de uma moção ao Município, por parte do Visconde de São Leopoldo, enquanto presidente da Província, em 26 de junho de 1824;

b — Cuidando de dividir e parcelar essa extensa gleba, que se estendia pela beira do Guaíba até a embocadura da Rua Formosa, hoje Duque de Caxias, a Câmara Municipal promoveu nos anos de 1830 e 1831 as competentes medições judiciais. Já então, como se vê na ata da sessão de 15 de junho de 1830, os vereadores se referiram ao “primeiro marco da Câmara, imediato à casa de sobrado de José de Araujo Ribeiro”, indício seguro de que ali já morava o conhecido munícipe daquele nome, tronco de numerosa e ilustre família e fundador da localidade de Barra do Ribeiro;

Ilm.º Sr. Olívio Dutra

M.D. Prefeito Municipal de Porto Alegre

Palácio dos Açores

N/C

c — Por outra informação contida em ata cameral de 23 de outubro de 1843, percebe-se que, após receber a doação dos terrenos da Praia do Arsenal, a Câmara reservara “para servidão pública”, trinta palmos no prolongamento da casa do cidadão José Antônio de Araujo Ribeiro, “cujos 30 palmos ficam para o beco que dá comunicação da Rua da Praia para a do Comércio”, valendo saber que esta última denominação tocou por algum tempo à atual Rua 7 de Setembro. Remonta, portanto, à década de trinta do século passado a existência da pequena travessa que varou o tempo com a denominação nunca alterada de “beco do José de Araujo”, “Travessa Araújo” ou “Travessa Araújo Ribeiro”. Planta municipal do ano de 1834, relativa aos terrenos de marinha da Praia do Arsenal, existente nos próprios arquivos municipais, já registra o “beco do Araújo Ribeiro”. Todos os mapas e plantas, pelo menos a partir de 1866, também consignam a “Travessa Araújo” numa indiscutível demonstração de continuidade da tradição. Era, aliás, compreensível que assim ocorresse, porque o grande sobrado do Comendador José Antônio de Araújo Ribeiro (reprografia anexa) perdurou até a década de vinte deste século;

d — Bem claro está, portanto, que a travessa em causa não nasceu como uma galeria do Majestic Hotel, como parecem supor alguns ignorantes da história urbana. Construído o Hotel em duas etapas, primeiro a oeste e depois a leste da Travessa Araújo Ribeiro, só mesmo uma concessão do Intendente Otávio Rocha, em 1927, viria a autorizar a empresa Masgrau & Cia. a se utilizar do espaço aéreo da aludida Travessa para a instalação de passarelas que ligaram um lado e outro da rua. Jamais houve, entretanto, qualquer processo legal de desafetação da via pública ao uso comum do povo. E só mesmo as recentes obras da Casa de Cultura Mário Quintana obstacularizaram, por vários anos, a passagem de veículos e de pedestres ao longo da Travessa;

e — Poucas, pouquíssimas, são as ruas do velho centro urbano de Porto Alegre, que conservam seu nome de origem. Quase todas, senão todas, foram sofrendo ao longo do tempo alterações modernizantes, sem embargo da notória devoção do porto-alegrense pelos seus topônimos mais remotos. A última via pública que mantinha sua denominação original era a Travessa Araújo Ribeiro, agora atingida por indesculpável alteração;

f — Estamos certos de que a preservação das tradições e do patrimônio histórico não se limita à conservação de alguns prédios e de alguns espaços urbanos, senão também daqueles aspectos que dizem com a vida anímica da cidade e com sua história material. Não há sentido e coerência em gastar o Estado, alguns milhões de cruzeiros a título de recuperar um prédio representativo de um momento da evolução urbana, e, simultaneamente, violentar-se a memória da cidade com a supressão da última remanescente das denominações espontâneas, que, sem homenagear pessoas em particular, referiam as vias públicas aos seus principais moradores, segundo foi quase a regra nos primórdios da vila de Porto Alegre.

2)

Atendendo, outrossim, ao disposto na Lei Complementar nº 3, que proíbe a alteração de nomes de vias públicas, salvo para restabelecimento do topônimo

original, vimos encarecidamente solicitar a Vossa Senhoria as necessárias providências, no sentido de ser revogada a lei que instituiu a esdrúxula denominação de “Travessa Rua dos Cataventos”.

Sem outro motivo, apresentamos a Vossa Senhoria as expressões de nosso apreço e consideração.

Luiz Alberto Cibils — Presidente

Helio Moro Mariante — Secretário-geral

TERCEIRA PARTE

ARQUIVO VISCONDE DE S. LEOPOLDO

Documento: carta.

Procedência: Fr. Sellow, Porto Alegre.

Data: 9 de agosto de 1825.

Destinatário: Visconde de São Leopoldo.

Ilm.^o e Exm.^o Sr.

Tendo-me sido entregues as graciosas letras, com as quais V. Ex.^a se dignou honrar-me, com data de hoje, e os officios de recomendação e portaria para a minha presente excursão, resta-me somente a rogar a V. Ex.^a se digne acolher os meus vivos agradecimentos, tanto por estes preciosos documentos com que V. Ex.^a me concede toda a proteção que eu poderia desejar, como pela oportunidade que atualmente me dá, de recolher talvez alguns fatos de considerável interesse para a história de nosso globo e na continuação da viagem, por meio de informações sobre o clima, terreno e produtos naturais do território em cima da Serra, agradecer a V. Ex.^a, o que em todos os tempos ambicionar zelosamente.

Serão escavados aqueles gigantescos esqueletos, ou ainda os seus fragmentos, com escrupuloso cuidado, e assim embalados e remetidos às ordens de V. Ex.^a, e farei as indagações que V. Ex.^a deseja, com especial prazer e quanto os meus limitados conhecimentos podem alcançar, mui consciente da minha responsabilidade em consequência de tantos benefícios a mim conferidos.

Eternamente agradecido pela extrema bondade com que V. Ex.^a se digna honrar-me e com o maior respeito, tenho a honra de ser

De V. Ex.^a

o mais obediente e

muito humilde servo

Fr. Sellow

P. Alegre,

9 de agosto de 1825.

Documento: carta.

Procedência: Fr. Sellow, Encruzilhada do Sul.

Data: 21 de outubro de 1825.

Destinatário: Visconde de São Leopoldo.

Ilm.^o e Exm.^o Sr.

A afabilidade de V. Ex.^a permitindo-me ter a honra de informar de quando em quando sobre o progresso da minha viagem, pela qual se digna interessar-se tão benignamente, ousou dirigir a V. Ex.^a com o maior respeito estas linhas, na ocasião de fazer uma pequena remessa e em vésperas de sair da **Encruzilhada**.

Será provavelmente com surpresa que V. Ex.^a me verá ainda tão pouco avançado em viagem, e sinto que este atraso foi causado menos pela abundância de objetos novos de história natural que pelo rigor da estação, a fraqueza dos (...) de transporte e a insuficiência do (...) levava.

Tendo saído de Porto Alegre no dia 17 do mês passado, cheio de saudades e penetrado de gratidão pela bondade dos seus generosos habitantes, e sobretudo pelo tratamento com que V. Ex.^a se dignou honrar-me, foi (Sic) logo retido na estância do Sr. Capitão José Gomes, por um temporal continuado até o dia 24. Cheios de novo todos os arroios, vi-me obrigado, em lugar de caminhar pelo interior da Serra do Herval e margem do Camaquã, como muito desejava, de passar o Arroio dos Ratos no seu passo geral, e tive que congratular-me de não ter entrado a Serra, porque tão pouco dextro era o meu tropeiro, que já ao terceiro dia de marcha a maior parte dos cargueiros estavam desfolados (Sic) em lamentável estado. Vi-me então forçado de sacrificar grande parte do meu tempo somente para o transporte da minha todavia indispensável bagagem. No Serro do Butiá ajustei um curitibano ambulante não obstante de achar-se acompanhado de uma china, e que o obsoleto estado de seus vestimentos, a longa barba que cobria uma fisionomia espantada, não inspiravam confiança. Caminhei, porém, então, mais livremente até o **Serro Frio**, entre os galhos orientais do **Capivary**, donde aquele outro, já tendo recebido em Porto Alegre uma dobra adiantada, abandonou-me clandestinamente. Cheguei finalmente no dia 9 de outubro na **Encrusilhada**, em 8 dias de marcha e 6 de falha.

O país, no princípio da viagem, tinha ainda um aspecto de inverno; à exceção de algumas espécies de Oxalis, ornamento hibernal destes campos, poucas flores se encontravam, e os bosques nas margens dos arroios apenas principiavam a botar. Porém, 15 dias depois de entrada do sol no signo da Libra, produzindo nesta latitude um grande adiantamento na vegetação, recolhi sempre 150 espécies de plantas, entre as quais umas trinta me eram novas. Duas espécies novas de Cactus esferoidais e duas do interessante gênero Maricá me eram particularmente agradáveis.

O Sr. Manoel de Freitas Nogueira, que tem a bondade de encarregar-se da minha atual remessa, terá também a honra de entregar a V. Ex.^a um pequeno embrulho com bulbo-túberos de três espécies deste gênero, uma cuja elegante flor é alaranjada, esculenta (Sic), saborosa e fácil de digestão; as outras, de flores azuladas, se tornarão provavelmente excelentes pela cultura, crescendo em volume. De **Cassapava** espero poder oferecer para o jardim de V. Ex.^a maior porção delas.

O belo pinheiro encontrei somente na vizinhança do **Serro do Roque**, e parece-me que se limita quase à Serra do Herval. À proporção que o caminho se dirige para o sul, elevando-se ao mesmo tempo o terreno, recolhi maior número de plantas de um aspecto europeu, ou verdadeiramente européias, que abundam principalmente nos contornos desta Capela, elevada de mais de mil pés sobre o nível do mar, onde, por exemplo, presentemente floresce um belíssimo **Berberis**, que produz uma boa tinta amarela, várias espécies de **Luthyrus**, de **Cerastium**, uma **Silene**, e em todos os pântanos o **Samotus Valerandi**. **Remarca-**

velmente prosperam também, nesta saudável e amena paragem, as maçãs, peras, apricots, ameixas, cerejas, cepas e outros vegetais da zona temperada do antigo mundo.

A coleção zoológica teve pouco aumento, por ser-me presentemente impossível transportar animais voluminosos (SIC); recolhi somente algumas espécies de **Trochilus** de grande beleza e um número de insetos que pretendo remeter de **Cassapava**.

A Coleção mineralógica foi acrescentada de uns oitenta exemplares. Todo este caminho, procedendo sobre o limite austral do grande valo do **Jacuy** até as afluentes do **Francisquinho**, donde inclinando-se mais para o sul entre mais o terreno montanhoso, segue sobre terreno granítico, que constitui sem dúvida toda a Serra do Herval, como os morros de **Ytapuão** e da vizinhança de Porto Alegre. Aparecem diferentes variedades desta rocha, que frequentemente tem aqui uma estrutura porfiróide e de singular beleza, como, por exemplo, no passo da Porteirinha, onde os seus cristais de feldspato branco são de 2 a 4 polegadas, e onde os habitantes escolhem pedras de moinho; no campo do defunto Rebolo, nas cabeceiras do **Francisquinho**, e sobretudo meia légua antes de chegar a **Encrusilhada**, onde os seus grandes cristais são de cor de carne. Em vários lugares, a mica do granito é substituída pelo anfíbolo, como, por exemplo, no **Serro do Butiá**. Do **Serro do Roque** até o **Serro da Vigia**, por um espaço dilatado, vi toda a massa de granito a feldspato branco emprenhado de turmalinas, que se oferecem em cristais de 4 a 6 polegadas nos vieiros de granito a grande grão de que é entrelaçado (SIC). Na declividade oriental do **Serro do Roque** e da **Vigia** ocorrem camadas de xisto micáceo, no primeiro com turmalinas e na fralda oriental dele um grande depósito de protogyne (SIC), igualmente emprenhado de turmalinas. Na vizinhança da **Lagoa de Viamão**, o granito contém frequentemente camadas de sienito e de pórfiro à base de feldspato.

Não pude suprimir a idéia que se por acaso fosse julgado que para o magnífico nobre monumento que o Brasil vá dedicando ao seu heróico primeiro Imperador, cada província contribuisse **in natura** com algum material: esta podia oferecer os mais belos **porphyrios**, como a Cisplatina o **mármor**, os marciais paulistas, o ferro, o ouro, os mineiros, a Bahia as madeiras, (...), prestando o Rio de Janeiro um sólido fundamento de granito.

Mais para o interior ocorrem frequentemente camadas ou vieiros de quartzo comum, muitas vezes emprenhado, e talco. Em cima do **Serro do Roque** encontrei um vieiro de quartzo ricamente emprenhado de sulfureto de ferro, em parte cristalizado, de várias cores, do branco da prata até o amarelo de ouro e azul obscuro de aço. O quartzo aparece ao mesmo tempo cristalizado, guarneecendo numerosas pequenas cavernas com cristais de diversas dimensões, até os mais tenros capilares. No campo do Ten. Francisco Maxado, num lugar que dista uma légua e meia em rumo de S. 32° E do passo geral do arroio dos Ratos, existe um depósito cilíndrico, segundo a descrição que me deu o inteligente passageiro Luciano, de ferro magnético, de (...) 6 — 10 braços (SIC) de diâmetro, que pelas amostras que vi julguei conter 60/70 por cento de ferro. Porém, os pontos mais interessantes para o geognosto pareceram-me o **Serro da Vigia**, entre os

galhos do **Capivary**, e o **Serro Partido** entre os galhos do **Iroy**, onde a formação do grês vermelho, que enche o grande valo do **Jacuy**, e forma o fundamento das rochas de **Trappe**, que constituem o seu grande barranco setentrional, conhecido pelo nome de Serra Geral, e ao qual pertencem as pequenas formações de carvão de pedra que se encontram em vários lugares, ascende aqui, cobrindo imediatamente o granito, até uma altura absoluta de 1400 pés. O mesmo grês oferece aqui pedras de afiar de ótima qualidade e de todo o grão de finura, que merecem ser aproveitadas até para a exportação. Também em pequena distância ao norte da **Encrusilhada**, e já no campo do defunto Rebolo, há destas pedras de boa qualidade. Por todo este caminho encontram-se depósitos de ferro da formação mais recente, denominada ferro lodoso (“fer limoneux”), e principalmente perto do passo geral do Arroio dos Ratos e entre este passo e o do arroio da Porteirinha, onde se acha exposto à vista em quase todos os córregos e sangas; e penso que se algum dia este ferro chegasse a ser o objeto da indústria, dele se achará abundantemente em quase todos os pântanos que se formam nas concavidades do granito, onde abundam águas férreas; mas este mineral, além de pouco rendimento, dá geralmente um ferro quebradiço, a causa do ácido fosfórico que contém; melhor material ofereceria o ferro argiloso e arenoso, que igualmente se encontram com abundância no valo do **Jacuy**, formando sempre o teto das colinas que encerram o xisto betuminoso e carvão de pedra.

V. Ex.^a bem conhece a amenidade do país. Oferece este caminho, que segue algumas vezes sobre a crista de eminências consideráveis, em vários pontos, magníficas vistas sobre a região do **Jacuy** e Serra chamada Geral; à mão esquerda fica sempre em vista a Serra do Herval, destituída de mato por este lado, em grande parte costeada pelo arroio dos Ratos. Do arroio da Porteirinha até a **Encrusilhada**, o país parece consideravelmente povoado; chácaras aparecem, com as suas searas de trigo, de distância em pequena distância, principalmente na vizinhança do **Serro do Roque**, onde o terreno é fertilíssimo. Vão animar-se de novo os habitantes a semear trigo, que há doze anos fazia a principal riqueza destes distritos, e do qual a **Encruzilhada** chegou a exportar 30.000 alqueires, anualmente. Entretanto, fizeram a experiência que a mandioca produz abundantemente, até em redor da **Encrusilhada**, na latitude de 30°32' 25'', e acima de mil pés de elevação absoluta, naqueles lugares onde a terra é arenosa; mas o barro vermelho e o humo negro são desfavoráveis a este ótimo substituto dos cereais. Mesmo a cana d'açúcar tem prosperado na margem do **Camaquão!** e a cana de Atahite (SIC) ou de Cayenne resiste melhor ao frio. Toda a parte setentrional da Serra do Herval me pareceu singularmente própria para a criação dos lanígeros. As declividades daqueles morros são cobertos de pastos bastante finos e entre os núcleos geralmente esferoidais do granito, que resistindo vitoriosamente ao processo de decomposição da atmosfera, ficam na superfície, às vezes, grotescamente amontoados, cresce freqüentemente uma espécie de **SCHINUS** (“aroeira de folha estreita”), que os carneiros procuram avidamente, e que parece roborar-lhes a saúde, pelas partes adstringentes e balsâmico-resinosas que contém. Águas correntes da melhor qualidade abundam, e se em chapadas e concavidades em cima dos cerros a água pluvial forma pequenas manchas paludo-

sas, em cujos contornos se praz a DROSEIRA, que recentemente foi lembrada como indício de pastos maus para ovelhas, estas serão facilmente evitadas em tempo úmido, quando os proprietários considerarão este ramo de bastante interesse, para dar um pastor aos seus rebanhos, que presentemente em nenhuma parte da Província se pratica. Vi um pequeno rebanho de ovelhas brancas escolhidas no **Serro do Butiá**, e obtive uma amostra de lãs de mui bela qualidade. No distrito de Santo Amaro e nesta Serra possuem os melhores e maiores rebanhos os senhores p. p. Ant.^o Ferrão, Polidório, Francisco Xavier, Joaquim de Moraes, João Pereira Marques, o Pardo Anselmo, porém todos considerando-os como objetos triviais. Em vários lugares têm desaparecido os rebanhos à proporção que as terras se dividem em porções pequenas, por causa dos multiplicados dos cachorros dos vizinhos, de que muitos se queixavam. Mas possam os possuidores deste terreno convencer-se amplamente da importância deste ramo e eles têm a certeza de serem nele protegidos por V. Ex.^a com sábios regulamentos!

O tempo me permitiu de recolher materiais para determinar a latitude de 5 pontos e a longitude de 3, levei o barômetro em cima dos cerros do Butiá, do Roque, Serro Frio, da Vigia e do Serro Partido, as maiores eminências que encontrei, e não deixei de observar nas passagens dos diferentes arroios; se estes materiais fossem agradáveis a V. Ex.^a para a correção ou comparação com o mapa da Província; terei com muito prazer a honra de enviar uma cópia. Os cálculos não posso oferecer-me de fazer durante a viagem mesmo, porque a geografia não deve ser para mim senão um objeto secundário.

O Sr. Alferes Patrício José de Carvalho, Comandante da **Encrusilhada**, me tem franqueado em virtude das generosas ordens de V. Exa. um alojamento conveniente para o arranjo das minhas coleções, ajustou-me um tropeiro em lugar do singular Curitibano, e prometeu-me alguns cavalos; espero, portanto, continuar a minha marcha para **Cassapava** mais agradavelmente e de poder aproveitar a melhor estação do ano sem embaraço.

Perdoe, Exmo. Sr., que tenho assim importunado sobre o preciosíssimo tempo de V. Exa., notando em estilo tosco e mal arranjado objetos em parte conhecidos por V. Exa., em parte talvez muito triviais, e possa V. Exa. assim mesmo reconhecer uma boa e sincera vontade e o respeito, amor e reconhecimento, com que tenho a honra de ser

De V. Exa.

P.S.

Ouso apresentar os meus respeitos à Ilma. Exma. Sa. Da. Maria, tendo a honra de oferecer os meus parabéns para o seu perfeito restabelecimento, desejando que toda a amabilíssima família de V. Exa. goze da melhor saúde.

o mais obede. e obdo. servo

Fr. Sellow

Capela da **Encrusilhada**,

21 de outubro de 1825.

Ao Ilmo. e Exmo. Sr. José

Feliciano Fernandes Pinheiro

Comendador de várias Ordens
Presidente da Prov.^a de S. Pedro

Documento: carta.

Procedência: Fr. Sellow, Cassapava do Sul

Data: 10 de dezembro de 1825.

Destinatário: Visconde de São Leopoldo.

Ilmo. Exmo. Senhor!

Tenho a ousadia de apelar de novo à benignidade de V. Exa., solicitando a proteção de V. Exa. a bem da remessa dos produtos naturais que recolhi des da (Sic) **Encrusilhada** até **Cassapava**. O sr. José Marcelino, negociante deste lugar, me faz o favor de encarregar-se do transporte dela até Porto Alegre, onde o Sr. José Maria da Silveira Vianna a terá às ordens de V. Exa., e peço a V. Exa. a graça de mandar remeter para o Museu público do Rio de Janeiro os dois caixões marcados de MI e N n.º 6-7, (que contêm a continuação da coleção geognóstica até o n.º de 1152 e fitológica até o n.º 3195); e ao Cônsul de S.M. Prusiana, Guilherme de Theremim, com a inclusa, os caixões marcados de KMM n.º 4, KBM n.º 5, KZM n.º 6 e KBG n.º 7; ordenando porém que estes últimos seguem em diferente embarcação, a fim que não sejam aventuradas juntas no mar ambas as repartições, cautela tanto mais necessária que é impossível de completar durante a viagem as descrições de tantos objetos; e como com esta última repartição vão outra vez plantas vivas e sementes, seria extremamente agradável se pudessem partir com brevidade.

Por outra ocasião tenho a honra de informar a V. Exa. sobre o progresso da minha viagem e limito-me pois aqui de renovar somente as homenagens de respeito e de reconhecimento com que tenho a honra de ser

de V. Exa.

o mais obediente e
muito humilde servo

Fr. Sellow

Cassapava em 10 de 10bro. de 1825

P.S.

À vista da beleza de algumas espécies de Cactus, que ornar principalmente as colinas de conglomerato (sic) vermelho, entre as cabeceiras do interessante Ira-puá, e as quais não vi nos contornos de Porto Alegre, não pude deixar de recolher alguns exemplares, pensando que mereceriam um lugar no jardim ornamental de V. Exa.; são mui próprios para habitarem um rochedo artificial ou para-peito de uma varanda porque mais expostos ao sol que estejam, mais prosperam. O mencionado Marcelino terá a honra de remeter a V. Exa. um pequeno caixão, marcado de alfa, com 4 espécies deste gênero singular, do qual no velho mundo ainda nenhuma espécie tem sido descoberta, e mais alguns bulbo-túberos de diferentes espécies de Maricá, e bulbos de duas espécies de Amaryllis de lindas

alguma razão de preferência — que julgo não dever alegar como motivo o mui pequeno serviço literário que tenho prestado.

Com insano trabalho tenho confrontado vários códices mss. da riquíssima obra de Gabriel Soares arranjar um exemplar, no meu parecer o mais perfeito possível. A sua publicação seria de grande utilidade, e eu o ofereceria de bom grado ao Instituto se por sua conta o quisesse imprimir sob as minhas vistas. Há diferenças de grande consideração e os erros apontados nas **Reflexões** são nada ao pé de outros novos.

Ouvi dizer que o nosso consócio Costa e Sá tem pronta uma memória sobre limites para a remeter a V. Exa. ou ao Instituto. Muito me satisfaz que V. Exa. escreve a história da minha Província de S. Paulo. Reitero os meus oferecimentos para tudo quanto daqui eu puder servir. Meio caminho adiantou já o erudito beneditino Fr. Gaspar, que deve ser contado entre os melhores críticos modernos.

Ainda não pedi a V. Exa. desculpa da minha pouca delicadeza quando remeti assim como a vários literatos dessa cidade um exemplar das minhas **Reflexões Críticas**. Foi-me avisado que estava a partir um navio que recebia a mala dentro em uma hora. Pouco foi pois o tempo para escrever tantos sobrescritos, além de uma carta que dirigi ao Pe. Cunha Barbosa.

Terminarei declarando que desejo ardentemente servir o país onde nasci, e que peço a V. Exa. me emende francamente os meus erros e disponha de mim em tudo quanto for de seu serviço, pois tenho muita honra de ser

De V. Exa.

Ilmo. e Exmo. Sr. Visconde de S. Leopoldo

muito reverente servo

Francisco Adolfo Varnhagen

ARQUIVO BORGES DE MEDEIROS

Doc. N.º 1052/8

Aprovado

Ao Ilm.º Sr. Dr. Presidente das sessões gerais
republicanos rio-grandenses, convocada para Fevereiro de 1882

Aprovado

Caminha

1.º Secretário

A comissão encarregada de apresentar o plano sobre homogeneidade de vistas na fundação dos clubes, entende conveniente:

1.º — Que os clubistas assinem o manifesto republicano de 3 de Dezembro de 1870;

Que no dia da fundação de cada clube, seja esse manifesto lido e copiado na ata da 1.ª sessão onde será seguido das assinaturas.

A comissão apresentando os elementos acima declara que mais algumas disposições, bem como as apresentadas, dependem do resultado da comissão encarregada da confecção de bases gerais para conduta do partido no presente ano, e reunião do congresso de 1883.

Porto Alegre, 24 de Fevereiro de 1882.

A comissão:

Alvaro Chaves

João Pedroso

Apolinário Porto Alegre

Nota da Redação: Dando continuidade à publicação de documentos do arquivo do Dr. Borges de Medeiros, pertencente ao IHGRGS, damos publicidade a peças relativas à organização do Partido Republicano Rio-Grandense no tempo do Império, anexas, todas, ao documento de nº 1052, que é uma carta subscrita por Dionysio Marques e datada de Cachoeira, 12 de janeiro de 1927.

Doc. Nº 1052/6

Projeto sobre a imprensa do partido republicano do Rio Grande do Sul.

Os abaixo-assinados, membros da comissão nomeada na Reunião Geral do partido republicano de 23 do corrente para apresentar as bases da organização da imprensa do mesmo partido, têm a honra de submeter à deliberação dos correligionários o seguinte

Projeto:

CAPÍTULO I

Da folha e seus fins

Art. 1º — O partido republicano da província do Rio Grande do Sul resolve manter um órgão na imprensa.

Art. 2º — O órgão republicano terá um duplo fim: — 1º sustentar e desenvolver o programa do partido; 2º empenhar-se pelo desenvolvimento do comércio, artes e indústrias da província, e em geral por tudo quanto possa concorrer para o progresso e civilização da comunhão brasileira.

Art. 3º — A folha será publicada na cidade de Porto Alegre, e depois da instalação do Congresso Republicano.

CAPÍTULO II

Da organização da empresa

Art. 4º — Para o fim determinado no art. 1º do capítulo antecedente será organizada uma associação com o capital de 30:000\$000 divididos em 600 quinhões de valor de 50\$000 cada um.

Art. 5º — Na distribuição dos quinhões terão preferência os membros do partido.

Art. 6º — Os subscritores farão a entrada em duas prestações, sendo de 25\$000 cada uma.

Art. 7º — A primeira prestação se efetuará até o dia 31 de dezembro do corrente ano, e a segunda dentro de 6 meses contados do dia do aparecimento da folha.

Art. 8º — É facultado aos subscritores realizarem o pagamento em uma só prestação, assim como lhes é facultada a transferência de quinhões.

Art. 9º — Os subscritores que tiverem feito a primeira prestação, não fazendo a segunda dentro do prazo marcado no art. 7º, perderão o direito sobre a quantia já entrada, caindo em comisso o quinhão ou quinhões, que reverterão em proveito da empresa.

Art. 10 — O capital realizado será depositado em um estabelecimento bancário, e daí só poderá ser retirado pelo gerente, da empresa competentemente autorizado pela comissão executora do presente projeto.

CAPÍTULO III

Da administração da empresa

Art. 11 — O gerente a que se refere o art. 10 será eleito pelo Congresso Republicano na primeira das suas reuniões.

Art. 12 — O gerente eleito receberá do Congresso, por escrito, instruções positivas relativas à direção administrativa, da folha, e por este será demitido quando se afastar dessas instruções ou demitido quando for julgado incapaz no exercício das suas funções.

Art. 13 — Pelo Congresso Republicano será também eleita uma Comissão Fiscal para o fim exclusivo de fiscalizar a administração da empresa.

Art. 14 — É dever da Comissão Fiscal verificar trimestralmente qual o estado econômico da empresa e comunicar em relatório ao Congresso o resultado do exame feito.

Art. 15 — O Congresso Republicano por intermédio da sua Comissão Permanente transmitirá o relatório da Comissão Fiscal às Diretorias dos Clubes Republicanos da província que o levarão ao conhecimento dos subscritores.

Art. 16 — A Comissão Fiscal, em época em que não esteja funcionando o Congresso, poderá suspender o gerente quando encontrar falta grave na sua administração. Para ser decretada a suspensão serão ouvidos os redatores da folha.

Art. 17 — O gerente será obrigado a possuir 20 quinhões, que não poderá transferir durante o período de sua administração.

Art. 18 — É dever do gerente depositar em um estabelecimento bancário todo o dinheiro que existir em seu poder em completa disponibilidade; trazer sempre em boa ordem a escrituração da empresa⁽¹⁾; criar os empregos secundários que forem necessários; e promover por todos os meios, dentro das suas atribuições, a prosperidade e o desenvolvimento da empresa.

CAPÍTULO IV

Da redação

Art. 19 — A redação da folha se comporá de 2 redatores que serão eleitos pelo Congresso na primeira das suas reuniões, e por ele serão destituídos quando se desviarem da norma que lhes houver sido prescrita.

Art. 20 — Os redatores serão responsáveis perante o Congresso pela direção intelectual da folha.

Art. 21 — Para ser efetiva a responsabilidade de que fala o art. antecedente, o Congresso estabelecerá em termos positivos o programa da folha, e de acordo exato com este procederão os redatores.

Art. 22 — Os redatores poderão constituir auxiliares de redação de acordo com o gerente e quando a prosperidade econômica da empresa permitir o aumento de pessoal.

CAPÍTULO V

Da remuneração ao gerente e redatores

Art. 23 — O gerente da empresa perceberá mensalmente a quantia de 200\$000, a qual constitui o seu ordenado fixo; e perceberá mais dez por cento sobre os lucros realizados e liquidados por balanços feitos na época determinada no art. 18.

Art. 24 — Cada um dos redatores perceberá mensalmente a quantia de 400\$000, a qual constituirá a única retribuição aos seus trabalhos (Nota do Copista: Artigo invalidado por 4 traços).

CAPÍTULO VI

Dos lucros ou prejuízos da empresa

Art. 25 — No caso de lucros, verificados por balanço, conforme a determinação do art. 18, serão deles deduzidas todas as despesas, e serão deduzidos mais dez por cento, que deverão constituir o fundo de reserva, destinado à reforma dos materiais tipográficos.

Art. 26 — Efetuadas essas deduções, o saldo será distribuído pelos subscritores.

Art. 27 — No caso de prejuízo, verificado este por balanço, será levado à conta de capital.

Art. 28 — Quando o prejuízo atingir trinta por cento do capital, o gerente de acordo com a Comissão Fiscal levará o fato ao conhecimento dos subscritores, que resolverão como for conveniente.

Art. 29 — A liquidação da empresa só poderá ter lugar no caso do prejuízo de que fala o artigo antecedente, se nisso concordarem os subscritores.

CAPÍTULO VII

Da comissão executora

Art. 30 — Para levar à execução o presente projeto será nomeada na atual Reunião Geral do partido republicano uma comissão composta de 6 membros. (NR: rasurado para 7)

Art. 31 — A comissão de que fala o artigo precedente fará imprimir, sem perda de tempo, um prospecto, contendo a cópia d'este projeto e todas as explicações que necessárias forem; e envia-lo-á a todos os núcleos republicanos da província, a fim de proceder-se logo à distribuição dos quinhões.

Art. 32 — À comissão executora compete o direito de escolher o emprego de meios que mais eficazes forem para facilitar e acelerar a distribuição dos quinhões.

Art. 33 — Deverá a mesma comissão, à medida que se for realizando o capital, recolhê-lo a um estabelecimento bancário, e daí só poderá retirá-lo para a compra dos materiais tipográficos e real fundação da empresa.

Sala das sessões, 27 de fevereiro de 1882.

Sebastião Pereira de Barros

Je. P. Alves

Gabriel Pinto da Motta

Júlio de Castilhos

Pereira da Costa

Aprovada com emendas.

27 de Fevereiro de 1882

A. Caminha

1.º Secretário.

(NR: anexo a este documento, consta o seguinte bilhete: “Proponho que seja elevado a 7 o n.º dos membros da comissão de que fala o art. 30. App. ”).

Doc. N.º 1052/10

AO ELEITORADO DO 3.º CIRCULO

Aos republicanos especialmente nos dirigimos; a todos os eleitores do 3.º circulo pedimos atenção.

O próximo desenvolvimento do partido republicano nesta província depende, em grande parte, da abnegação e prudência dos correligionários deste circulo. E isto porque, além de outros motivos de ordem mais elevada, a elle coube em sorte dar a primeira prova de subordinação voluntária à disciplina e ao regimen que havemos estatuido na “Reunião Geral”, realizada em Porto Alegre.

Infingir-se o que ali se decidiu não seria um procedimento simplesmente leviano ou um acto de passageira anarchia e inoffensivo, mas nos levaria ao extremo ridículo e, de direito, ao escarneo de nossos concidadãos.

Aproxima-se um pleito excepcional e que reputamos decisivo em relação ao nosso futuro; consenti, pois, que para a qui traslademos a norma de conducta aceita pelo partido, legitimamente representado na “Convenção de 23 de Fevereiro”. Consta do seguinte parecer, unanimemente aprovado: “A comissão encarregada de dar parecer sobre o procedimento dos republicanos nos pleitos eleitores, considerando que os partidos políticos que abstem-se das urnas prejudicam-se e aos interesses da patria, para o progresso da qual deixam de trazer o concurso de suas idéas; considerando que ao partido republicano, para inspirar a confiança que só a actividade e os princípios beneficos inscriptos em sua bandeira legitimam, compete dar o exemplo de apresentar-se, **sempre que for possível**, nos pleitos eleitoraes, offerecendo deste modo um campo onde possam vir militar activamente todos os cidadãos desilludidos da monarchia no Brazil; considerando que a sua attitude deve ser sympathica e ambos os partidos monarchicos; considerando mais que essa sympathia, cujo concurso será immenso para o augmento do partido, só será inspirada senão forem effectuadas transacções politicas com um daquelles partidos; considerando, finalmente, que o 2.º escrutinio autorizado pela nova lei e elitoral é um meio de facilitar essas transacções por demais perigosas e nocivas, a boa ordem do partido republicano; é de parecer:

1.º Que em todas as localidades da província os republicanos se devem esforçar a fim de fazer qualificar todos os correligionários que se acham nas condições da lei;

2.º Que sempre que for possível devem concorrer ás urnas suffragando o nome de ALGUM CORRELIGIONARIO;

3.º QUE NO CASO, DE NAUFRAGAR NO 1.º ESCRUTINIO O CANDIDATO REPUBLICANO, HAJA POR PARTE DO PARTIDO ABSTENÇÃO NO 2.º.

A função eleitoral é a logica consequencia das sociedades estabelecidas sobre bases progressivas é um direito inalienavel, senão um nobre e imprescriptivel dever. A illustrada comissão que elaborou o parecer que citamos, inspirou-se nessa verdade.

Não desconheceu o caso de uma justa abstenção, esta, algumas vezes, melhor que o concurso ás urnas, prepara a acção de qualquer factor da opinião nacional sobre a direcção dos negocios publicos.

Entretanto, como todos os actos de nossa economia partidaria, a abstenção só se realisaria por deliberação da maioria. Ora, está, á esta hora; definitivamente aceita pela totalidade dos clubs republicanos deste circulo a candidatura do Dr. Venancio Ayres; é, portanto, em face de um pleito que nos achamos. Entremos nelle, cumpriendo, com a severidade propria dos firmes convicções, o preceituado naquelle parecer.

Ao mercado da venalidade das consciencias não irá fazer concurso nenhuma convicção de verdadeiro republicano, bem o sabemos; mas ainda ficam muitos meios de seducção, cujo effeito é necessario impedir.

Em primeira linha estão os que se referem aos candidatos monarchistas. Examinando-os, a rudeza de nosso estylo poderia offender susceptibilidades, o q' não pretendemos fazer; mas o eleitorado, guiado pelo proprio bom senso, que procure, nos factos, seguros fundamentos para julgal-os.

As consciencias tomadas de assalto por compromissos imprudentes ou actos irreflectidos, os espiritos inertes ante as emboscadas das affeições, são outras tantas causas para o desvirtuamento da opinião do eleitor. O eleitorado republicano, já arregimentado no circulo, é pequenó, e terá unidade da vistas no seu proceder; mas quantos eleitores ainda julgam superiores os compromissos contrahidos por condescendencia e irreflexão aos que têm com a propria convicção?!

Quantos ainda, por que entendem afastado o grande exito — o estabelecimento da Republica Federal Brasileira — violentam as proprias opiniões para servirem á uma ingloria dedicação pessoal?!

Desses preconceitos, urge que nos emancipemos.

Não progredirá o partido em quanto, por esse modo, nos constituirmos resistencia á sua marcha.

Trabalhemos. Não virá a Republica por uma solução de continuidade; não será um salto, brusco e perigoso, como seria uma immediata mudança de systema, que nos fará entrar calmos e tranquilos no regimen federativo.

As classes directoras irão pouco a pouco se eximindo da tutela do chefe semi-divino, para que livremente se possam constituir os reguladores entre as aspirações populares e os actos do Poder. Não nos illudamos, pois, multiplicando a nossa força, pelo abandono de nossa prerrogativa de iniciativa, em pról de interesses inferiores, ainda que apparentemente nobres.

A lei do progresso nos diz que havemos de marchar. A reação hade vir, é inevitável, é fatal.

Mas as leis vitaeş e sociologicas sufficientemente nos distinguem do mundo phisico, para q'essa reacção soffra em sua direcção e intensidade os impulsos de nossa actividade. Não nos entreguemos á acção do tempo, a qual, por falta de modificação intelligente, tem compromettido o presente e, no futuro, nos levará ao abysmo. Gratuitamente o movimento não se produz, de modo que utiliza nossa natureza perfectivel.

Actividade e perseverança seja, pois, a nossa divisa.

Concidadãos! a iniciativa do representante da nação na promoção das idéias do partido a que pertence, é, no regimen político que aspiramos, um rigoroso dever. O Dr. Ayres com talentos e abnegação não vulgares, brilhantemente o saberá cumprir. Mandemol-o, pois ao alto da tribuna da Camara dos Deputados, junto aos ouvidos da coroa, dizer-me e a seus incensadores:

A oportunidade da Republica Federal no Brazil, só por vós é contestada. O sentimento nacional, que não a vossa illogica educação que vos mantem na mais deploravel anarchia mental, a demonstra.

Se o contacto popular vos intimida, seo abandono de posições que não merecemos vos horrorisa, ficai ahi presos, com o vosso egoismo, mas ouvi o que o partido republicano do Rio Grande do Sul quer e eu reclamo:

Queremos a substituição do trabalho do escravo pelo do cidadão. E para isso urge que decreteis a grande naturalisação, o que, a seu turno, exige:

1.º Que se garanta a fé e a manifestação cultural ao acatholico, hoje exposto as violencias da ignorancia supersticiosa acoroçoada pelo art. 5.º da carta, para o que é necessário que decreteis a plena liberdade de cultos.

2.º Que se reconheça a igualdade na Família, pela instituição do casamento civil, deixando aos conjuges a facultativa escolha do regimen religioso para receberem o sacramento, se por ventura o quizerem.

3.º Que se garanta ao acatholico, quando enfermo, um lenitivo aos seus sofrimentos, franqueando-lhe as portas de nossos hospitaes e casas de caridade pela secularisação destes.

4.º Que se alliviem do peso do velho pó do Senado as proposições sobre a secularisação dos cemiterios e registro civil, idéas apresentadas á Camara dos Deputados pelo eminente cidadão Joaquim Saldanha Marinho, e ali, pelo esforço tenaz desse venerando chefe; aceitas e resolvidas:

Queremos livre e permanente concurso de methodos no ensino publico, até aqui monopolizado pelos regulamentos officiaes, para o que é indispensavel que a acção governamental, nesta materia, se limite ao auxilio pecuniario, e severa fiscalisação coercitiva quanto a propagação de idéas perversivas que ameacem a Moral pelo aniquilamento da Família.

Queremos o equilibrio dos orçamentos, não pela illusoria efficacia do imposto e falsa economia, mas pela real producção que só provem do desenvolvimento da Industria, unico agente que nos póde fornecer a somma de commodidades a que nos dá direito a rica natureza do paiz.

Queremos largo auxilio á educação profissional, afim de que nossos concidadãos se preparem para o vantajoso uso dos instrumentos que a sciencia applicada tem dado as nações adiantadas.

Queremos a descentralisação politica e administractiva; o suffrago generalizado; o reconhecimento do legitimo direito que tem a provincia de gerir os seus interesses, tornando-se necessario que os seus presidentes sejam por ella escolhidos; uma equitativa classificação das rendas, de sorte que reverta á provincia, sobrecarregada de pesados sacrificios, parte da renda denominada geral: a autonomia das camaras municipaes nas questões q'se referem propriamente a economia do municipio, como sejam: posturas, execução de obras, empréstimos e desappropriações; a intervenção da Assembléa Provincial na execução das leis municipaes, suspendendo-as, mas só no caso de serem ellas offensivas ao bem common, ao direito ou ás condições de bem estar dos municipios visinhos; a effectiva responsabilidade na execução, para o que é necessario que esta pertença ao presidente de camara.

Eis o que queremos e as medidas que, entre outras do nosso programma — o desenvolvimento da Ordem, vimos agora propor. E vós, representantes da nação, que dizeis não ser incompativel a monarchia no Brazil com as liberdades publicas, decretai-as. No caso contrario voltai aos vossos eleitores e dize-lhes: Estamos desiludidos da monarchia; as medidas que nos felicitariam não se coadunam com aquella forma de governo; escolhei entre a continuuação dos males

que nos affligem e o advento da Republica Federal, que nos faria dignos de um lugar entre as nações americanas.

Club Republicano de Alegrete, 21 de Agosto de 1882.

A COMISSÃO

Lucio Adão Krug
Jacob Luiz Laydner Sobrinho
Persio de Sá Brito
João Rodolpho Soares
Sebastião Nunes de Miranda
João Candido dos Santos
Affonso Chimmaco de Almeida e Castro
Demetrio Nunes Ribeiro.

Doc. N.º 1052/9

MANIFESTO

Aos eleitores do 6.º circulo.

Mantida a minha candidatura a um lugar na assembléa provincial pelo partido republicano, apresento-me ao eleitorado do 6.º districto solicitando seus suffragios.

Solidario com o partido em cujas fileiras tenho a honra de militar, partido que sabiamente substitue em sua bandeira o velho e perigoso principio das revoluções improvisadas pelo benefico e salutar agente a — evolução, — comprometto-me, sendo eleito, a esforçar-me pela realisação das medidas do nosso programma, cujas bases, delineadas na Convenção Republicana de 23 de Fevereiro com intervenção de todos os republicanos da provincia, determinam os limites dentro dos quaes deverão exercer sua acção os candidatos á assembléa provincial.

Distinguindo no deputado republicano o seu modo de proceder em questões políticas e administrativas, estabeleceu aquella convenção nas bases, que litteralmente aqui reproduzo, a sua norma de conducta.

Procedimento Político

Deve consistir na propaganda e affirmação das bases politicas do manifesto de 3 de Dezembro de 1870, pugnando sobretudo pelo federalismo, que é o élo essencial da solidariedade do partido republicano brasileiro.

Procedimento nas Questões Administrativas

Relativamente ás questões administrativas, terão os representantes do partido republicano por divisa: *Descentralisação*.

A instrucção publica lhes merecerá especial attenção e se esforçarão pela adaptação dos melhores methodos de ensino em nossa provincia, attendendo sempre á indole e ao character de nossos comprovincianos.

Com a maior solicitude tratarão de todas as questões que se referirem a — obras publicas, — e especialmente farão maximo empenho pela conservação ou criação de vias de communicação.

— Quanto a finanças provinciaes, impugnarão todas as despesas de character improductivo, e se esforçarão pela mais justa e equitativa distribuição dos dinheiros publicos, pelo equilibrio e realidade do orçamento e pela manutenção do credito da provincia, que, nas actuaes circumstancias, póde ser enfraquecido por emprestimos onerosos ou pesadas subvenções de juros, não applicadas ao desenvolvimento de fontes de real producção.

— Sobre materia de impostos se esforçarão pela reducção gradual das actuaes taxas a menores valores e evitarão a criação de novos impostos.

Quando de todo estes sejam imprescindiveis, procurarão adequalos á doutrina do partido, que considera o imposto directo como o verdadeiramente equitativo e o unico capaz de desafiar a fiscalisação do contribuinte.

— Com escrupuloso zelo lutarão pela effectividade das attribuições concedidas ás assembléas provinciaes pelo Acto Adicional, bem como tomarão a iniciativa na conquista de outras, que garantam sua autonomia, como sejam:

Reversão de parte da renda denominada — geral — para a provincia, a cujo cargo ficam instrucção publica, melhoramentos materiaes e secretaria do governo, além de outras, ao passo que com escassas e restrictas fontes de renda é obrigada a procurar os minguados recursos que lhe deixa o insaciavel polvo da centralisação.

— Reconhecimento do legitimo direito que tem a provincia de gerir os seus proprios interesses administrativos, para o que é essencialmente necessario, não só que o executor de suas leis seja por ella escolhido e não um delegado do governo central, em regra unicamente um commissario eleitoral e desconhecedor de tudo o que se refere á provincia, como também que os negocios geraes fiquem a cargo de commissarios e chefes de repartições geraes, com completa independencia do administrador da provincia.

— Affirmarão a autonomia das camaras municipaes nas questões que se referem propriamente á economia do município, como sejam: posturas, execuções de obras, emprestimos e desapropriações, reguladas estas duas ultimas por lei provincial.

— Sustentarão a doutrina da legitima intervenção do poder legislativo, na execução das leis municipaes, suspendendo-as, quando forem oppostas aos interesses geraes do estado e da provincia, ou offensivas ao direito ou ás condições de bem estar dos municípios visinhos.

Distinguindo nas camaras municipaes a deliberação da execução e em face do principio da verdadeira responsabilidade, que não permite divisibilidade na execução, sustenração que a execução das deliberações da camara compete unicamente a seu presidente”.

É pela realização destas medidas e pela sustentação destes princípios que me comprometto convosco, Srs. eleitores, e reconhecendo que da instrução pública e do estabelecimento de uma viação conveniente depende principalmente o progresso da provincia, será o meu maior empenho attender com urgencia a esses dous importantes ramos do serviço publico tão esquecidos e abandonados ainda; facto este que, além de outras causas, resulta tambem da falta de preparo scientifico das classes directoras e da mal entendida disciplina partidaria, que não passa de inconsciente subordinação; aquella ocasionando embaraços á mentalidade na indagação da causa dos males que nos assoberbam, esta estabelecida como está, sobre uma opinião falsamente organizada, nullificando as boas e acertadas intensões que por ventura possam surgir no seio dos partidos assim arregimentados.

A provincia atravessa uma crise desanimadora, patenteada pela indifferença da maioria, que confunde subordinação com disciplina, e pela anarchia mental da minoria que nos ultimos annos tem dirigido os negocios publicos provinciaes.

Foi attendendo a este estado de cousas que resolveu o partido republicano do Rio Grande do Sul, factor hoje imprescindivel da opinião, apresentar candidatos no presente pleito, e inscrevendo em sua bandeira a maxima — *O progresso é o desenvolvimento da ordem*, — ensina a seus deputados a moverem-se unicamente no terreno da legalidade.

Com tendencias regeneradoras, não faz o partido republicano opposição systematica em questões administrativas e seus deputados auxiliarão a todas as medidas que interessem a provincia.

Se julgaes, Srs. eleitores do 6º districto, que são estes os principios de cujo estabelecimento depende a felicidade de nossa cara provincia, estou certo que amparareis a minha candidatura.

Porto Alegre, 30 de Outubro de 1882.

Antão Gonçalves de Faria.

Doc. nº 1052/4

Relatório da Comissão de Imprensa

A comissão executiva do projeto da organização da imprensa republicana, votado pela **Convenção de 23 de fevereiro**, cumpre o dever de vir expor ao Congresso o resultado dos trabalhos já efetuados para o fim de levar a efeito o referido projeto.

Sem embargo de não ter sido ainda subscrito, por circunstâncias especiais todo o capital determinado, a comissão, todavia, não pode deixar de congratular-se cordialmente com o Congresso pelas lisonjeiras consequências colhidas até o presente, que de forma alguma ficaram aquém das suas previsões, como pode-

riam, aliás, ter ficado em face dessas circunstâncias especiais, que adiante serão expostas.

A comissão, honrada com árdua tarefa de elaborar o referido projeto e aceitando resolutamente a áspera incumbência de levá-lo à execução, sempre pensou e sempre esperou que seus esforços não haviam de ficar estéreis; disse, e por vezes repetiu, perante a **Convenção de 23 de fevereiro**, que o vívido e animado espírito republicano, que começava a tomar posse do espírito público n'esta província autorizava legitimamente a confiar no êxito seguro de uma tentativa tão profícua quanto necessária, tão alevantada quanto oportuna.

Efetivamente, os sucessos posteriores confirmaram com decisivo valor essa confiante expectativa. Nas poucas localidades onde pela comissão foi apresentado o projeto e se tornou conhecido, obteve ele, não só a aceitação geral, como aplausos mesmos de todos os correligionários. É este um fato de significação assaz fecunda, porque prova de modo inconcusso que o pensamento da criação da imprensa republicana é um pensamento geral do partido, que se manifesta uniformemente solidário em reconhecer a sua imperiosa e impreterível necessidade.

Repete a comissão que é verdade não estarem ainda subscritas as 600 ações, — número determinado no projeto, mas nem por isso deixa de ter ela todo o fundamento para exprimir-se perante o Congresso do modo por que se exprime, visto que do resultado dos trabalhos realizados até agora pode-se deduzir com a máxima segurança a consecução do resultado final, que não deixará de ser inteiramente satisfatório.

A causa de não se achar ainda subscrito o número total das ações está muito longe de consistir na impossibilidade ou na dificuldade de encontrar subscritores, cujo número atinja o indispensável. Contra a afirmativa oposta existe o protesto eficaz do fato positivo: até hoje não consta à comissão que um só correligionário, solicitado a subscrever uma ação, se recusasse a fazê-lo. Este simples fato por si só destrói qualquer presunção em contrário.

A verdadeira causa repousa — reconhece-o e confessa-o francamente a comissão — na heterogeneidade dos esforços, resultante indefectivamente dos defeitos da sua própria organização, de natureza a não se poder adaptar à da tarefa que lhe foi confiada.

Uma comissão d'esta natureza deverá ser composta de membros residentes em circunscrições diversas, onde, desenvolvendo toda a atividade e aproveitando-se de todas as relações, pudessem, prontamente e com a eficácia desejada, conseguir a subscrição do capital total. Fora, assim, mais fácil e mais rápida a consecução do **desideratum**, porque em cada círculo ou localidade atuaria um correligionário que, na qualidade de comissionado, teria necessidade de interessar-se vivamente e empenhar-se com infatigável esforço para atingir esse **desideratum**.

Assim, porém, não é a organização da atual comissão, visto que quatro dos seus membros são residentes n'esta capital, dois em Cima da Serra, e um em Cangussú. Essa falta de disseminação dos membros por toda a província foi o que deu lugar à falta inevitável da homogeneidade nos trabalhos já efetuados; de sorte que, excetuando a capital, a região de Cima da Serra, S. Gabriel, Cangussu e Jaguarão, na máxima parte das localidades, (como a Fronteira, o sul,

o norte e o centro da província), nada se fez, nada se pôde fazer acerca da matéria, já por falta de colaboradores, já por insuficiência de relações por parte dos membros da comissão.

Pronunciando-se por esta forma, a comissão está muito longe de pretender fugir à co-participação da responsabilidade que advém d'esses defeitos de organização, tanto mais quanto são eles plenamente justificáveis, visto que na urgência do momento, no meio dos numerosos trabalhos que preocuparam a **Convenção de 23 de fevereiro**, — fôra difícil, senão impossível atender a tudo, prover ligeiras omissões e prever pequenas dificuldades futuras.

A ocasião presente é oportuna para que o Congresso atenda à conveniência de reorganizar a comissão, constituindo, além d'isso, nas localidades comissionadas para o fim de acelerar-se mais e mais a subscrição do capital determinado.

Satisfeita essa conveniência, a comissão presume muito legitimamente, como disse ao principiar, que será prontamente terminada a referida subscrição, dentro de um prazo breve. Para fundamentar uma tal presunção, basta considerar que na região da Fronteira, onde o partido é respeitável pelo número e onde nada pôde a comissão fazer pelas causas mencionadas, na Fronteira contam-se muitas localidades importantes, nas quais podem-se calcular com seguras probabilidades 100 subscritores.

Além disso, no sul, em todo o norte e centro da província é de esperar o mesmo lisonjeiro acolhimento que tem tido em outros lugares o projeto.

·Ações subscritas..... 310

Capital realizado..... 1:975\$000

A comissão se esforça atualmente com empenho para realizar o capital subscrito, a cuja cobrança procede-se com a máxima atividade. Pensa a comissão concluí-la dentro de um breve prazo.

Porto Alegre, 19 de março de 1883.

Júlio de Castilhos

Gabriel Pinto da Motta

José P. Alves

Manoel Alves da Silva Caldeira

Sebastião Pereira de Barros

Doc. N.º 1052/15

Partido Republicano

Relatório apresentado ao “Congresso Republicano” em 15 de março de 1883, pela “Comissão Executiva”

A Comissão que, por força das deliberações tomadas na “Reunião Geral” do partido Republicano Riograndense, realizada a 23 de fevereiro de 1882, ficou encarregada de “dirigir os negócios do partido, tomar as providências urgentes

e manter a correspondência com os núcleos republicanos da Província, sujeita hoje uma notícia, tão minuciosa quanto lhe é possível, do movimento republicano no decurso do ano que finda, e os seus atos à apreciação do presente “Congresso”.

Entre os atos da Comissão, o imediato à Reunião Geral consistiu (sic) na organização de um folheto, cujo título — Convenção Republicana de 23 de Fevereiro — lembra aquele acontecimento! Neste folheto vêm referidas as deliberações então tomadas pelo partido precedidas de uma introdução, que demonstra ter a idéia republicana raízes profundas no passado de nossa província, e seguidas de três documentos. O primeiro destes, que também é o mais importante, o Manifesto Republicano de 3 de Dezembro de 1870, é, em suas idéias fundamentais, a base fecunda do partido republicano brasileiro; e os dois outros são os documentos que mais claramente estabelecem a filiação dos acontecimentos nesta nova fase do partido republicano rio-grandense, de 16 de Abril de 1881 a 23 de Fevereiro de 1882. Larga foi a distribuição feita de exemplares do referido folheto, entretanto muito mais conveniente seria que uma edição mais numerosa houvesse permitido sua maior divulgação. As boas conseqüências dos resultados gerais na Convenção de 23 de Fevereiro, desde logo se manifestaram, sendo o de Pelotas o primeiro núcleo de republicanos que se transformou em clube, adotar todas as deliberações emanadas daquela Convenção.

Logo a Outubro de 1882 esteve ausente desta capital e permanecendo no 3º círculo um dos membros desta Comissão, o qual ali colaborou na agitação produzida nos municípios de Alegrete e Quaraí, de acordo com as vistas gerais do partido.

Quando se feriu a eleição municipal a 1º de Julho, já se achavam fundados os novos clubes da Cachoeira, de Alegrete e S. Martinho, e reorganizado, com a ativa colaboração dos cidadãos Júlio de Castilhos e Venancio Aires, o clube da Cruz Alta. Havia então clubes nas seguintes localidades: em Porto Alegre, Pelotas, Caçapava, Cachoeira, Cruz Alta, Palmeira, S. Martinho, S. Gabriel, Rosário, Alegrete, Uruguaiana, Itaqui, S. Borja e S. Luiz; e núcleos, perfeitamente acentuados, em Sto. Ângelo, S. João de Monte Negro, Vila Isabel, no Rincão de Sto. Isidro (município de S. Vicente) e S. Sepé. Em quase todas estas localidades o partido republicano pleiteou a eleição. Em Porto Alegre o ilustre candidato, o cidadão Felicíssimo Manoel de Azevedo, chegou, em ambos os escrutínios, a receber votação animadora mas insuficiente para elegê-lo.

Mais alguns votos, que o partido devera mas não pode aproveitar e teríamos na Câmara Municipal da capital um honrado e digno correligionário. Este resultado, porém, — para muitos uma desagradável surpresa — encontrou importante contrapeso nos obtidos na campanha.

Aí, em alguns lugares, como Caçapava e Alegrete, conseguiu-se a eleição de dois vereadores, e em todos outros um, exceto em S. Gabriel.

À exceção de S. Gabriel, que apenas por dois votos não elegeu seu candidato, tem de algum modo, explicação no profundo desgosto, causado pelo recente falecimento do nobre cidadão Antonio de Assis Brasil.

Posteriormente à eleição municipal, o procedimento de alguns clubes, por ocasião da eleição provincial, merece ser aqui especialmente mencionado. Antes, porém, de o referir, a Comissão acompanhará a eleição que se realizou a 20 de Setembro de 1882 no 3.º círculo em virtude da vaga deixada pelo Dr. Henrique d'Avila, escolhido senador. Logo que a Comissão soube desta escolha, dirigiu-se ao cidadão Venancio Aires, já anteriormente candidato por aquele círculo, convidando-o a aceitar de novo o mesmo sacrifício e agitar sua candidatura. Foi efetivamente o nome de tão digno cidadão sufragado no 1.º escrutínio, tendo o clube republicano de Alegrete, um mês, mais ou menos, antes da eleição decidido a pública apresentação de sua candidatura, cuja aceitação já estava verificada, não só da parte do candidato, como também da do eleitorado republicano do círculo. A não ser a votação relativamente pequena do Itaqui, os resultados da eleição confirmaram a geral expectativa quanto à unidade de vistas e uniformidade no proceder. O resultado numérico computou em 118 os eleitores republicanos. Vencido no 1.º escrutínio, absteve-se o partido no 2.º, de acordo com o moralizador preceito da “Convenção de 23 de Fevereiro”. Não ignora a Comissão as murmurações que então nasceram de ambos os matizes monárquicos contra correligionários nossos daquele círculo, e especialmente contra os de Sto. Ângelo. Mas, por falta de provas, tais murmurações devem ficar à responsabilidade de manejos menos dignos, infelizmente habituais em certa ordem de adversários mas rigorosamente compatíveis com a causa da monarquia, já condenada pela razão. O que, porém, parece exato é que a pouca perseverança de alguns lhes fez ver em aleives de tal ordem, um **justo** motivo para a injustificável desistência de seus esforços em prol do partido. A verdade restabelecida, o reto procedimento dos correligionários que sofreram as injuriosas murmurações, e principalmente os nobres sentimentos daqueles que se retraíram, os reconduzirão, é de crer, às primitivas posições. É o que sinceramente se deve esperar dos republicanos de Alegrete, onde está dissolvido o clube, e de Quaraí, onde, se ainda não havia clube organizado, contávamos já valentes companheiros, que agora responsabilizam o partido por transações que não podem determinar, pois são ilusórias, e condenando-se à lamentável isenção da luta.

Alegrete, que começou com exemplos próprios a desafiar a geral imitação, parece ter sido destinado, durante a apuração da eleição geral acima referida, a ser o teatro dos fatos mais graves que este ano registrou. Os exageros da luta estremada entre liberais e conservadores dali, concorreram talvez para as decisões menos prudentes que tomaram dignos correligionários nossos. Assim é que um prestimoso cidadão, vereador eleito e apresentado pelos republicanos, protestou publicamente em virtude de injúrias pessoais que recebeu, levar uma cédula liberal às urnas, enquanto, por aquele círculo, o chefe conservador, Dr. Severino Ribeiro ou pessoa de sua família, for candidato.

Ao lado deste fato encontra-se ainda outro — a assinatura, posto que com restrições, em um protesto conservador, do candidato do partido à Assembléia Provincial pelo mesmo 3.º círculo, o Dr. Eduardo Fernandes Lima.

A descrença nos homens políticos, cuja sinceridade precisamos restaurar, junta-se à gravidade espontânea destes acontecimentos, para dar as suas conse-

quências proporções sérias, e torná-los portanto merecedores da aturada atenção do “Congresso”. Cumpre referir que a publicação do protesto, ao qual cedeu sua assinatura o candidato do 3º círculo, foi aqui transcrito pelo órgão do partido conservador sem as restrições que aquele cidadão, efetivamente fizera, como ele próprio o declarou à “Comissão”, e o **Comercial** de Uruguaiana o retificou. O órgão do partido liberal, por sua vez, agrediu contra sua probidade política, mas a verdade prontamente restabelecida sufocou as expansões dos adversários e deve ter tranquilizado a todos os amigos. Eis a carta que então teve publicidade pela imprensa desta cidade: Ilmo Sr. Redator. **O Conservador** de 11 do corrente mês publicou um protesto político, no qual os seus signatários reconhecem correligionário e chefe ao chefe conservador Dr. Severino Ribeiro. Entre as assinaturas que alí se contém acha-se a de nosso am.º Dr. Eduardo Fernandes Lima, mas sem as restrições que efetivamente estão no original, como o prova a retificação do “Comercial” de Uruguaiana, ontem transcrita na **Gazeta**. É desta mesma retificação que trata o telegrama que nos foi dirigido pelo Dr. Eduardo, logo que foi informado da transcrição feita pelo **Conservador**. Pedimos a V. S.ª a publicidade da resposta que nos deu aquele correligionário. (Assinados) José Pedro Alves, Luis Leseigneur, Demetrio N. Ribeiro. Deixa de assinar o Dr. Ramiro por se achar ausente. Eis o telegrama: Itaqui 18 de Janeiro de 1883. Dr. Demetrio. Estava ausente. É falsa minha assinatura como “Comissão” viu. Já foi desmentida em Uruguaiana (Assinado) Eduardo.

Eleição provincial.

Cumprindo a disposição da Convenção de 23 de Fevereiro sobre — Candidaturas. Meios de apresentá-las — a “Comissão” dirigiu-se, em Outubro, aos candidatos, que constava serem os geralmente indigitados ou já escolhidos. Antes porém deste ato da “Comissão” dois distintos correligionários, os cidadãos Julio de Castilhos a Antão de Faria, com louvável desprendimento resolveram a dificuldade que resultaria de serem ambos candidatos pelo 6º círculo. O último destes cidadãos desistiu de sua candidatura em favor do primeiro, mas este, informado de tal desistência, recusou-a peremptoriamente, ficando também claro que sua candidatura fora agitada espontaneamente pelo clube de S. Martinho. Entretanto a publicidade da recusa deste que ignorava ser o Dr. Antão candidato, obrigou a Comissão a um ato isolado em relação a tão digna candidatura: consistiu ele na declaração, também pública, de manterem-na os eleitores republicanos do 6º círculo.

Eis os termos da publicação então feita: 6º distrito eleitoral. Informado o Dr. Julio Castilhos da desistência publicada pelo Dr. Antão no jornal do Comércio de 17 do corrente, declarou por telegrama, peremptoriamente, não aceitá-la em seu favor. Por este fato, pelas informações dadas pelo Dr. Castilhos, relativamente a S. Maria e S. Martinho, e pelos dados que já têm dos outros pontos do círculo, acha-se a comissão, atualmente incumbida de atender aos negócios que no seio do partido republicano exigem pronta solução, autorizada a declarar que continua a ser mantida no 6º distrito a candidatura do Dr. Antão Gonçalves de Faria.

Porto Alegre, 20 de Outubro de 1882. (Assinados) Ramiro Barcellos, José Pedro Alves, Luis Leseigneur, Demetrio N. Ribeiro.

A (NR: em branco) de Outubro ponde a Comissão proclamar os candidatos do partido, e o fez do modo seguinte:

(NR: em branco)

Retardadas as comunicações do cidadão Eduardo Fernandes Lima, pela impossibilidade em que se achava de responder, a “Comissão” manteve a nota referida até receber da maioria dos clubes a confirmação de sua candidatura. Em avulsos foi também distribuída esta lista; já então sem a **nota**. O resultado da eleição no 1º escrutínio foi o seguinte:

1º círculo. Candidato: Dr. Ramiro Fortes de Barcellos 118 votos

2º círculo. Candidato: Dr. Venancio Aires 45

3º círculo. Candidato: Dr. Eduardo Fernandes Lima 128 votos, não tendo votação em Alegrete

4º círculo. Candidato: Dr. Marçal Pereira de Escobar (copista: em branco) votos, sendo quase toda esta votação dada pela dissidência liberal.

5º círculo. Candidato: Dr. Carlos Barbosa Gonçalves (copista: em branco) votos

6º círculo. Candidato: Dr. Antão Gonçalves de Faria (copista: em branco) votos, sem votação em S. Martinho onde não houve eleição.

No 2º escrutínio, ao qual tinham direito todos os candidatos, os resultados do 1º e 5º círculos confirmaram as do 1º; os resultados do 2º, 3º e 6º círculos mostraram abstenção de muitos eleitores; finalmente, o resultado do 4º círculo indicou voltar a dissidência liberal a sua parcialidade.

Depois da eleição provincial fundou-se o clube de Bagé; e a “Comissão” tem a satisfação de poder declarar ao Congresso que o cidadão Alcides Lima, nessa organização, já mostrou o máximo proveito que a sua efetiva colaboração, nos nossos trabalhos, trará ao desenvolvimento do partido.

Recentemente também se declararam francamente republicanos 2 vereadores da Câmara Municipal de S. Vicente; e com eles e mais outros o digno cidadão J. F. de Assis Brasil colabora para uma organização modelo naquele município.

Também está definitivamente organizado o clube de Sto. Ângelo, e o do 2º Distrito de Cangussu. São dignos de louvor os esforços de um infatigável trabalhador, o cidadão Alberto Cunha. Em grande parte deve-se à sua tenacidade a simpática agitação que se produz no Herval e Arroio Grande. Deve-se aos seus esforços e dos contínuos trabalhos do cidadão Alves Caldeira a idéia de organização do partido republicano no Sul da Província, isto é, os seus primeiros triunfos. Com a leitura das publicações feitas em diferentes épocas do ano e em diversas localidades, melhor se informará o Congresso do geral acordo, da perfeita solidariedade, e da incontestável unidade de vistas, que têm presidido a série de atos dignos da responsabilidade do partido.

Eis terminada a sucinta narração apresentada pela “Comissão Provisória” cujo mandato hoje termina.

Se alguns detalhes deixam de ser referidos, mesmo se alguns fatos de considerável importância aqui foram omitidos, a uma única causa deve o “Congresso” atribuir semelhante lacuna, e essa causa cumpre-lhe destruir com providências acertadas: referimo-nos à falta de prontidão nas comunicações, e não satisfatória solicitude da parte dos clubes na manutenção de ativa correspondência entre si e de suas relações com a Comissão.

A Comissão Executiva
Ramiro Barcellos
José P. Alves
Demetrio
Luiz Leseigneur

Doc. N.º 1052/5

Capítulo complementar ao projeto de imprensa

Projeto n.º 4

21 de março de 83

O Congresso resolve:

Art. 1.º A folha oficial do partido republicano rio-grandense tem por missão principal:

§ 1.º Discutir e sustentar a legitimidade e oportunidade do sistema de governo republicano federativo no Brasil;

§ 2.º Dentro da legalidade monárquica, e enquanto não se operar a mutação na forma de governo, — empenhar-se por todas as reformas que auxiliem e facilitem a vitória do partido, prestando apoio a todos os atos da autoridade que tendam à efetuação dessas reformas;

§ 3.º Expor, sustentar e promulgar idéias e medidas administrativas e econômicas, sempre filiadas ao sistema federativo, que sejam de real utilidade pública;

§ 4.º Representar na publicidade o partido republicano e produzir sempre a defesa de seus atos.

Art. 2.º A linguagem da folha será invariavelmente moderada e cortês, instruindo e persuadindo, tratando os adversários ou quem quer que seja com delicadeza e cavalheirismo.

Art. 3.º Nunca será permitido à redação ocupar-se de melindrosos assuntos individuais, quer pró, quer contra amigos ou adversários.

Art. 4.º Os artigos, quer da redação, quer de colaboradores, podem ser assi-

nados ou não, mas será sempre o redator o único responsável por todos eles perante o Congresso, podendo, portanto, aceitá-los ou recusá-los.

Art. 5.º Quando a redação tiver dúvidas sobre o modo de compreender e discutir qualquer questão, deve consultar à comissão executiva, que dará a sua opinião, dependente da aprovação do Congresso; essa opinião será a sustentada pela folha.

Porto Alegre, 21 de março de 1883

A Comissão:

Assis Brasil

Antão Faria

Júlio de Castilhos

Art. 6.º Em caso de simples impedimento do redator, este nomeará debaixo da sua exclusiva responsabilidade pessoa que o substitua; em caso de morte, a comissão executiva nomeará o substituto, que servirá até a primeira reunião do Congresso.

Doc. N.º 1052/7

S. Ângelo 9 de 9bro de 1883.

Cidadãos

Congratulo-me com o partido republicano pelo aparecimento da Federação no dia 1.º de Janeiro.

Diante da realidade o sentimento de minha incapacidade, para tomar a redação do órgão de nosso partido, me abate e a minha consciência, livre da comistração do momento e iluminado pela luz democrática, luz que a vaidade não oferece, diz que o congresso senão foi bem inspirado elegendo-me e eu não cumprir o dever de bom republicano — aceitando.

E agora o remédio é ocupar o lugar aceito, até que o partido, como eu, se convença do erro cometido.

Advertirei, desde já que senão estiver aí no dia designado pela comissão — será por não ter podido desembaraçar-me de compromissos anteriormente tomados como advogado e que não devo desamparar, prejudicando não os meus interesses, mas a minha honra, que é também do partido.

Nesta hipótese darei um substituto, sendo, perante o congresso responsável pela direção do jornal.

Saúde e fraternidade.

Aos cidadãos Alves, Barcellos e Castilhos, membros da Comissão executiva

Venancio Aires